

PORTO MAIS ALEGRE E SUSTENTÁVEL: PROGRAMA DE GOVERNO PARA PORTO ALEGRE

PARTIDO VERDE DE PORTO ALEGRE / 2020

INTRODUÇÃO: UMA GESTÃO SUSTENTÁVEL E PARTICIPATIVA

Uma PORTO MAIS ALEGRE E SUSTENTÁVEL será uma cidade com qualidade de vida na água que bebemos, no ar que respiramos, nos alimentos sem agrotóxicos produzidos em nossa zona rural. Com sustentabilidade na educação, saúde e segurança, valorizando professores e profissionais da saúde e expandindo o videomonitoramento das vias urbanas.

Alegre é gerar emprego e renda, incluindo mão de obra para instalação de energia solar residencial, é despoluir o Guaíba e incrementar o turismo e os negócios, desburocratizando a gestão pública.

Sustentável é tornar nossa capital um Polo de Tecnologias limpas, atraindo empreendimentos com esse perfil e aproveitando profissionais e empresas locais de ponta, tais como as do Tecnopuc e do Aeromóvel.

Alegre é uma cidade acolhedora, que zela pela acessibilidade, cidadania, respeitando a diversidade, lutando contra toda forma de discriminações e se preocupando com o bem estar animal. Alegre é melhorar o ambiente de trabalho compreendendo que o servidor público municipal não é o problema (a folha de pagamentos é pouco mais da metade do orçamento e está dentro do limite prudencial) e sim uma solução, pois os servidores é que estarão atendendo às pessoas nos diversos programas para a população.

Uma cidade alegre e sustentável proporciona inclusão digital, educação profissionalizante e alimentação mais saudável a partir da preservação e incentivo à produção orgânica na Zona Rural.

Para essas e outras demandas incluídas neste Programa de Governo, é importante uma visão de Estado da Administração Pública Municipal, ao invés de uma visão de Governo cujo alcance seria apenas da próxima gestão.

Partindo da estrutura da Gestão Municipal do modo como ela é organizada hoje, propomos programas transversais com participação de várias secretarias e com um primeiro acréscimo estratégico, do Gabinete do Vice-Prefeito se tornando o Gabinete da Desburocratização, Sustentabilidade e Atenção às Prefeituras Regionais de Porto Alegre.

Cada uma das oito (8) Prefeituras Regionais (antigas “sub-prefeituras”) contará com uma audiência pública mensal aberta à população, com a presença do Prefeito, do Vice-Prefeito e Secretários se preciso, evitando a assim a prática da gestão “de gabinete” que não ouve as demandas populares.

O Plano de Governo Porto Alegre e Sustentável, cujo detalhamento inicia a seguir, descreve a função de cada uma das Secretarias Municipais e órgãos da Administração Indireta (Autarquias, Empresas Públicas e Fundação), de modo a tornar visível as funções de cada uma e a viabilidade econômica dos projetos propostos, compatíveis com o Orçamento Anual de cada setor.

A Prefeitura de Porto Alegre deve, também, se manifestar e agir com todo vigor no sentido de preservar a água e o ar da cidade, ameaçados pela proposta de instalação da Mina Guaíba de carvão, que tramita junto à FEPAM requerendo licença ambiental. Embora esteja na esfera do governo estadual e não do municipal, toda população de Porto Alegre será afetada caso ocorra tal licença e portanto é dever da Prefeitura agir por todos os meios legais, na defesa da cidade e da população ameaçada pelo projeto de mina de carvão.

O Programa de Governo PORTO MAIS ALEGRE E SUSTENTÁVEL, elaborado num amplo processo criativo e coletivo, foi aprovado na Convenção Municipal do PV de Porto Alegre de 31 de agosto de 2020 e apresentado para registro no TRE 22 de setembro de 2020, embasando as candidaturas a Prefeito de Montserrat Martins e da Vice-Prefeita Alda Miller e será colocado à disposição para outras cidades a serem governadas pelo Partido Verde, como uma contribuição do PV à Gestão Pública e a Cidadania.

Por fim, é importante ressaltar duas questões relevantes:

1º) Esse Programa de Governo foi redigido em linguagem informal, coloquial, evitando ao máximo os termos técnicos, eis que visa ser acessível a toda a população. O objetivo é que as propostas possam se tornar um instrumento útil para a decisão do eleitor, em seu voto consciente sobre os rumos da cidade;

2º) Considerando que novas contribuições podem advir a qualquer tempo, após o registro no TRE deste Programa de Governo, deixamos claro que os possíveis acréscimos, após o registro no TRE em 22 de setembro de 2020, devem respeitar os princípios básicos aqui expressos, desde esta Introdução até o final desse texto programático.

ESTRUTURA DA GESTÃO MUNICIPAL E ORÇAMENTO 2020*

* (Dotação Autorizada)

Para um Plano de Governo Municipal a ser implementado a partir de 2021, o primeiro parâmetro é o Orçamento de 2020, que naturalmente deverá ser adaptado às circunstâncias específicas do contexto de retração econômica que estamos vivendo. Seguem-se as dotações autorizadas para o orçamento anual de 2020:

Gabinetes:

Gabinete de Prefeito

Gabinete Transversal da Desburocratização, Sustentabilidade e
Atenção às Prefeituras Regionais (Gabinete do Vice-Prefeito)*

* (Não previsto na Dotação Autorizada em 2020)

Dotação Autorizada anual/2020 (Gabinete do Prefeito): R\$ 19.173.815,00

Procuradoria Geral do Município (PGM) R\$ 51.966.367,00

Secretarias Municipais (14):

Secretaria Municipal do Meio Ambiente
e Sustentabilidade (SMAM) R\$ 112.725.417,43

Secretaria Municipal da Cultura R\$ 47.418.569,13

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico R\$ 52.020.970,77

Secretaria Municipal do Desenvolvimento
Social e Esportes R\$ 48.745.924,95

Secretaria Municipal da Educação (SMED) R\$ 921.177.254,55

Secretaria Municipal da Fazenda R\$ 114.405.519,71

Secretaria Municipal da Infraestrutura
e Mobilidade Urbana R\$ 349.124.626,71

Secretaria Municipal de Parcerias Estratégicas
e Captação de Recursos R\$ 5.451.301,00

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão R\$ 83.816.691,23

Secretaria Municipal de Relações Institucionais R\$ 62.111.137,08

Secretaria Municipal de Saúde R\$ 2.015.976.637,04

Secretaria Municipal de Segurança R\$ 79.233.064,42

Secretaria Municipal de Serviços Urbanos R\$ 145.665.083,81

Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria R\$ 19.812.947,22

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Autarquias* (4):

*(Pessoa jurídica de Direito Público)

DMAE – Departamento Municipal de Água e Esgoto R\$ 763.560.232,89
(Setor de Planejamento vinculado à Secretaria Municipal de Infraestrutura e
Mobilidade Urbana; Setor de Obras à Secretaria Municipal dos Serviços
Urbanos)

DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana R\$ 332.212.554,20
(vinculado à Secretaria Municipal dos Serviços Urbanos)

DEM HAB – Departamento Municipal de Habitação R\$ 91.691.317,90
(vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esportes)

PREVIMPA (Previdência Municipal de Porto Alegre) R\$ 2.011.921.583,15

Fundação (1):

FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania R\$ 195.248.879,18
(vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esportes)

Empresas Públicas** (3):

** (Pessoa jurídica de Direito Privado)

Carris

Balanço anual / 2019 (em Milhares de Reais)

Total do Ativo 69.131 / Total do passivo 69.131 / Lucro bruto R\$ 16.833
(vinculada à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana)

EPTC – Empresa Pública de Transporte e Circulação

Balanço anual / 2019 (em Milhares de Reais)

Total do Ativo 31.878 / Total do passivo 31.878 / Lucro bruto R\$ 1.918
(vinculada à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana)

PROCEMPA – Companhia de Processamento de Dados do
Município de Porto Alegre

Balanço anual / 2019 (em Milhares de Reais)

Total do Ativo 60.233.058 / Total do passivo e patrimônio líquido 60.233.058
Lucro bruto R\$ 54.490.411

GABINETES DOS GESTORES MUNICIPAIS (PREFEITO E VICE):

GABINETE DO PREFEITO

GABINETE TRANSVERSAL DA DESBUROCRATIZAÇÃO, DA SUSTENTABILIDADE E DA ATENÇÃO ÀS PREFEITURAS REGIONAIS (GABINETE DO VICE-PREFEITO)*

* (Não previsto na Dotação Autorizada em 2020)

Dotação Autorizada / 2020 (Gabinete do Prefeito): R\$19.173.815,00

GABINETE DO PREFEITO

As atividades do Gabinete do Prefeito terão como prioridade:

- Reuniões semanais com Secretariado e Gestores dos Órgãos da Administração Indireta (Autarquias, Empresas Públicas e Fundação)
- Reunião semanal com Gabinete do Vice-Prefeito para projetos prioritários de sustentabilidade, que são transversais (envolvendo várias Secretarias) e requerem ações de desburocratização do seu fluxo, bem como para o acompanhamento das demandas das Prefeituras Regionais de Porto Alegre
- Oito (8) audiências populares por mês, uma em cada Prefeitura Regional, com horários preferencialmente aos sábados de tarde e domingos de manhã,

visando facilitar o acesso popular aos eventos, com horário máximo de três horas de duração. De acordo com as demandas de cada região, Secretários Municipais de áreas específicas serão convocados para acompanhar o Prefeito e o Vice em tais audiências

- Estabelecimento das prioridades dentre os projetos para a cidade, incluindo geração de empregos e sustentabilidade, com assessoria da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

- Acompanhamento da captação de recursos para os projetos prioritários, com assessoria da Secretaria Municipal de Parcerias Estratégicas e Captação de Recursos

- Contatos institucionais regulares com Governo Federal, Governo Estadual, Prefeitos da Região Metropolitana (GRANPAL) e FAMURS, com assessoria da Secretaria Municipal de Relações Institucionais, com atenção especial para o andamento dos projetos prioritários

- Criação e acompanhamento de Projetos para atração de investimentos para Porto Alegre, em especial de empresas de novas tecnologias, não poluentes, se valendo para essa atração de empreendimentos de Incentivos Fiscais e Parcerias Público-Privadas, com a meta de tornar a capital um Polo de Tecnologias Limpas.

- O Prefeito e o Vice acompanharão o trabalho do Orçamento Participativo, comparecendo a cada uma das 17 regiões quando possível e em especial no acompanhamento das decisões finais de cada região sobre suas demandas

- O Gabinete do Prefeito programará ainda reuniões mensais com um Conselho Consultivo da Sociedade Civil, para os quais serão convidados os representantes de todos os Conselhos Profissionais (tais como Medicina, Advocacia, Engenharia e Arquitetura, Enfermagem, Psicologia e todos as demais profissões registradas) e de todas categorias de trabalhadores (construção civil, comércio, indústria, bancários, agricultores e todos as demais categorias registradas) e das diversas categorias patronais (empresários de cada ramo tais como construção civil, comércio, indústria)

- O Conselho Consultivo da Sociedade Civil será ouvido, uma vez a cada mês, sobre os principais projetos da Prefeitura para Porto Alegre. Não compõe o conselho representantes dos partidos políticos, que já se expressam na Câmara de Vereadores, enquanto o Conselho ouve a sociedade civil.

- Defesa Civil: A Defesa Civil não está mais subordinada ao gabinete do Prefeito e deve voltar a ser. Há anos não há concurso para pessoal da área da defesa civil, há poucos servidores e de cargos administrativos que fazem trabalho importante pois são eles que ajudam a população em casos de tragédias como desabamentos e alagamentos. É preciso recompor a área de defesa civil do Município, restaurando sua importância. Na gestão municipal que se encerra em 2020 a Defesa Civil está em número mínimo e junto à Guarda Municipal. Numa tragédia, cabe ao Prefeito tomar a frente das iniciativas de socorro e para tanto deve zelar pela manutenção dos quadros da Defesa Civil. Essa atenção deve ser permanente, por parte do Prefeito,

considerando a importância de estar sempre a par de medidas necessárias para a prevenção desses eventos.

GABINETE TRANSVERSAL DA DESBUROCRATIZAÇÃO, DA SUSTENTABILIDADE E DA ATENÇÃO ÀS PREFEITURAS REGIONAIS (GABINETE DO VICE-PREFEITO)

O Gabinete do Vice-Prefeito passa a assumir a gestão do Orçamento Participativo e todo o seu ciclo anual de operação, até então gerido pela SMRI (Secretaria Municipal de Relações Institucionais) que também acompanha os trabalhos dos Conselhos Municipais e de Governança Local, identificando as demandas da sociedade, e ainda, desenvolvendo, implementando e supervisionando projetos locais e territoriais, por meio dos canais de atendimento e dos Centros de Relações Institucionais e Participativas.

Todas essas funções das relações institucionais internas ao município passam à gestão do Vice-Prefeito, que continuará contando com o apoio técnico e Assessoria do SMRI (Secretaria Municipal de Relações Institucionais) nessa gestão. Ao assumir tais funções, permite que a SMRI possa se dedicar mais intensamente às relações institucionais externas com outros municípios, estaduais e federais, tendo em vista captação de recursos para obras de infra-estrutura e sustentabilidade em Porto Alegre.

TRANSVERSALIDADE

Caberá ao Gabinete do Vice-Prefeito a função transversal de interagir com todas as secretarias e órgãos da administração indireta, tendo como prioridades os itens a seguir.

DESBUROCRATIZAÇÃO

É função do Gabinete do Vice-Prefeito a desburocratização do fluxo dos projetos prioritários para a capital gaúcha, em especial os relacionados à sustentabilidade e geração de empregos, tais como obras de saneamento e despoluição, transformação dos modais de transportes em modalidades menos poluentes, incentivo à produção de alimentos sem agrotóxicos na zona rural de Porto Alegre e preservação desta.

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS

São prioridades estratégicas, entre outras, as que se seguem.

A prioridade para projetos capazes de gerar emprego e renda de modo sustentável, como o estímulo às empresas de energia solar, ampliando a instalação de placas fotovoltaicas em residências e prédios da cidade.

A atenção a projetos de moradia, a começar pelos do Governo Federal que atendam às demandas do Município, bem como outros a serem viabilizados.

A estruturação de Prefeituras Regionais em oito (8) regiões da cidade se dará sem qualquer criação de despesas novas, eis que as reuniões ocorrerão em 8 (oito) prédios a cada mês, dentre aqueles já em uso pelas 17 (dezesete) Coordenadorias Regionais.

PREFEITURAS REGIONAIS

Preservando o funcionamento das 17 Coordenadorias Regionais já existentes, o agrupamento de algumas destas 17 em 8 Prefeituras Regionais tem por única finalidade viabilizar que ocorram as 8 reuniões mensais, uma em cada região, com presença de Prefeito e Vice. Para tanto, haverá rodízio de sedes das 17 Coordenadorias Regionais, para as realizações das 8 reuniões mensais previstas.

A finalidade das Prefeituras Regionais é facilitar o acesso da população à gestão pública e o atendimento às suas demandas cidadãs, com serviços como Tudo Fácil, Ouvidoria, Guarda Municipal e a realização mensal das audiências populares com Prefeito e Vice-Prefeito.

A divisão em regiões para funcionamento das Prefeituras Regionais seguirá critérios geográficos e demográficos, tendo como ponto de partida a regionalização estabelecida quando da implantação dos Conselhos Tutelares (que eram 8 e atualmente são 10), tendo algumas reagrupados de modo a constituir 8 Prefeituras Regionais, a saber:

- 1 – Ilhas – Humaitá – Navegantes - Centro Histórico
- 2 – Sarandi – Norte
- 3 – Eixo Baltazar - Nordeste
- 4 – Bom Jesus – Leste e Grande Partenon
- 5 – Glória – Cruzeiro - Cristal
- 6 – Centro-Sul – Extremo Sul
- 7 – Restinga
- 8 – Lomba do Pinheiro – Agronomia

É papel do Gabinete do Vice-Prefeito o acompanhamento do atendimento às demandas de cada uma das Prefeituras Regionais de Porto Alegre, para o que o Vice-Prefeito acompanhará o Prefeito nas Audiências populares mensais em cada uma das 8 Prefeituras Regionais de Porto Alegre.

Também é papel deste Gabinete a convocação de Secretários Municipais e Gestores da Administração Indireta, quando necessário em função de demandas crônicas não resolvidas ainda, para participar e audiências populares em alguma das Prefeituras Regionais, quando necessário.

SUSTENTABILIDADE

Mais que nunca, em um mundo marcado pelo aquecimento global e pelas vicissitudes geradas, em todas as áreas, pela pandemia da COVID-19, reforça-se a importância de estabelecer uma governança democrática e

sustentável, pautada por alianças fortes e pela produção de dados específicos para um novo tipo de política municipal.

Uma gestão pública onde o “pensar global e agir local”, norteie um planejamento adequado, iniciando por um diagnóstico participativo realista de cada setor e bairro da cidade, revelando as desigualdades sociais e demandas concretas da população, estabelecendo metas claras e indicadores do progresso das intervenções, substituindo modelos de gestão causadoras em boa parte do caos vivenciado na cidade.

O momento para as próximas gestões, sobretudo as municipais, verdadeiramente comprometidas com a inclusão social e com a sustentabilidade, é especialmente desafiador. Neste contexto, avanços reais dependem do envolvimento profundo de diversos setores da sociedade incluindo organizações representativas da sociedade civil, dos governos locais, estaduais e federal. Do setor privado, da academia e da população, além de organismos nacionais e internacionais de apoio técnico, financeiro e multiplicadores de boas práticas.

Somos cientes de que o Programa de Governo, aqui delineado em todo o seu caráter inovador e abrangente, será melhor sucedido quanto maior forem articuladas a ação e a cooperação entre atores especializados e visionários de uma gestão pública moderna e eficaz, junto aos quais buscaremos articular todos os esforços para qualificar e dinamizar a implementação do Programa de Governo, alinhado com as melhores práticas.

Para tanto, antecipamos a pactuar, já de início, cooperações com os agentes e programas de âmbito local, nacional e internacional, priorizando inicialmente as tecnologias já consagradas voltadas para o diagnóstico, implementação e monitoramento do modelo de gestão pretendido.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS

“Para estimular um modelo de gestão urbana bem-sucedido em cidades no Brasil e no Mundo, o PCS fomenta a organização de informações e os diagnósticos por meio de indicadores selecionados. Para isso, foram definidos 260 indicadores básicos, distribuídos nos 12 eixos, conforme aponta a Tabela 1. Ao mesmo tempo, foi construída uma plataforma, baseada em programação open source e com dados abertos, para que as cidades participantes pudessem inserir suas informações. Além disso, serviu também como base tecnológica para fomentar a criação de observatórios municipais, que foram criados em mais de 100 cidades.” (Programa Cidades Sustentáveis 2016).

Sabendo-se que o Programa Cidades Sustentáveis agora integra também os ODS, estabelecidos em 2015 pela ONU no âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, conseqüentemente a gestão PV/RS também assumirá as diretrizes e indicadores de realização impacto na gestão de Porto Alegre.

“Os 17 objetivos e 169 metas dos ODS constroem instrumentos que permitem estabelecer objetivos concretos e mensuráveis para a mudança em direção a um mundo sustentável. Dessa forma, e ao incorporar com maior ênfase novas dimensões da sustentabilidade do planeta, incluindo, por exemplo, a questão das emissões de gases de efeito estufa, esse marco ampliou a demanda por indicadores sobre os sistemas estatísticos nacionais (Januzzi e De Carlo 2018). Articulado a eles, os 260 indicadores do Programa Cidades Sustentáveis territorializam os conceitos formulados no âmbito dos ODS, criando instrumentos para o engajamento local em direção a uma nova concepção de desenvolvimento sustentável.” (Programa Cidades Sustentáveis 2016).

Estamos diante de uma agenda que deve ser por todos compreendida e trabalhada de forma integrada, que requer o estabelecimento de compromissos, o investimento de recursos, amplo monitoramento, bem como uma atuação interdependente dos setores da sociedade

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO (PGM)

Dotação Autorizada / 2020: R\$ 51.966.367,00

Na defesa judicial do Município, em todas as áreas e instâncias, a PGM tem atuado com grande competência técnica.

A Procuradoria Geral do Município, em sua função administrativa, deve ter papel destacado no exame mais apurado das contratações. Isso deve ocorrer no âmbito de cada Secretaria Municipal e nos órgãos da Administração Indireta, Autarquias, Empresas Públicas e Fundação.

A maior das dotações autorizadas é a da Secretaria da Saúde, com mais de 2 (dois) bilhões anuais, quase 30% do total de mais de 7 bilhões anuais de toda a Administração Municipal, direta e indireta. Com esse enorme volume de recursos e uma profusão de contratos com empresas terceirizadas, o exame mais apurado dos contratos da Saúde pela PGM deve ser uma prioridade. A PGM deve ser compreendida como órgão de Estado que é e não deste ou daquele governo, tendo, portanto, a missão de trabalhar em conjunto com a Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria no controle dos contratos públicos. Esse controle é essencial principalmente nas áreas com grande terceirização de serviços, como vem ocorrendo na área da Saúde nos últimos anos.

O quadro técnico da PGM é reconhecidamente de alta qualificação. A área de Execução Fiscal tem funcionado bem, o problema é a atualização cadastral, o aprimoramento desta pode ser feito com instrumentos de informática e fiscalização.

Os problemas eventuais em obras e serviços públicos devem ser monitorados com maior fiscalização e transparência.

O trabalho da PGM é importante nas Licitações e se torna mais relevante nas Parcerias Público-Privadas, no exame da Lei 13.019/14 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil), caso a própria Gestão Municipal não zele pelos interesses do Município, em relação ao das organizações com as quais firma parcerias.

A PGM pode ainda ser melhor aproveitada, dentro do espírito de que é um órgão de Estado e não de governo, com as seguintes iniciativas:

1. Projetos Estruturantes: são projetos que abrangem várias secretarias trabalhando em conjunto e a PGM deve participar ativamente dos controle jurídico desses Projetos.

2. Projeto de Compliance na Prefeitura: O Departamento ou Unidade de Compliance em uma instituição é o responsável por garantir o cumprimento de todas as leis, regras e regulamentos aplicáveis. São funções da unidade de compliance monitoramento de atividades, prevenção de conflitos de interesses, entre outras, e deve haver órgão específico na PGM nessa área.

3. Em relação ao processo de escolha “de Estado” do Procurador-Geral do Município, no qual ao invés do prefeito escolher esse Procurador por critério político, a escolha passa a ser feita dentre os profissionais de carreira e não mais como uma indicação política, mas pela competência técnica.

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Dotação Autorizada / 2020: R\$ 114.405.519,71

A SMF é responsável pela gestão financeira e tributária do município e da administração patrimonial, material e contábil da Prefeitura.

A Secretaria Municipal da Fazenda tem competência para arrecadar tributos e rendas e para pagar os compromissos do município. Além disso ela dá orientação fiscal ao contribuinte. Ou seja, responde pela área financeiro da gestão do município. Entre os principais serviços que presta aos usuários estão: Certidão Geral de Débito Tributário, Emissão de Guias de Pagamento (IPTU, ITBI, ISSQN e TFLF), Inscrições e alterações de ISSQN e Parcelamento de dívidas tributárias (IPTU, ISSQN, ITBI) e não tributárias.

A SMF tem suas atividades divididas em nove áreas: Atendimento, Administração, Patrimônio, Gestão Financeira, Gestão Tributária, Compras e Serviços, Aquisições Especiais de Imóveis, Contadoria e Tribunal Administrativo de Recursos Tributários.

Na Gestão Tributária, cabe à Secretaria Municipal da Fazenda passar a ter como critério de Planejamento Tributário a progressividade e não a regressividade dos tributos, ou seja, que a parcela mais vulnerável da população de Porto Alegre não tenha que responder com valores elevados para a quitação dos seus tributos, que devem ficar a cargo dos que tenham condições de suportar tais deveres para com a sociedade, calculados pela

Gestão Municipal através do trabalho de planejamento da SMF ao propor os critérios para os cálculos do valor de cada tributo.

A Secretaria Municipal da Fazenda deve proceder à Revisão/atualização cadastral, ou seja, atualizar os nomes dos verdadeiros donos dos imóveis para cobrar o IPTU e o ITBI corretamente, efetivando o uso de dados em conjunto com registros de imóveis.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Dotação Autorizada / 2020: R\$ 83.816.691,23

A Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão é responsável pelo planejamento estratégico, pelo modelo de gestão municipal e pelas diretrizes orçamentárias.

Elabora o Plano Plurianual e os planos estruturantes para o Município.

Também administra os recursos humanos da prefeitura e também avalia a eficiência dos serviços públicos prestados à população.

Devem ser prioridade os itens que se seguem.

PLANEJANDO UMA PORTO MAIS ALEGRE E SUSTENTÁVEL

Os planos estruturantes para Porto Alegre devem prever a gradativa transformação da cidade para modelos mais sustentáveis em todas as áreas, incluindo transportes, energia, habitação, com a gradual transformação dos modais de transportes para redução das emissões de poluentes, com incentivo para aumento da captação de energia solar pelos prédios. A despoluição do Guaíba também deve ser uma das prioridades do planejamento estratégico, bem como a adoção de sistemas de retenção e coleta de resíduos sólidos de residências, prédios de moradia coletiva e condomínios verticais e horizontais.

POLO DE TECNOLOGIAS LIMPAS

O planejamento será direcionado para tornar a capital gaúcha um Polo de Tecnologias Limpas, buscando através de Incentivos Fiscais e Parcerias Público Privadas a atração de empresas de tecnologias limpas, que vão desde equipamentos contra a poluição até novas tecnologias que reduzem, minimizam ou são isentas de poluir o ambiente.

INCLUSÃO DIGITAL E GERAÇÃO DE EMPREGOS

A Secretaria Municipal de Planejamento dará prioridade a programas de geração de emprego e capacitação profissional, tais como o PID-POA a ser desenvolvido pela Secretaria do Desenvolvimento Social e Esporte, com o devido suporte da SMP na estruturação e viabilização desse programa essencial para estudantes e trabalhadores.

PRESERVAÇÃO DA ZONA RURAL

A Zona Rural deve ser prioridade para a Gestão Municipal, tanto para a sua preservação contra os loteamentos irregulares quanto para o estímulo à produção de alimentos orgânicos. Porto Alegre depende de sua Zona Rural para a qualidade do ar, para a biodiversidade e para a produção de alimentos locais, diminuindo a distância entre o produtor e o consumidor e reduzindo os danos ambientais tanto na produção quanto no transporte de alimentos.

DESPOLUIÇÃO DO GUAÍBA

Com o abandono do Pró-Guaíba pelo Governo do Estado, havendo apenas o PISA planejado pelo DMAE para tratamento da água do Guaíba, é missão do planejamento estratégico um novo plano e mais abrangente.

Para tanto é necessário construir parcerias com os demais municípios da região metropolitana (através da GRANPAL), onde os rios Sinos e Gravataí estão entre os mais poluídos do país, bem como a busca de recursos a nível federal e se necessário internacional para obras desse porte e importância.

Faz parte da despoluição do Guaíba a atenção a todos os cursos de água que nele desaguam, vindo de outras regiões, e também o curso local do Arroio Dilúvio que perpassa em meio à cidade.

O planejamento será em conjunto com a Secretaria Municipal de Parcerias Estratégicas e Captação de Recursos e com a Secretaria Municipal de Relações Institucionais, na busca de financiamento.

Um amplo programa de despoluição do Guaíba é uma das grandes prioridades de Porto Alegre, eis que impacta diretamente na saúde dos portoalegrenses, na qualidade de vida a ser conquistada com águas balneáveis e indiretamente inclusive na possibilidade de gerar fluxos turísticos.

SUSTENTABILIDADE NO TRANSPORTE E MOBILIDADE

Porto Alegre deve planejar a mudança dos modais de transportes para modalidades não-poluentes, começando desde já a reduzir o impacto das emissões de óleo diesel e gasolina para outras alternativas.

O Aeromóvel deve ser viabilizado através de PPP sendo a parte do governo municipal financiada junto ao BNDES com linhas de crédito para infraestrutura de 20 anos para pagamento.

Os estudos já existentes sugerem uma linha pela Av. Assis Brasil, da Fiergs ao centro, uma pela Av. Ipiranga do centro até a PUC e outra do Aeroporto em direção à Zona Sul pela Orla.

O Metrô segue sendo de interesse da cidade, sendo alternativa para o futuro. Considerando os custos mais altos de implantação de linhas de Metrô, o Aeromóvel é um projeto mais acessível num primeiro momento.

O Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) é outra alternativa de transporte não poluente importante, cuja implantação em Porto Alegre deve ser estudada pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, a partir das 9

idades que já contam com VLT no Brasil (Santos, Rio de Janeiro, João Pessoa, Teresina, Maceió, Natal, Recife, Sobral e Fortaleza), realizando estudos de viabilidade econômica (evitando altos custos como os de sua implantação no Rio de Janeiro) em comparação com os VLT europeus.

O Catamarã ligando Porto Alegre a Eldorado e Guaíba deve ser estimulado a ser expandido para outras linhas.

A rede de ciclovias e ciclofaixas deve ser ampliada e estacionamentos para bicicletas também são necessários, inclusive para que o ciclista possa deixar sua bicicleta (com cadeado e em segurança, com câmeras) em algum ponto e de lá seguir por outra modalidade de transporte se necessário.

O projeto Sustentabilidade no Transporte e Mobilidade, a ser elaborado pela Secretaria do Planejamento e Gestão, deve prever níveis de serviço diferentes para usuários diferentes, tornar o transporte público mais acessível com estudos sobre fontes de subsídios, inclusive para viabilizar a transformação das frotas de transportes coletivos para veículos com motores elétricos.

MUDANÇA DA MATRIZ ENERGÉTICA

Associado ao projeto Polo de Tecnologias Limpas, um projeto mais específico é o do incentivo à produção de energias renováveis, como é o caso da energia solar. Devem ser feitos estudos também sobre possíveis pontos adequados para empreendimentos de energia eólica.

A expansão da instalação da energia solar em residências e prédios comerciais deve ser expandida através de incentivos fiscais, nas quais a isenção de tributos é compensada pela geração de empregos nessa área, com aumento de demanda da mão de obra dos instaladores de placas fotovoltaicas bem como sua manutenção, além de atender ao interesse social da mudança do modal energético para modalidades sustentáveis.

A mudança da matriz energética deve ser estimulada em todos os setores, como já foi citado também no caso dos transportes onde os modelos de veículos movidos a óleo diesel e gasolina devem ser estimulados para a conversão em modelos movidos a motores elétricos ou pelo menos para combustíveis menos poluentes, tais como etanol ou GNV.

PROGRAMAS DE SATISFAÇÃO

A Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão em conjunto com a Secretaria Municipal de Transparência, Controladoria e Ouvidoria, implantarão dois Programas de Satisfação a partir de 2021, que serão:

I – Programa de Satisfação dos Funcionários Públicos Municipais

II – Programa de Satisfação dos Usuários dos Serviços Públicos

Ambos os programas consistirão de pesquisas feitas pela internet de modo a garantir o total anonimato dos participantes.

T. I. NA SMPG

A Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão deve ter estrutura técnica na área de Informática, uma área essencial para todo o planejamento estratégico para o Município. No século XXI é impensável não contar com profissionais de informática em áreas estratégicas, como Planejamento. Para isso é necessário que sejam criados cargos técnicos na área de TI, de provimento efetivo, de nível superior, com preenchimento dos cargos desse quadro técnico mediante concurso público. O Setor de TI (Tecnologia da Informação) dentro da SMPG terá a função de orientar as ações do Município, inclusive nas contratações com a PROCEMPA.

FISCALIZAÇÃO ATIVA

Não adianta a população fazer denúncias e nada acontecer porque não há fiscais para irem ao local - é o caso de lixo jogado em arroios, comércios sem autorização, invasões em áreas de risco impróprias para moradia ou áreas públicas. Por isso é importante valorizar a área de Fiscalização, investindo na Fiscalização Ativa, com novas vagas para o cargo de agente fiscal nas diversas áreas de competência municipal, tais como na SMPG, na SMDE e na SMAMS.

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Autarquia:

PREVIMPA (*Previdência Municipal de Porto Alegre*)

Orçamento anual / 2020: R\$ 2.011.921.583,15

Porto Alegre é a capital do país com maior número de idosos e portanto a gestão da Previdência Municipal deve ir além da questão financeira, fornecendo também formas de orientação e apoio à terceira idade, que compõe o maior contingente dos beneficiados pelo PREVIMPA.

Devem ser mantidos e qualificados permanentemente o Programa de Preparação para a Aposentadoria (PPA) e também o Voz da Experiência, para os já aposentados.

A PREVIMPA deverá trabalhar em estreita colaboração também com a Secretaria Municipal de Transparência, Curadoria e Ouvidoria, no sentido de manter os beneficiários completamente informados sobre a gestão da previdência municipal.

Empresa Pública

PROCEMPA – *Companhia de Processamento de Dados do*

Município de Porto Alegre

Balanço anual / 2019 (em Milhares de Reais)

Total do Ativo 60.233.058 / Total do passivo e patrimônio líquido 60.233.058

Lucro bruto R\$ 54.490.411

A Tecnologia da Informação (TI) é de relevância primordial na Administração Pública, é quem fornece todos os sistemas de processamento

de dados para a Prefeitura funcionar é o eixo central de informações de todas as áreas, segurança, saúde, educação, tudo passa por eles, que desenvolvem os sistema de todas as áreas.

A PROCEMPA é uma empresa pública municipal de bom conceito na área de T.I., com quadros técnicos qualificados.

Estratégica, como é a área de T.I, a PROCEMPA deve ser usada para contribuir em projetos de grande relevância social que vão muito além do uso que tem tido até hoje, de suporte para a administração municipal.

A criação de um PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL DE PORTO ALEGRE (PID-POA), deve contar com ampla colaboração e participação ativa da PROCEMPA, dada sua relevância para a capacitação de estudantes e trabalhadores e a conseqüente geração de empregos.

Para desenvolver um Polo de Tecnologias Limpas na capital gaúcha, a TI é decisiva, podendo para isso desenvolver parcerias com Universidades e com empresas (com a Tecnopuc por exemplo) para desenvolver projetos de grande interesse social, tais como o cercamento eletrônico da cidade.

A Lei de Informática permite que empresas de TI invistam em Projetos os valores dos impostos federais e a PROCEMPA poderia propor Projetos em parceria, para aproveitar tais tecnologias, com estes recursos.

A Universidade pode contribuir para os sistemas de inteligência que já existem em outros lugares do mundo.

Além das Universidades as empresas também podem colaborar com projetos tais como desenvolver novos sistemas de saúde, em parceria com a PROCEMPA.

A Informática tem uma grande contribuição para tecnologias limpas, como é o caso do controle do gasto de energia com iluminação. Sistemas de TI sem fio controlam os dados de consumo, o poste de iluminação manda dados para servidor, permitindo com o uso desses dados o melhor planejamento para economizar energia. Isso já é feito em outros países e Universidades locais já dominam essa tecnologia (PUC, UFRGS).

A TI também é essencial no controle da poluição e isso já vem sendo feito em Porto Alegre. Barcos de coleta de poluição da água do Guaíba, que funcionam com um sistema de TI da PUC, num projeto da Biologia da PUC, com barcos criados pelo setor de Computação da PUC.

Fazendo parcerias com Universidades, grupos de pesquisas, empresas, Ongs, muitas inovações podem ser desenvolvidas e até mesmo fundos da CAPES podem ajudar a adquirir equipamentos para novos projetos,, inclusive fundos verdes da Alemanha.

A T.I. pode contribuir com uma Porto Alegre como Polo de Tecnologias Limpas. Para isso, a PROCEMPA pode ir muito além de sua atual contribuição à gestão administrativa, podendo ser usada para outras questões de alta relevância para a sociedade.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA, DA CONTROLADORIA E DA OUVIDORIA

Dotação autorizada / 2020: R\$ 19.812.947,22

A SMTC foi criada em 2017 com as funções de coordenar, planejar, articular e controlar as políticas públicas relativas a auditoria preventiva, fiscalização e acompanhamento da gestão de sistemas administrativos e operacionais.

Uma de suas finalidades precípua é o diálogo entre a sociedade e a administração pública.

Entre os seus serviços mais relevantes estão:

a) PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, onde o cidadão pode entrar em contato e solicitar qualquer informação sobre a gestão, com o compromisso de obter resposta em 20 a 30 dias.

B) OUVIDORIA-GERAL do município, que recebe reclamações dos cidadãos sobre solicitações que a prefeitura não atendeu.

Além disso, recebe denúncias de corrupção ou improbidade administrativa.

A Ouvidoria deve dar total atenção às demandas de melhoria dos serviços públicos e seu compromisso com o atendimento à população, encaminhando de imediato as reclamações aos órgãos competentes e acompanhando a tomada de providências a respeito.

Para auferir o grau de satisfação das pessoas com os serviços prestados pela Prefeitura, estimular a participação das pessoas em registrar opinião sobre serviços recebidos, pois habitualmente só registram quando são mal atendidos, não registrando os bons atendimentos.

Também acrescentar novos campos nos formulários com questões como “sugestões inovadoras”, “melhoria de serviço” e “reclamação”, para que o usuário se manifeste mais amplamente.

A Lei de Transparência da Informação deverá ser rigorosamente cumprida, sem atrasos, por essa Secretaria.

PROGRAMAS DE SATISFAÇÃO

Conforme já descrito na previsão de atividades da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, a Secretaria Municipal de Transparência, Controladoria e Ouvidoria participará conjuntamente da implantação dos programas para auferir a satisfação do público com os serviços prestados e também dos próprios servidores públicos municipais, garantindo o anonimato.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PARCERIAS ESTRATÉGICAS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Dotação Autorizada / 2020: R\$ 5.451.301,00

Devem ser ressaltados como prioridade os projetos de Captação de Recursos para o município, além dos demais objetivos dessa Secretaria, que atua de forma transversal a todas as outras e que visa fomentar Parcerias Público-Privadas, Concessões, Adoções e Parcerias entre setor público e privado em geral.

A Secretaria Municipal de Parcerias Estratégicas e Captação de Recursos é formada por Departamentos Técnicos que avaliam a viabilidade dos projetos com potencial para Concessão ou PPP.

Esta Secretaria, cujo papel estratégico é fundamental, adquire maior relevância ainda no âmbito de retração econômica atual.

Para possibilitar obras de saneamento, infraestrutura, mobilidade urbana, bem como projetos de educação e de inclusão digital, a captação de recursos a partir de 2021 será indispensável, haja visto a escassez de recursos públicos disponíveis.

Parcerias Público-Privadas devem ser buscadas para projetos sustentáveis de transporte público, como é o caso do Aeromóvel, para a viabilização do qual concorrem tanto a parceria de uma empresa privada quanto o financiamento do BNDES, para a parte do município nesse investimento em infraestrutura de transportes.

Financiamentos internacionais ou federais – se possível a fundo perdido (subvenção) – devem ser buscados em obras de saneamento e despoluição do Guaíba, bem como para projetos de conversão de nossos modais de transportes e de energia, para obras de infraestrutura e também para projetos de inclusão digital e educação, com atenção especialmente na qualificação do ensino fundamental, que servirá de base para aprendizados posteriores e desenvolvimento das capacidades dos estudantes.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Dotação Autorizada / 2020: R\$ 62.111.137,08

È a Secretaria que cuida da articulação política institucional, com o objetivo de planejar, articular e controlar a política interna e externa do município. Trabalha para manter uma boa relação com os governos estaduais e federais e os órgãos deles, e ainda com os munícipes.

O Orçamento Participativo e todo o seu ciclo anual de operação é gerido pela SMRI que também acompanha os trabalhos dos Conselhos Municipais e de Governança Local, identificando as demandas da sociedade, e ainda, desenvolvendo, implementando e supervisionando projetos locais e territoriais, por meio dos canais de atendimento e dos Centros de Relações Institucionais e Participativas.

Todas essas funções da SMRI descritas no parágrafo acima passarão para a gestão do Gabinete do Vice-Prefeito, que continuará contando com o apoio técnico e assessoria dos profissionais dessa Secretaria.

Acumulando funções de política interna e externa do município, a Secretaria Municipal de Relações Institucionais acumula ampla demanda, que propomos seja melhor dividida. As relações institucionais externas devem passar ao foco da SMRI, enquanto as relações institucionais internas ao município passam à gestão do Gabinete do Vice-Prefeito.

As relações institucionais dentro do próprio Município passam a ser exercidas prioritariamente pelo Gabinete do Vice-Prefeito, que passa a ser o Gabinete Transversal da Sustentabilidade, Desburocratização e das Prefeituras Regionais de Porto Alegre.

A Secretaria Municipal das Relações Institucionais será direcionada para as relações institucionais com os demais entes municipais, estaduais e federais. Essas relações adquirem relevância aumentada no contexto da escassez de recursos, que requer a colaboração e otimização do uso racional das verbas públicas com os âmbitos estadual e federal para atender às necessidades socioeconômicas da população do município.

Na região Metropolitana, o consórcio de municípios reunidos na GRANPAL deve ser mobilizado pela Prefeitura de Porto Alegre para buscar recursos a fim de reativação do Projeto Pró-Guaíba de despoluição da bacia hidrográfica do Guaíba, na qual os rios Sinos e Gravataí estão entre os cinco mais poluídos do país. Para tanto a esfera do Governo do Estado também deve ser convocada para fazer a sua parte.

A parceria com o Governo do Estado é essencial na área de Turismo, como é o caso de um Projeto para um Parque no Morro Santa Teresa, área estadual que em grande parte já foi invadida. O Município de Porto Alegre deve buscar essa parceria com o Estado para criar um parque destinado ao ecoturismo (em cima do morro com vista para o Guaíba) e parceria posterior com a iniciativa privada para construção de um Teleférico unindo o morro ao Guaíba, tornando assim Porto Alegre uma cidade mais turística, aproveitando de modo especial a beleza de sua Orla.

As relações com o Governo Federal serão fundamentais para obras de infraestrutura, saneamento, transportes, sustentabilidade e projetos de inclusão digital e educação, com busca de financiamentos para obras cuja viabilização pode ser complementada por financiamentos internacionais também.

Também compete às relações institucionais a representação do Município nos trâmites burocráticos que envolvam as mais diversas instituições não apenas nos três níveis de governo (junto à esfera federal, estadual e de outros municípios) mas também dos três poderes, onde costuma também haver entraves burocráticos das mais diversas formas aos projetos que lá tramitam.

SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Dotação autorizada / 2020: R\$ 52.020.970,77

A Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico foi criada a partir da fusão de secretarias de grande relevância, a de Indústria e Comércio e a do Turismo, além de dois gabinetes (Gabinete de Inovação – Inovapoa e Gabinete de Licenciamentos – Edificapoa).

Administra, assim, áreas vitais para a economia que são as de Produção, Indústria, Comércio, Turismo, Inovação e Licenciamentos. Incentiva as atividades dessas áreas, buscando atrair investimentos no município.

Também é responsável por fiscalizar essas mesmas atividades.

É responsável ainda pelo PROCON de Porto Alegre.

Tendo múltiplas funções, é bem segmentada, tendo 6 Diretorias, além do CASE (Coordenação de Administração e Serviços), do gabinete do secretário e de duas assessorias (uma assessoria técnica e outra de projetos e processos).

- Diretoria de Desenvolvimento Econômico (DDE)
- Diretoria de Inovação (DI)
- Diretoria do Escritório de Licenciamento (DEL)
- Diretoria de Turismo e Eventos (DTE)
- Diretoria do Procon (DP)
- Diretoria de Fiscalização (DF)

A Diretoria de Turismo e Eventos (DTE) receberá especial atenção da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico, como uma área de especial interesse para a economia sustentável, colocando Porto Alegre na rota turística nacional.

O fato de se constituir em uma Diretoria de uma outra Secretaria não deve ser visto como uma menor importância da área de Turismo, eis que já houve uma Secretaria de Turismo em Porto Alegre e poderá voltar a haver, mas este Programa de Governo parte da estrutura de gestão de 2020.

PORTURISTA ALEGRE

O projeto PorTurista Alegre visa incluir a capital gaúcha na rota turística nacional, difundindo roteiros ecológicos junto às agências turísticas nacionais que vendem pacotes para Gramado e Canela.

Entre as atrações a serem construídas e/ou organizadas para serem oferecidas se incluem:

1 - Projeto Parque do Morro com Teleférico: em área pública estadual no Morro Santa Teresa, em grande parte invadida, a Prefeitura de Porto Alegre buscará junto ao Governo do Estado a reserva da área para um Parque do Morro.

O passo seguinte será conceder à iniciativa privada a gestão desse parque, destinado ao Ecoturismo, com a construção de um Teleférico ligando o Morro à Orla do Guaíba.

O Projeto Parque do Morro com Teleférico resultará, portanto, em uma Parceria Público Privada cuja gestão será compartilhada entre o Governo do

Estado (área do Parque do Morro), a Prefeitura (área da Orla do Guaíba) e a iniciativa privada.

O vencedor da Concessão que inclui a construção do Teleférico terá direito a exploração turística do Parque, inclusive com a construção de um hotel para os turistas, caso queira fazer também esse investimento.

2 - Roteiros Rurais da Capital; roteiros de ecoturismo e gastronomia na zona rural de Porto Alegre com produtos orgânicos produzidos na região.

3 - Parque Itapuã; roteiro de ecoturismo na reserva ambiental de Itapuã

4 - Delta do Jacuí: roteiros de ecoturismo de barco na área de preservação ambiental do Delta do Jacuí

5 – Roteiros Históricos e Culturais; serão oferecidos também inúmeras alternativas de roteiros por regiões históricas e culturais da cidade.

Aos próprios turistas deve ser proporcionada a escolha entre as alternativas dos locais que mais despertem interesse, de acordo com suas preferências pessoais.

POLO DE TECNOLOGIAS LIMPAS

O Gabinete de Inovação – INOVAPOA – será direcionado para tornar a capital gaúcha um Polo de Tecnologias Limpas.

Para isso, deverá buscar, através de Incentivos Fiscais e Parcerias Público Privadas, a atração de empresas de tecnologias limpas, que vão desde equipamentos contra a poluição até novas tecnologias que reduzem, minimizam ou são isentas de poluir o ambiente.

Interessam em especial:

1 - As empresas de T.I. (Tecnologia da Informação), para o que podem ser feitas parcerias do Município com o TECNOPUC.

2 – Empresas de transportes com tecnologias não poluentes, tais como Aeromóvel, Veículos leves sobre trilhos, Automóveis e Ônibus Elétricos.

3 – Empresas de equipamentos para reaproveitamento de resíduos, transformando resíduos em empreendimento econômico gerador de emprego e renda, bem como produção de materiais e reciclado e produção de energia

4 – Empresas de equipamentos destinados à despoluição, principalmente das águas, mas também do ar ou do solo.

MEI AMIGO

O projeto de Apoio ao Micro Empreendedor Individual (MEI AMIGO) visa ampliar a desburocratização dessas atividades e a isenção de cobranças de quaisquer forma de tributos municipais para aqueles considerados na faixa de ganhos de subsistência.

Ou seja, se destina aos que não são capazes de acumular capital para superar a fase de microempresa com finalidade de sobrevivência econômica familiar.

O projeto MEI AMIGO deve ser transformado em projeto de Lei Municipal de isenção total de tributos enquanto os mesmos estiverem nessa

condição econômica de subsistência, só passando a recolher tributos quando tiverem condição econômica de aquisição de patrimônios e crescimento do empreendimento,

EMPREENDEDORISMO DESBUROCRATIZADO

A gestão do Desenvolvimento Econômico do município tem ainda a responsabilidade de gerar empregos de modo sustentável, orientando os empreendedores de modo claro e transparente – e fazendo isso de modo ágil – sobre as necessidades de adequação às exigências legais.

Será vedado o acúmulo de funções de Secretário Municipal dessa pasta (ou de qualquer outra) com a de outra Secretaria Municipal, como vinha acontecendo na Gestão que se encerra em 2020.

O compromisso de desenvolvimento e geração de empregos requer a agilidade nessa função, pois enquanto os empreendimentos não recebem o devido enquadramento legal necessário para serem autorizados, não podem recrutar mão de obra para as suas atividades.

Será estabelecido e cobrado o cumprimento de prazos para a análise de projetos encaminhados pelas empresas para essa Secretaria, mesmo quando esses projetos devem ser examinados por outras Secretarias específicas.

Será de responsabilidade da pasta de Desenvolvimento Econômico cobrar também os mesmos prazos para os demais órgãos encarregados de examinar os empreendimentos que dependem de autorização do município.

FISCALIZAÇÃO ATIVA

É importante valorizar a área de Fiscalização, investindo na Fiscalização Ativa, com novas vagas para o cargo de agente fiscal. A Fiscalização Ativa deve ser desenvolvida nas diversas áreas de competência municipal, tais como é o caso de ser praticada na SMPG, na SMDE e na SMAMS.

GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

O incentivo ao empreendedorismo e o aumento da oferta de crédito produtivo e orientado para os pequenos empreendimentos, formais e informais, em boa parte, geridos por mulheres chefes de família, será viabilizado com programas e metodologias específicas, diferenciadas daquelas praticadas pelos bancos, de cujos critérios de análise deste crédito estão fundamentados em garantias reais que, via-de-regra, os pequenos empreendedores não dispõem.

Porto Alegre foi uma cidade pioneira e multiplicadora para fora de suas fronteiras, da metodologia das Microfinanças, em especial, do Microcrédito Produtivo Orientado.

O Município conta com uma OSCIP especializada, a PORTOSOL, constituída com recursos municipais e estaduais, entre outros. Entretanto, ao longo dos anos a carteira não cresce proporcionalmente ao tamanho e necessidade dos pequenos empreendedores. Ao contrário, houve uma acomodação, estagnação do seu crescimento, retraindo o impacto social e econômico que dela Porto Alegre poderia obter.

Sabemos que o momento em que esta gestão estará assumindo, na pós-pandemia, será crucial se retomar e ampliar as experiências exitosas, consagradas mundialmente como o Microcrédito e a Economia Solidária, capazes de incluir em processos orientados de gestão e crédito, aqueles trabalhadores por conta própria, cujo impacto da desaceleração e desestruturação da economia os atingiu diretamente.

Os pequenos empreendedores das áreas de comércio, serviços e produção, são responsáveis pela geração de quase 25% dos postos de trabalho no Brasil. No entanto, são carentes de acesso ao crédito, à capacitação e ao assessoramento, condizentes com o porte dos pequenos negócios, muitos deles informais, assim como adequados ao nível de escolaridade de seus proprietários.

Estes pequenos empreendimentos podem ser de iniciativa individual/familiar, como o é a maioria deles, como também se apresentam em organização colaborativa e solidária e em cooperativas. Em todas estas modalidades, Porto Alegre já acumula conhecimento e tecnologias que devem ser retomadas e fomentadas para ampliar sua abrangência e impacto.

Medidas iniciais e prioritárias da Gestão Municipal em Porto Alegre, será a retomada do assento do município no conselho deliberativo da Portosol, a elaboração de diagnóstico institucional e setorial, acompanhado de políticas públicas para implementar, em regime de urgência, um aumento significativo do acesso ao funding pelas instituições e de qualificação dos quadros para trabalharem na perspectiva da universalização do acesso ao crédito orientado em Porto Alegre.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA certamente também desempenhará um papel de redobrada importância no cenário que se desenha. Muitos grupos autogestionados e de produção e comercialização coletivas já existem no RS, notadamente em Santa Maria, cuja Feira Anual da Economia Solidária recebe visitantes de outros estados e países, transformando a Feira num momento importante de troca de experiências entre os empreendedores e grupos solidários.

A Gestão Municipal deve comprometer-se em estabelecer políticas públicas capazes de apoiar a superação dos empecilhos à consolidação e expansão destes empreendimentos, individuais e coletivos, formais e informais, o que historicamente tem sido o acesso ao crédito orientado e adequado às suas necessidades e capacidade gerencial e produtiva.

PROGRAMA DE ESTÍMULO MUNICIPAL À INOVAÇÃO E AO EMPREENDEDORISMO (PREMIE)

Esse Programa visa estabelecer as relações da Prefeitura de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico, com o empreendedorismo. O PREMIE diz respeito a:

- A) Startups com incentivo e apoio técnico
- B) Inovapoa
- C) Do Pacto Alegre ao Polo de Tecnologias Limpas
- D) Poa Inquieta e Economia Criativa
- E) Programa de estímulo à geração de empregos (GERE)

O incentivo à inovação tecnológica e ao empreendedorismo deve ser feito em novos moldes, sem vícios tais como os verificados atualmente na Gestão Municipal de Porto Alegre.

O modelo que propomos, PREMIE – Programa de Estímulo Municipal à Inovação e ao Empreendedorismo – deve premiar o mérito de novos empreendedores capazes de gerar soluções e atividades sustentáveis, facilitadas pelo poder público mas não dependentes deste.

Por facilitar o desenvolvimento das startups, premiando seus esforços, se entendam os seguintes modos de incentivo:

- desburocratização, para facilitar suas atividades
- incentivos fiscais, isto é, renúncia a tributos, por sua natureza
- colaboração técnica, em especial da Procempa

Nenhuma destas formas de colaboração irá gerar prejuízos ao Município, podendo gerar ótimos resultados se as empresas se desenvolverem.

A própria colaboração técnica a ser prestada pela Procempa pode trazer benefícios também para a Empresa Pública, eis que as Startups lidam com inovações que podem vir a beneficiar também as empresas que vierem a se tornar suas parceiras.

O modelo atual, que deve ser abandonado, implica em:

- Uso de verbas públicas para desenvolver empresas privadas
- Gestão das verbas acima citadas, por influência direta do Prefeito.

Esse modelo atual, viciado, se evidencia na relação atual da Gestão municipal com as Startups, como descreveremos a seguir.

A) STARTUPS COM INCENTIVO E APOIO TÉCNICO

Porto Alegre deve ter um PROGRAMA DE INCENTIVO ÀS STARTUPS, mas com critérios bem definidos, capazes de gerar resultados, baseados mais em incentivos fiscais (isenções até que as empresas se tornem lucrativas) do que na doação de dinheiro público.

Em 2020 (mais precisamente em 11/03/2020, em pleno início da crise da pandemia), a Câmara Municipal de Porto Alegre aprovou projeto do Prefeito para a criação de um Fundo Municipal de Inovação e Tecnologia (FIT – vinculado à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico) no valor de 20 milhões de reais, destinados a startups que proponham melhorias para questões urbanas em diversas áreas, como saúde, mobilidade e segurança pública. Ao mesmo tempo em que destinava 20 milhões para esse fundo, a Prefeitura rompia convênios com pré-escolas, os funcionários da saúde não tinham EPI e tiveram seus vales cortados, ou seja, uma série servidores da saúde e educação sofriam cortes da Prefeitura que investia no fundo para startups.

O FIT tem um Comitê Gestor de 13 integrantes, sendo 07 representantes do poder público municipal, 03 do setor econômico da cidade (mas escolhidos pelo prefeito) e 03 de universidades localizadas na Capital. As nomeações, assim como a indicação da coordenação, serão do prefeito. Ou seja, as verbas do FIT acabam sendo geridas majoritariamente por indicações do Prefeito, colocando em risco a impessoalidade que é um dos princípios da administração pública.

O modelo de Comitê Gestor do FIT deve ser revisto pois, tal como está, falando em linguagem clara, privilegia a influência política por indicações do Prefeito, ao invés de a projetos que tragam real benefício para a comunidade. As indicações para compor o Comitê Gestor devem ser técnicas e não políticas, feitas por representantes dos empreendedores e das universidades, que tem maior capacidade de avaliar o potencial das startups em produzir resultados.

Ao mesmo tempo em que se criava esse Fundo com dinheiro público, em julho de 2020 uma única Startup conseguiu captar investimento de 120 milhões (6 vezes maior, portanto) de um Fundo privado, Em meio à crise econômica a reboque do coronavírus, uma das principais empresas de tecnologia do Estado trouxe uma boa notícia. A corretora digital Warren, startup criada em 2014, anunciou que receberá um investimento de R\$ 120 milhões do fundo QED Investors, também investidor de empresas como Nubank e Loft. O investimento gerou a contratação de 100 novos profissionais pela startup.

O que são Startups e como a Gestão Municipal deve incentivar essa forma de empreendedorismo?

Para alguns, qualquer pequena empresa em seu período inicial seria uma startup. Para outros, seria apenas quando é uma empresa inovadora com custos de manutenção muito baixos, mas com potencial para crescer rapidamente e se tornar muito lucrativa, sem gerar grandes custos. A definição atual mais aceita é que uma startup é um grupo de pessoas à procura de um modelo de negócios repetível e escalável, trabalhando em condições de incerteza.

As Startups são iniciativas que não precisam de muitos investimentos, eis que se constituem em geral de um pequeno grupo de pessoas, trabalhando com uma ideia diferente e em fase inicial.

As Startups são empresas em fase inicial de suas atividades, são inovadoras e muitas destas na área digital. Costumam criar soluções para resolver problemas que precisavam de novas alternativas.

Startups são basicamente tentativas, que podem ter vários investidores que observam o seu desempenho e potencial de gerar resultados. Envolve um ecossistema econômico entre:

- Inventores
- Desenvolvedores
- Investidores
- Parcerias

Uma parceria muito usada é com Universidades, eis que muitas startups são do ramo de tecnologia e inovação.

Um exemplo mundialmente famoso é o investimento que a Google faz em inúmeras startups, cuja estatística no entanto é que apenas 1% das mesmas se desenvolvem e as outras não se criam após o primeiro ano de tentativas de se estabelecerem no mercado.

Pela própria natureza das Startups, empresas de alta inovação e de alto risco, fica claro que o melhor modo da Gestão Municipal incentivar seu desenvolvimento é basicamente “não atrapalhar”, desburocratizando as exigências legais para o seu funcionamento, bem como propiciando isenções fiscais, eis que os empreendedores iniciantes tem mais ideias do que capital.

O segundo modo de estimular Startups, por parte da Gestão Municipal, é proporcionar apoio técnico às mesmas a partir da PROCEMPA, eis que a maioria das startups tem relação direta com Tecnologias da Informação.

Não é indicado, portanto, a destinação de verbas públicas para essas empresas de risco, verbas que – como se viu em 2020 – faltaram para profissionais da saúde e da educação infantil.

Os criadores de startups não visam verbas públicas mas sim prosperar com financiamentos do próprio mercado, como se viu no caso da startup que recebeu aporte 6 vezes maior que o do FIT, por parte de investidores privados.

A AGS – Associação Gaúcha de Startups – criada para ajudar no desenvolvimento das Startups, já reúne mais de 5000 empreendedores, mais de 750 startups e mais de 100 empresas em mais de 50 cidades gaúchas.

A AGS conecta as Startups com grupos de Investidores, com Universidades, ou seja, as relaciona com o mercado e a ciência.

Porto Alegre deve, sim, incentivar as Startups, contribuindo também para seu desenvolvimento, para atingirem níveis como as de Florianópolis ou Fortaleza, que recebem incentivos fiscais.

Inovação Tecnológica é hoje o principal fator de desenvolvimento mundial.

Propomos que Porto Alegre gere um verdadeiro POLO DE TECNOLOGIAS LIMPAS e as Startups - em parcerias tais como com Procempa e Tecnopuc – tem enorme contribuição para essa meta.

Os países que lideram o mundo em inovação, hoje, são os Estados Unidos, a China e Israel. Porto Alegre tem plenas condições (profissionais e empresas capazes) de atingir um desenvolvimento de ponta, adotando o modelo de Israel de inovação tecnológica – rico em Startups que desenvolvem tecnologia de ponta em busca de soluções revolucionárias.

Esse modelo de sucesso de Inovação implica em participação do Estado (que no caso de Israel se dá pelo Exército), da Educação e da Cultura. Resolvendo problemas do Estado (no caso, em funções de defesa), exercem atividades práticas nas quais vão se capacitando na solução de tais problemas. No aspecto da Educação, esta valoriza cursos técnicos com desenvolvimento de softwares e pesquisa. E por fim, no aspecto da Cultura, a questão fundamental é o envolvimento com a comunidade, se sentir parte responsável da sociedade e estar comprometido com a resolução dos problemas dessa sociedade.

O presente PROGRAMA DE ESTÍMULO MUNICIPAL À INOVAÇÃO E AO EMPREENDEDORISMO (PREMIE) visa criar essas condições em Porto Alegre, com a participação do Estado através da Gestão Municipal, com a realização de Parcerias entre a Empresa Pública Procempa e as Startups, propiciando a prática das atividades das mesmas com o suporte técnico da empresa municipal, bem como a geração de um ambiente de Educação e de Cultura propício para a geração de um Polo de Tecnologias Limpas em Porto Alegre, com incentivos fiscais e Parcerias Público-Privadas.

B) INOVAPOA

O INOVAPOA teve sua criação proposta pela Prefeitura e aprovada pela Câmara em 2008, como Agência Municipal de Inovação e Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Porto Alegre (INOVAPOA), foi concebida para se constituir em uma autarquia mas acabou se transformando em um Sistema de Inovação e Empreendedorismo ligado ao Gabinete do Prefeito.

Seu objetivo é constituir um conjunto articulado de instituições dos setores público e privado, tais como: agências de fomento e financiamento, instituições financeiras, empresas públicas e privadas, instituições de ensino e pesquisa, ambientes poa.hub.

As atividades e interações (entre esse conjunto articulado de instituições públicas e privadas) geram, adotam, importam, modificam e difundem novas tecnologias, com o aprendizado, a Inovação e o empreendedorismo como aspectos centrais.

Visa gerar o Empreendedorismo e a Inovação e por consequência:

- Geração de emprego e renda em atividades com tecnologia
- Gerar produtos inovadores e negócios de alto valor agregado
- Gerar novos serviços, de terceiros, gerando novas empresas
- Atrair investidores
- Absorção de profissionais especializados
- Geração de parcerias com as Universidades e instituições de pesquisa, gerando novos conhecimentos

Para atingir esses objetivos, o INOVAPOA deve ter setores de:

- prospecção e identificação de oportunidades empresariais
- incentivo à criatividade e à geração de ideias
- formação de empreendedores
- geração de empreendimentos
- setor de formação em ciência, tecnologia e em geoeconomia regional
- setor de informação mercadológica e de programas de fomento ao desenvolvimento empresarial
- setor de treinamento, atualização profissional e em educação continuada
- setor de transferência de conhecimento
- uma rede digital de capacitação de excelência

A proposição do Sistema de Inovação e Empreendedorismo de Porto Alegre é inspirada por modelos internacionais, com a expectativa de estimular o processo inovador e empreendedor fornecendo soluções para as demandas da cidade de Porto Alegre.

C) DO PACTO ALEGRE AO POLO DE TECNOLOGIAS LIMPAS

O Pacto Alegre foi lançado oficialmente em 21/11,2018, quando foi assinado o Pacto pela Inovação em Porto Alegre. A iniciativa surgiu de parceria entre 3 Universidades – Ufrgs, Puc e Unisinos (criadoras da Aliança para a Inovação) – com a Prefeitura de Porto Alegre e outras entidades representativas (Badesul, RBS, Agibank, Sicredi), com a expectativa de agregar cada vez mais entidades e gerar iniciativas revolucionárias para a cidade.

O objetivo é transformar Porto Alegre em uma referência em inovação e empreendedorismo no país. O Pacto Alegre, portanto, pode ser instrumento para que Porto Alegre seja capaz de atrair empresas de ponta, gerando um POLO DE TECNOLOGIAS LIMPAS.

Um exemplo prático de iniciativa da sociedade civil, que já faz parte do Pacto Alegre, é o do Porto Ar Alegre, organização não-governamental e sem fins lucrativos que instalou MEDIDORES DE POLUIÇÃO DO AR em 5 locais da cidade, enquanto os Medidores da própria Prefeitura já haviam deixado de funcionar por falta de manutenção.

Entre todas as formas de inovação e soluções tecnológicas que podem e devem ser desenvolvidas, as que dizem respeito à Sustentabilidade – tais como qualidade da água e do ar – devem merecer especial atenção.

D) POA INQUIETA E A CARTA POA 2050

O Presente Programa de Governo elaborado pelo PV para a Gestão Municipal de Porto Alegre está identificado com a visão apresentada na CARTA POA 2050 apresentada pelo Coletivo Porto Alegre Inquieta, que se dedica à construção de uma cidade mais inclusiva, humana e sustentável.

Tal como diz a referida Carta, é essencial “a construção de um processo participativo de planejamento de longo prazo para Porto Alegre, com as condições necessárias para a resolução de complexos e antigos problemas e para a construção de uma cidade inclusiva e próspera. Nossa proposta parte da constatação de falência do modelo mental de quatro anos, em que cada gestão inicia quase do zero e se preocupa em entregar resultados em um governo, tempo insuficiente para um projeto de cidade que leve às transformações necessárias. A busca pela eleição ou reeleição do governante ou partido se coloca como finalidade última em torno da qual os resultados são produzidos e disseminados, muitas vezes impedindo que boas políticas se consolidem. Reconhecemos não se tratar de um problema singular de Porto Alegre nem de governos específicos, mas estamos inquietos com os problemas que assolam a cidade por décadas. Este modelo mental tem causado a descontinuidade de programas e políticas, a retração da participação cidadã, a ausência de planejamento estratégico e de gestão a longo prazo e a redução da qualidade dos serviços públicos essenciais. As comunidades periféricas são as mais atingidas pelas consequências destes problemas, sofrendo com as condições de saúde, educação, mobilidade urbana, infraestrutura e outras, que ampliam as desigualdades”.

Esse diagnóstico do problema maior da Gestão Municipal, que é a visão de governo e não de Estado, coincide com a própria Introdução do presente Programa de Governo, onde já iniciamos expondo esse ponto de vista.

Além do diagnóstico, também estamos identificados com a proposta da Carta Poa 2050, nos seguintes termos: *“O que propomos é um modelo de gestão que valorize ainda mais instâncias de participação na relação entre governo e sociedade. Para tanto, é necessário que o saber dos cidadãos de todos os segmentos da cidade seja somado à expertise técnica, formando uma inteligência coletiva capaz de propor soluções inovadoras e efetivas para além dos quatro anos de cada gestão municipal. Esperamos dos governantes a capacidade de criar espaços de cooperação, de acolher as múltiplas vozes para compor os seus planos e ações de governo e a atitude ética de dar respostas aos contextos e segmentos sociais mais excluídos. Entendemos que Porto Alegre tem tradição de processos participativos e de inovação pública, que inclui o Orçamento Participativo, os conselhos municipais, o legado dos Congressos da Cidade e as parcerias entre*

governo e sociedade, como o Pacto Alegre. Além disso, a pandemia Covid-19, mostrou-nos o quanto os porto-alegrenses estão engajados, envolvidos em redes horizontais de solidariedade e inovação. Mostrou também que a cidade está preparada para esta mudança e que 2020 é o momento certo para sua proposição, considerando que os desafios não serão vencidos sem o esforço conjunto dos cidadãos. O exercício da cidadania pode, nas próximas gestões, ser a chave para o desenvolvimento sustentável, solidário e inteligente de nossa cidade. Entendemos que devemos basear nossas ações em nossa trajetória, experiência e diversidade, assim como e em modelos que nos inspiram. Neste caso, olhamos para Medellín que, em menos de 20 anos, saiu da condição de extrema violência para ser uma das cidades mais criativas e inclusivas do mundo. Lá, as múltiplas ações de pequena escala, que se repetiam em diversas iniciativas, foram implementadas a partir de projetos-piloto nas periferias através da participação cidadã direta”.

Dessa proposta resultam diretrizes de ação, listadas na Carta POA2050, com as quais também nos identificamos, pois coincidem com a visão expressa nesse Programa de Governo Municipal para Porto Alegre:

- Reconhecer que a baixa participação cidadã existente dificulta a inovação, cria crescentes desigualdades e demanda um novo modelo de diálogo com a população, que dê o protagonismo aos cidadãos;
- Instituir a participação cidadã no centro da governança e do planejamento municipal, integrando as instâncias eleitas do legislativo e executivo com diversos setores da sociedade, incluindo necessariamente as instâncias comunitárias, temáticas e territoriais de representação, assim como a pluralidade de organizações sociais, acadêmicas e empresariais na construção de um terreno comum para enfrentamento dialogado dos conflitos, na busca dos consensos possíveis;
- Constituir um verdadeiro projeto estruturante e de longo prazo da cidade e para a cidade de Porto Alegre visando atingir nossa visão de futuro desejada, baseado no planejamento e gestão participativos, incluindo saberes populares e técnicos e que transcenda o modelo mental dos quatro anos;
- Instituir o monitoramento permanente da cultura cidadã de modo a identificar os comportamentos e valores da população para orientar as políticas públicas e contribuir para o fortalecimento dos espaços de participação.

E) PROGRAMA DE ESTÍMULO À GERAÇÃO DE EMPREGOS (GERE)

Além de todas as propostas específicas, acima relatadas, relativas à inovação e empreendedorismo, deve ser destacada a relevância de um PROGRAMA DE ESTÍMULO À GERAÇÃO DE EMPREGOS (GERE) fazendo parte do Programa maior que é o PREMIE – o PROGRAMA DE ESTÍMULO MUNICIPAL À INOVAÇÃO E AO EMPREENDEDORISMO.

O GERE, como um Programa Específico que faz parte de um programa mais amplo (o PREMIE), dará atenção especial para as possibilidades de gerar vagas com:

- Tecnologia da Informação, com vários níveis de capacitação
- Mão de obra para instalação de Placas Fotovoltaicas
- Capacitação em novas tecnologias, não-poluentes ou com redução de poluentes, em áreas de energia e transportes, tais como a conversão de motores a diesel ou gasolina para a gás (GNV) ou para motores elétricos

PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DA ZONA RURAL COM ALIMENTOS ORGÂNICOS E ECOTURISMO (PREZAOECO)

A Zona Rural, que já foi de uma extensão de 30% do Município de Porto Alegre, hoje está reduzida a 8% do território. Ela é fundamental para a saúde, o clima, a qualidade de vida dos moradores da Capital e para o equilíbrio ecológico, apresentando menor poluição do ar, da água, visual e sonora, bem como a preservação da biodiversidade.

A preservação da Zona Rural requer um Programa que estimule a produção de alimentos orgânicos, entre outras providências, pois a melhor estratégia para manter os produtores em suas terras – evitando a venda para a especulação imobiliária – é proporcionando resultados econômicos com sua produção. O Ecoturismo é outra alternativa de renda complementar e deve ser também estimulado.

Na Região Metropolitana de Porto Alegre existem 31 municípios, cerca de 2 mil escolas e 417 mil alunos, uma importante demanda para os agricultores familiares.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE), a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Esportes (SMDSE), em conjunto com a Secretaria Municipal da Educação (SMED) a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM) desenvolverão o PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DA ZONA RURAL COM ALIMENTOS ORGÂNICOS E ECOTURISMO (PREZAOECO).

A SMDE tratará das questões econômicas (da produção orgânica e ecoturismo), a SMDSE das questões sociais (habitação), a SMED da alimentação escolar e a SMAM naturalmente da preservação ambiental.

Este Programa visa preservar a Zona Rural usando para isso de todas as ações de Sustentabilidade possíveis, tais como aumentar o percentual de alimentos orgânicos na produção local, adquirindo essa produção para alimentar crianças nas creches, pré-escolas e nas escolas públicas.

O outro estímulo econômico, complementar à produção, é a promoção do Ecoturismo, devendo para isso a Gestão Municipal fomentar junto às Agências de Turismo de todo país a inclusão dos Caminhos Rurais em Porto Alegre como parte dos pacotes turísticos para o sul, sendo a Capital roteiro para quem vai a Gramado/Canela.

A) ESTÍMULO À PRODUÇÃO ORGÂNICA

O PREZAOECO cumpre um duplo papel ao estimular a produção orgânica, aumentando a qualidade da alimentação infantil na esfera pública e

a preservação da Zona Rural de Porto Alegre, através do estímulo à produção de alimentos, em contraposição à invasão da zona rural por loteamentos (regulares e irregulares).

A Lei Federal nº 11.947/2009 dispõe sobre a Alimentação Escolar e estabelece como diretrizes que a mesma seja saudável e adequada, com uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento dos alunos em conformidade com a sua faixa etária e o seu estado de saúde, inclusive quando necessitam de atenção específica.

Dá preferência para alimentos produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e os remanescentes de quilombos.

O PNAE – Programa Nacional da Alimentação Escolar – (criado em 1955 e subordinado ao MEC) repassa cerca de 2 bilhões de reais anuais aos Estados e Municípios, através do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Tem por objetivo a formação de hábitos alimentares saudáveis nos alunos e a oferta de refeições que cubram suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

B) A LEI FEDERAL DOS 30% NO MÍNIMO

Dispõe o Artigo 14 dessa Lei (Lei Federal nº 11.947/2009) que do total de recursos repassados pelo FNDE ao PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) devem ser utilizados com gêneros alimentícios provenientes da agricultura família e do empreendedor familiar rural, priorizando também os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as quilombolas.

Há doze (12) anos (desde 2008) o Brasil é o campeão mundial em uso de agrotóxicos, muitos dos quais proibidos em outros países. E desde o início de 2019 esse uso aumenta mais velozmente, com a liberação do registro de cerca de 750 novos tipos de agrotóxicos, neste um ano e meio, por parte do Governo Federal.

O crescimento é vertiginoso, de 2000 a 2012 foi de 200%, de 162 mil para 478 mil toneladas de agrotóxicos, 83% nos 10 maiores estados agrícolas, SP, MT, PR, RS, GO, MG, BA, MS, SC e MA.

Em 2013, a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), criou o grupo que gerou o PRONARA, visando a restrição ao uso, à produção e à comercialização de agrotóxicos, em especial aqueles com alto grau de toxicidade e ecotoxicidade.

O PREZAOECO (Programa de Preservação da Zona Rural com Alimentos Orgânicos e Ecoturismo está sintonia com a Lei Federal nº 11.947/2009 e com o PRONARA –Programa Nacional para Redução do uso de Agrotóxicos – e tem como instrumento para isso o PAA, direcionando a compra de alimentos para os Orgânicos, sem agrotóxicos.

Atualmente apenas 10% dos produtos agrícolas da Zona Rural de Porto Alegre são orgânicos, sem agrotóxicos, por isso as compras a serem feitas pela Prefeitura tem de ser direcionadas para estes.

O PAA – Programa de Aquisição de Alimentos (apelidado de “Compra Direta”), prevê a compra de alimentos da agricultura familiar e a sua doação a entidade assistenciais, para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. O PAA, implantado por convênio entre Ministério da Cidadania e Estado / Município, permitindo a compra dos alimentos com dispensa de licitação até o limite de R\$ 3,5 mil por família a cada ano.

O IFRS – Instituto Federal do Rio Grande do Sul – criado em 2008, é um dos 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil, que tem por finalidade cursos de acordo com as necessidades e demandas regionais. O IFRS tinha 27 mil alunos no início de 2020, com mais de 200 alternativas de cursos de diferentes modalidades, contando inclusive com o Campus Restinga, no extremo sul de Porto Alegre, que passou a ser um Campus do IFRS, constituindo-se uma nova perspectiva para a qualificação e geração de emprego e renda, gerando oportunidades profissionais.

C) O PACTO DE MILÃO

Porto Alegre é signatária do Pacto Milão (2015), ao lado de cidades de todo o mundo, Pacto que vem a ser um compromisso de que a produção seja fomentada dentro do município – produção local – e que o abastecimento da cidade seja todo feito num raio de 100 km no máximo. Também estipula que o Município se compromete com a alimentação e agricultura segura e saudável para todos.

D) OS CAMINHOS RURAIS

Através dos Caminhos Rurais de Porto Alegre, o Turismo Ecológico tem sido uma renda complementar para produtores rurais que se dispõem a receber visitantes, vendendo seus produtos e mostrando suas propriedades rurais aos mesmos. Para tanto, existe uma Associação Caminhos Rurais e um site de divulgação.

Para que um proprietário rural participe dos Caminhos Rurais, é necessário que faça previamente o curso de Turismo Rural proporcionado pelo SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, SENAR, que faz parte do SISTEMA S juntamente com Sesi, Senai, Sesc, Senac, Senat, Sest, SESCOOP e Sebrae).

E) ATRAÇÕES, PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO TRADICIONAIS

Os Caminhos Rurais proporcionam as atrações do campo em plena Capital gaúcha, com produtos orgânicos, alimentação, passeios a cavalo, experiência com animais, flores e mudas, Ecoturismo, Turismo Pedagógico, Turismo Cultural, além de poderem também receberem eventos sociais, empresariais e infantis.

As plantas alimentícias não tradicionais (PANC) são outra atração à parte, pois habitualmente nos restringimos a um grupo de cerca de 100 alimentos, sem muitas variedades. Porém, o Brasil detém a maior biodiversidade do mundo, com 3000 plantas com potencial alimentício, tais como a beldroega, a chicória do mato, o alho tropeiro, o ora-pró-nóbis, o malvaisco e a lanterna chinesa, entre muitas outras.

As PANC – Plantas Alimentícias Não Convencionais – podem ser uma atração à parte nos Caminhos Rurais, como é o caso do curioso Pão de Urtiga, naturalmente sem as partes da planta que causariam comichão, pois estas saem durante o preparo.

F) EXPANSÃO DOS CAMINHOS RURAIS COMO PARTE DE UM ROTEIRO DE ECOTURISMO

Mais de 2 milhões de turistas são contabilizados em Gramado e Canela nos 3 meses de inverno a cada ano, mas esse fluxo não cessa durante o resto do ano e a imensa maioria passa por Porto Alegre, mas não para na Capital, por falta de atrações turísticas.

Desenvolver o Ecoturismo através de um conjunto de atrações – tais como a construção de Teleférico do morro ao Guaíba, de passeios de barco no Delta do Jacuí e de roteiros na Zona Rural e no Parque Estadual de Itapuã (de 5,5 mil hectares, em Viamão), são um conjunto de estratégias para colocar Porto Alegre “no mapa” das Agências de Turismo nacionais.

G) A INVASÃO POR LOTEAMENTOS REGULARES E IRREGULARES

A preocupante diminuição da área da Zona Rural de Porto Alegre passa pela especulação imobiliária que pressiona a Gestão Municipal para aprovação de seus loteamentos de luxo, associada aos loteamentos irregulares que pressionam pela regularização fundiária da posse das terras. Os loteamentos regulares via de regra vem com pedido junto aos órgãos públicos, é dada publicidade a estes condomínios de alto padrão. Os irregulares decorrem vulnerabilidade socioeconômica, pessoas em áreas ocupadas tendo filhos que fazem mais uma casinha, avançando sobre a área rural.

Somente com um Programa Habitacional efetivo será possível gerar alternativas à invasão das áreas rurais, no que tange ao problema social, já a especulação imobiliária tem de ser enfrentada com o respeito à preservação da Zona Rural no Plano Diretor.

PROGRAMA DE RESGATE E INCENTIVO AO CARNAVAL E SEUS EVENTOS EM PORTO ALEGRE (PRINCEPA)

Cabe à Secretaria Municipal de Cultura (SMC) e à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE, através de sua Diretoria de Turismo

e Eventos – DTE), em conjunto, o planejamento, a articulação e toda espécie de iniciativas que se fizerem necessárias para a efetivação do PRINCEPA.

O PRINCEPA completo consta do capítulo referente à Secretaria Municipal de Cultura do presente Programa de Governo. Apresentaremos aqui apenas os aspectos de competência da SMDE, imprescindível para a viabilidade e sustentabilidade econômica do Carnaval.

O papel da SMDE é fundamental para a sustentabilidade econômica do Carnaval, se articulando com a Secretaria Municipal de Parcerias Estratégicas e Captação de Recursos, na busca de patrocinadores e parceiros comerciais, eis que o ramo de Entretenimento está entre os de maior expansão econômica do Século XXI.

Uma das maiores despesas anuais para a realização do Carnaval de Porto Alegre é a montagem e desmontagem das arquibancadas provisórias, estruturas móveis que consomem cerca do total 70% dos gastos. Não há restrições a “name rights” de patrocinadores, por parte das entidades carnavalescas. Uma empresa que construa arquibancadas permanentes, como é o caso de estruturas de cimento pré-moldadas, pode ter direito de batizar com seu nome a passarela do samba permanente a ser construída, tal como já ocorreu por exemplo no futebol na Fonte Nova Itaipava, no período em que a empresa assumira a manutenção daquela Arena esportiva. Só a construção dessa estrutura fixa já economizaria cerca de 5 milhões anuais, cerca de 70% dos gastos com o evento.

Outra questão central para o Planejamento é a inclusão dos eventos das Escolas de Samba, que ocorrem ao longo de todo o ano, nos Roteiros Turísticos a serem elaborados pela Diretoria de Turismo e Eventos – DTE da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE). Pelo menos 2 milhões de turistas passam por Porto Alegre nos três meses de inverno rumo a Gramado e Canela, além de outra grande leva de visitantes no final do ano para o Natal Luz e um fluxo permanente ao longo de todo ano para a Serra Gaúcha, Cabe à DTE da SMDE criar Roteiros Turísticos para Porto Alegre, tanto roteiros de Ecoturismo quanto Roteiros Culturais (caso das Escolas de Samba), a serem incluídos nos pacotes das agências de turismo para a Serra Gaúcha, com a criação de atrações em Porto Alegre para captar parte desse extraordinário fluxo turístico.

SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES

Dotação autorizada / 2020: R\$ 48.745.924,95

A Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Esportes (SMDSE) é responsável por criar e executar políticas públicas que promovam a inclusão social dos portoalegrenses.

Suas ações específicas são: acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência, direitos humanos, acesso ao trabalho, emprego e renda, além da promoção do esporte, da recreação e do lazer.

PROJETOS PRIORITÁRIOS

Para alcançar suas finalidades precípuas, a SMDSE deve estabelecer os seguintes projetos como prioritários, dentre suas atividades.

1) ABRIGOS PARA TODOS (CRIANÇAS/ADOLESCENTES E PARA MORADORES DE RUA)

Os Abrigos para crianças e adolescentes seguirão tendo assistência dos quadros técnicos da FASC.

A equipe da FASC que se dedicar a assistência aos moradores de rua deverá trabalhar em conjunto com grupos de entreajuda (Alcolólicos Anônimos e Narcóticos Anônimos), considerando a alta incidência de abuso de álcool e uso de outras drogas entre a população de rua, uma das causas do estado de mendicância.

2) PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL DE PORTO ALEGRE: PID-POA (PARA CAPACITAÇÃO DE ESTUDANTES E DE TRABALHADORES)

Compete à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Esportes (SMDSE), a criação de um Programa de Inclusão Digital de Porto Alegre (PID-POA) que contemple a capacitação de estudantes para futuras atividades profissionais e o treinamento de trabalhadores em habilidades essenciais para sua colocação ou recolocação no mercado de trabalho.

Para a criação, desenvolvimento e expansão desse programa, além dos técnicos da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Esportes (SMDSE), será solicitado o apoio técnico da PROCEMPA. Também podem ser mobilizados quadros técnicos de outras áreas da Gestão Municipal (por exemplo, para a viabilização dos locais para os CENTROS DE INCLUSÃO DIGITAL (CIDs), de parcerias público-privadas com Universidades e com empresas.

Esse Programa deverá organizar cursos de capacitação digital de estudantes e trabalhadores, nas mais diversas atividades (indústria, comércio, atividades bancárias, serviços) de modo a lhes inserir ou reinserir no mercado de trabalho, com as habilidades que lhe serão exigidas em cada área específica de atividades.

O PID-PAD buscará viabilizar também os equipamentos necessários para as Escolas e, além disso, também os equipamentos para os CENTROS DE INCLUSÃO DIGITAL (CIDs) a serem mantidos nos bairros, com amplo acesso para os trabalhadores das mais diversas ocupações.

Os locais para instalar CENTROS DE INCLUSÃO DIGITAL (CIDs), para não gerar despesas desnecessárias, deverão se situar em locais públicos já existentes, tais como as Escolas Públicas e as 17 Coordenadorias Regionais onde ocorrem os encontros do Orçamento

Participativo. Também em Associações Comunitárias, onde podem ser disponibilizados para um público amplo, além de outros recursos da comunidade (tais com igrejas, ONGs, entidades filantrópicas/beneficentes), nas instituições de apoio aos trabalhadores (Sesi, Senac) e de apoio aos microempreendedores individuais (Sebrae). Também podem ser usados os locais a serem listados como disponíveis no programa Meu Bem, de uso dos bens públicos, que será descrito a seguir.

O setor de TI está em expansão, se relacionando com todos os demais setores (indústria, comércio, serviços) e gerando novas vagas em todos eles, para aqueles que tem conhecimentos nessa área. Novas capacitações, novas habilidades são necessárias, para que as pessoas possam se habilitar a essas vagas. O mercado da TI é vasto e cresce constantemente, para quem estiver qualificado. Atualmente existe ainda relativamente pouca concorrência para o tamanho da demanda, o que explica os bons salários. Enquanto faltam bons profissionais, sobram boas oportunidades.

O Programa de Inclusão Digital de Porto Alegre (PID-POA) deve proporcionar todas as condições para que as pessoas tenham acesso a essa tecnologia, incluindo:

A) ACESSO AOS EQUIPAMENTOS

B) ACESSO À REDE (WI-FI)

C) ACESSO A CURSOS DE CAPACITAÇÃO

Para criar cada uma destas condições, será necessário um planejamento próprio, capaz de viabilizar estes acessos.

A) ACESSO AOS EQUIPAMENTOS

A primeira necessidade de um Programa de INCLUSÃO DIGITAL é a existência de equipamentos para que as pessoas que não tem acesso a estes possam usufruir dessa tecnologia.

Os recursos para obtenção de equipamentos (celulares, tablets), para estudantes e trabalhadores que não os tem, devem ser buscados através de doações de empresas parceiras do PID-POA, de parcerias com outros níveis de governo (federal, estadual), de captação de recursos disponíveis (tais como previstos em programas para Educação e outras áreas sociais) e através de projetos voltados para organismos internacionais. de programas de financiamento preferencialmente a fundo perdido.

B) ACESSO À REDE (WIFI)

Entre as metas do PID-POA está a de que as Escolas Públicas contem com boas redes de Wi-Fi, que também devem ser disponibilizadas amplamente em prédios públicos e demais recursos da comunidade que possam fazer parte do PID-POA como locais para CENTRO DE INCLUSÃO DIGITAL (CIDs), abertos a estudantes e trabalhadores.

C) ACESSO A CURSOS DE CAPACITAÇÃO

O PID-POA deve proporcionar CURSOS PRESENCIAIS, em Centros Comunitários e em prédios públicos que devem fazer parte do PID-POA como locais para CENTROS DE INCLUSÃO DIGITAL (CIDs), abertos a estudantes e trabalhadores.

Também devem ser proporcionados CURSOS DE INCLUSÃO DIGITAL EAD, amplamente divulgados, para que todos tenham acesso. Já existem iniciativas gratuitas e de qualidade nessa área, criadas em Porto Alegre mesmo.

A Plataforma + PRA TI é uma iniciativa da sociedade civil, sem fins lucrativos, que busca encontrar e capacitar novos talentos na área de TI. Foi criada por profissionais altamente qualificados, do Tecnopuc, sendo uma iniciativa da sociedade que deve ter o incentivo e apoio de órgãos como a PROCEMPA. A Plataforma + Pra TI é de Tecnologia da Informação, voltadas para somar mais empregos para todos. Com ela se pode aprender do básico ao avançado da programação em qualquer lugar que estiver e a qualquer hora.

As trilhas de conhecimento dessa Plataforma estarão disponíveis 24 horas por dia para que a própria pessoa possa organizar a sua rotina de estudos. Uma Mentoria de profissionais consagrados está disponível nessa Plataforma, que trabalha com um sistema de Curadorias, para mostrar quais caminhos de desafios a seguir. A Plataforma se propõe a “guiar cada um dos nossos talentos por meios de conteúdos e desafios de diversos níveis”. Antes de finalizar cada etapa, é preciso validar o conhecimento do talento para que ele avance para os próximos estágios.

Essa Plataforma deve receber o apoio também da PROCEMPA e ser amplamente divulgada como mais um instrumento valioso para o PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL DE PORTO ALEGRE (PID-POA), a ser disponibilizado para o público mais amplo nas Escolas Públicas, nas associações comunitárias e outros recursos da comunidade, nas instituições de apoio aos trabalhadores (Sesi, Senac) e de apoio aos microempreendedores individuais (Sebrae).

3) MEU BEM

(PROGRAMA DE USO DE BENS PÚBLICOS)

Meu Bem será um programa de uso de bens públicos a ser desenvolvido pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Esportes (SMDSE), com parcerias pontuais com a SMS (Secretaria Municipal da Saúde) e entidades da sociedade civil. Inclui vários programas sociais (de moradia, de inclusão digital, de convivência social e de esportes) que resgatam a cultura dos bens públicos como bens de todos e que devem ser usados em programas de alta relevância social, prioritários para a sociedade e portanto também para a gestão municipal. O oposto disso é se desfazer de patrimônio público, análogo a vender os móveis da casa para pagar as contas.

O Município de Porto Alegre é proprietário de 124 terrenos, mais 3 prédios e 6 sobrados (no bairro Menino Deus) sem uso hoje.

A Defensoria Pública propõe o uso em benefício das cerca de 6 mil pessoas em situação de rua. Há ainda 71 imóveis públicos de propriedade do Estado do Rio Grande do Sul sem uso atual e vazios em Porto Alegre. A proposta seria o poder público conceder para uso, para fins de moradia, o que não corresponde a distribuir esse patrimônio, mas sim conceder para que eles pudessem se autogerir e até preservar esse patrimônio, o que é um interesse de todos.

Ao mesmo tempo a Prefeitura gasta aproximadamente 1,1 milhão de reais por mês (mais de 13 milhões por ano) em aluguéis de imóveis onde funcionam órgãos públicos municipais – devendo ser examinado se alguns poderiam ir para os prédios públicos.

Moradia é problema crescente nas cidades, que requer planejamento. Programas de habitação do governo federal são fundamentais e tem de ser expandidos, nos quais as pessoas se tornam proprietárias dos imóveis. No caso dos imóveis públicos, já houve casos de pessoas que os receberam e usaram para negócio, por isso não se fala em entrega desses imóveis, mas sim de cessão para uso.

A questão dos moradores de rua tem questões específicas também, ao mesmo tempo que é um problema social associado ao desemprego (portanto um problema que vai aumentar), também tem uma relação com a dependência química, num percentual bem maior do que a população em geral. Por isso a cessão deve ser acompanhada de um programa com Serviço Social e Saúde. Uma pessoa não sai da rua quando ganha um teto, sai da rua quando tem cidadania num sentido mais amplo. Devem ser estabelecidas prioridades nesse programa, também, para os idosos, mulheres e crianças.

Programas de Inclusão Digital também devem ser prioridade e pode se valer desses imóveis públicos, nos mais diversos bairros, por ser fundamental para incluir pessoas no mercado de trabalho. Os terrenos podem ser usados como “áreas de convivência” que estão sendo criadas na cidade. E ainda para alguns esportes que aproveitam espaços menores do que praças, existe uma Federação de Skate por exemplo que pode se interessar em gerir alguns deles. Não faltam alternativas para o bom uso dos imóveis públicos.

4) GERAÇÃO DE EMPREGOS SUSTENTÁVEIS

Os empregos baseados em tecnologias limpas devem ser incentivados em Porto Alegre através de instrumentos como incentivos fiscais e parcerias público-privadas.

Interessam em especial os incentivos às seguintes empresas:

1 - As empresas de T.I. (Tecnologia da Informação), para o que podem ser feitas parcerias do Município com o TECNOPUC.

2 – Empresas de transportes com tecnologias não poluentes, tais como Aeromóvel, Veículos leves sobre trilhos (VLT), Automóveis e Ônibus Elétricos.

3 – Empresas de equipamentos para reaproveitamento de resíduos, transformando o lixo em empreendimento econômico gerador de emprego e renda, bem como produção de materiais e reciclado e produção de energia

4 – Empresas de equipamentos destinados à despoluição, principalmente das águas, mas também do ar ou do solo.

5) PORTO ALEGRE ACESSÍVEL

Já existe o mapeamento através de aplicativos (como é o caso do recurso “Locais de Acessibilidade” do Google Maps) que indicam os locais, públicos e privados, com acessibilidade adequada. Essas informações devem fazer parte de um banco de dados, dados a serem agregados pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Esportes às informações obtidas junto aos órgãos de licenciamento de prédios e de manutenção das vias, além das inspeções realizadas pelos órgãos públicos.

Os dados incluem informações tais como entradas e acomodações adequadas, assentos, banheiros, pias, estacionamentos adaptados. Com esse banco de dados, o projeto Porto Alegre Acessível deve programar suas iniciativas no sentido de ampliar a acessibilidade, elaborando uma lista de prioridades e prazos de resolução dos problemas nas vias e prédios urbanos.

Além das questões materiais relacionadas às condições práticas dos locais da cidade, também as questões relacionais devem ser enfrentadas pelo projeto Porto Alegre Acessível, tais como a defesa dos direitos das pessoas com deficiência no âmbito social, do trabalho, das instituições e inclusive na família, enfim, em todos locais onde possa sofrer discriminações, de forma objetiva ou subjetiva.

O Portal Porto Alegre Acessível será criado para que todas as pessoas que vivenciam situações de restrições a seus direitos possam se manifestar com denúncias, críticas e sugestões, sendo garantido o anonimato se assim o desejar, cabendo à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Esportes o encaminhamento das soluções para cada demanda, estabelecendo prazos para tanto e informando as providências tomadas.

6) ESPORTE NA PRAÇA

Projeto conjunto entre a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Esportes.

Com o apoio se necessário de Parcerias Público Privadas (PPPs) para fins de patrocínio, o Projeto Esporte na Praça visa deixar as quadras esportivas em condições de uso (inclusive noturno onde houver possibilidades para tanto) e proporcionar a presença de profissionais de Educação Física com formação em várias modalidades esportivas (inclusive ginástica por exemplo) para treinar os interessados. Uma possibilidade de Parcerias seria com as próprias Universidades que tenham Faculdade de

Educação Física. Os treinos em horários pré-definidos de acordo com a modalidade.

Os objetivos do Projeto Esporte na Praça são a melhor ocupação dos espaços públicos, pois o uso por maior número de pessoas também pode gerar segurança, incentivo ao esporte, novas oportunidades de trabalho e surgimento/descoberta de novos talentos nas mais diversas modalidades.

7) PROGRAMA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS

Na História da Civilização os conflitos geram regramentos, sendo o mais popular da Antiguidade o dos Dez Mandamentos (há 3300 anos), que proíbe de matar, roubar e praticar falso testemunho.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (Nações Unidas, 1948) inicia pelos direitos à liberdade e dignidade, **sem** distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política, origem social ou riqueza. Todos são iguais perante a lei.

São universais o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado, nem submetido à tortura ou castigo cruel ou degradante. Todo ser humano tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada, com direito à ampla defesa.

O direito à honra, reputação e dignidade e à privacidade são invioláveis, como sua correspondência e seu lar, tendo direito à propriedade. O direito de ir e vir não pode ser invocado em caso de crimes de direito comum que justifiquem a privação de liberdade. Há direito à liberdade de pensamento, consciência e religião dos quais derivam o direito à liberdade de opinião e expressão e de reunião e de associação pacífica.

Os direitos sociais incluem direito ao trabalho, à proteção contra o desemprego e à seguridade social. E a remuneração justa que assegure à sua família uma existência digna, com saúde, bem-estar, alimentação, vestuário, habitação e os serviços sociais em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, e velhice. Tem direito a repouso, a lazer e a férias remuneradas. A instrução fundamental será gratuita e orientada para promover valores de tolerância e a amizade entre grupos raciais e ao pacifismo.

Mas também todos tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível. E tem limites a fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem. E, por fim, nenhuma disposição da Declaração pode ser interpretada como o direito de praticar atos contra direitos e liberdades dos outros.

A Constituição Federal de 1988 inclui no seu Artigo 5º, dos direitos e garantias individuais, todos os direitos universais. E ao prever a livre manifestação do pensamento, explicita que é vedado o anonimato.

As normas da Bíblia, da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Constituição Federal tem em comum, ao preverem o falso testemunho, a

interpretação distorcida e o anonimato, a identificação das “fake News”, novo nome da injúria, tão antiga quanto a História da Humanidade, agora multiplicada pela internet, demonstrando que as violações de direitos não se limitam à violência física, mas também à psicológica e à moral, à afronta aos direitos de dignidade na mais ampla acepção desse conceito.

O Programa Municipal de Direitos Humanos inclui:

- a) Educação Cidadã
- b) Combate à violência contra a mulher
- c) Programas transversais contra a violência
- d.1) Programa municipal de ações contra o racismo
- d.2) Programa municipal de ações contra a homofobia
- d.3) Programa municipal de ações contra o bullying e discriminações
- e) Estratégias culturais-comunitárias contra o crime organizado
- f) Mapeamento e proteção das áreas indígenas e quilombolas
- g) Garantia de direitos aos povos originários
- h) Valorização da cultura afro-brasileira
- i) Programa de garantia dos direitos básicos de emprego e moradia

- a) Educação Cidadã

O aprendizado sobre Direitos Humanos (na teoria e na prática) começa na infância e portanto a Escola tem papel fundamental, devendo promover a consciência cidadã e também estratégias de cultura de paz para resolução de conflitos.

Devem fazer parte do currículo das Escolas disciplinas que promovam a consciência cidadã, o respeito à tolerância, às diferenças e à diversidade, o combate ao bullying e ao racismo e a todas as formas de discriminação e preconceito social (misoginia, homofobia, gordofobia, entre outras, incluindo todas as formas de violência psicológica e física)

Também são necessárias abordagens cidadãs de conflitos, para isso existem alguns métodos para contruir o que chamamos de Estratégia de Cultura da Paz, como por exemplo Justiça Restaurativa e Mediação.

- b) Combate à violência contra a mulher

Há legislação federal (Lei Federal 11340, de 2006, Lei Maria da Penha) para coibir a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral contra a mulher. Estão previstas ações articuladas entre União, Estado e Municípios. Art. 9º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso. Há órgãos estaduais como a Delegacia da Mulher, além da criação no Judiciário dos Juizados da Violência Doméstica contra a Mulher.

Na esfera municipal, cabe assegurar Assistência Social, acesso preferencial no Sistema Único de Saúde e Segurança Pública. Para tanto há 2 Abrigos para mulheres vítimas de violência doméstica, mas as vagas são insuficientes para o número de casos.

A Guarda Municipal deve estar integrada às escolas (como é o caso dos programas de Justiça Restaurativa nas Escolas) e informar casos suspeitos de violência doméstica a partir de situações vivenciadas pelos alunos.

c) Programas transversais contra a violência

d.1) Programa municipal de ações contra o racismo

d.2) Programa municipal de ações contra a homofobia

d.3) Programa municipal de ações contra o bullying e discriminações

O Programa Municipal de Ações Contra o Racismo, o Programa Municipal de Ações Contra a Homofobia, bem como programas contra o bullying e quaisquer formas de discriminação e violência física e/ou psicológica, devem ser Programas Transversais, ou sejam, envolvendo várias áreas de gestão municipal.

Ações coordenadas entre as áreas de Assistência Social, Saúde, Segurança, Cultura e Educação devem ser previstas nos programas específicos para cada forma de violência.

Devem estar integrados também ao já previsto na Legislação Federal que tipifica esses crimes e prevê providências legais, bem como às atividades já em andamento na esfera estadual tais como as da Secretaria Estadual da Justiça e Direitos Humanos.

d) Estratégias culturais-comunitárias contra o crime organizado

O crime organizado deve ser enfrentado também em seu aspecto cultural, de seu aspecto de envolvimento das comunidades, além das estratégias de inteligência articuladas nas esferas federal, estadual e municipal.

O aspecto cultural-comunitário do crime organizado é análogo a um fator decisivo que tem sido denominado, nas guerras, de “a conquista dos corações e mentes” das pessoas.

Embora os órgãos de inteligência contra o crime organizado não sejam os do Município, mas sim da União e dos Estados, a Gestão Municipal tem um papel muito importante – quiçá decisivo – qual seja exatamente esse da interação com a comunidade, na medida em que a Prefeitura é a maior representante do Estado nos bairros e vilas de Porto Alegre.

“Pensar globalmente, agir localmente”, lema ecológico, descreve a necessidade que ações de inteligência tomadas a nível federal sejam articuladas com a rede municipal de serviços sociais, de saúde e de educação, a fim de conquistar “corações e mentes” das comunidades.

Por tudo isso, é importante que a Gestão Municipal se integre ativamente nessa estratégia e também de modo transversal, com várias

áreas colaborando com essa estratégia, não apenas a de Segurança, pois o crime organizado repercute na saúde, na educação, no desenvolvimento social, enfim, na vida das pessoas que mais precisam do apoio do Estado.

e) Mapeamento e proteção das áreas indígenas e quilombolas

Em Porto Alegre há territórios indígenas e quilombos que deve devem ser reconhecidos e protegidos pela gestão municipal.

Suas áreas são constantemente alvo de invasão, cobiçadas devido à especulação imobiliária, que costuma não reconhecer os direitos dos povos indígenas e quilombolas. Há pelo menos mil indígenas na capital e sete áreas quilombolas que necessitam de reconhecimento de seus direitos e que os poderes públicos façam a sua parte contra os invasores.

f) Garantia de direitos aos povos originários

Existem cerca de 1050 indígenas em Porto Alegre, sendo 114 indígenas vivendo fora de aldeias e 936 em aldeias. São indígenas das etnias Kaingang, Mbyá Guarani, Charrua, Kubeo, Pataxó e Mehinako. Os povos originários e sua cultura correm risco de extinção e compete à Gestão Municipal se associar ao trabalho de proteção à sua sobrevivência, à sua dignidade e ao reconhecimento da importância de sua cultura.

g) Valorização da cultura afro-brasileira

A começar pelo próprio carnaval, expressão cultural de danças, músicas e ritmos afro-brasileiros, uma ampla série de manifestações culturais afrodescendentes deve ser reconhecida, valorizada e promovida. Em várias vertentes musicais, artísticas e, religiosas, onde essas raízes se fazem presentes, é necessário o incentivo da Gestão Municipal para preservar e difundir tais manifestações de cultura, seja em eventos promovidos pelo Município, seja através de Parcerias Público-Privadas ou mesmo através de busca de patrocínio, por parte da Prefeitura.

h) Cadastro para a garantia dos direitos básicos de emprego e moradia

Ao colaborar com programas já existentes, nesta e em outras Secretarias Municipais, relacionados à geração de emprego e renda, bem como de moradia, a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Esportes participará de tais programas com a permanente atualização do “Cadastro de vulnerabilidade”.

Trata-se do cadastro de todas as pessoas em situação de vulnerabilidade por falta de garantia dos direitos básicos de emprego e moradia, que constituem o que tem se chamado de “os invisíveis” da sociedade e das políticas públicas, pessoas sem as garantias mínimas de cidadania.

8) PROGRAMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE PORTO ALEGRE (HABRE)

O HABRE – Programa de Habitação e Regularização Fundiária – tem como objetivo enfrentar um dos problemas mais graves, crônicos e de incidência crescente é o da falta de moradias em condições adequadas.

Existem cerca de 200 mil pessoas carentes de habitação ou regularização fundiária em Porto Alegre, cálculo estimado a partir dos cerca de 48 mil cadastrados no DEMHAB na última década, representando entre 40 a 50 mil famílias sem condições de moradia digna.

Há 484 áreas irregulares em Porto Alegre e destas 118 estão mapeadas como Áreas de Risco pela SMAM (Secretaria Municipal do Meio Ambiente).

As fontes de financiamento disponíveis, hoje, evidenciam a dependência do Governo Federal para os programas de habitação popular, o conhecido Minha Casa Minha Vida, que no novo formato deste programa habitacional passa a se chamar de Casa Verde-Amarela.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

O novo programa atenderá a reivindicação do DEMHAB incluir financiamento para a regularização fundiária, no qual as moradias irregulares já existentes passam a receber redes de água e esgoto, posteamento para iluminação e arruamento, obras de infra-estrutura que embora onerosas permitem atender um número maior de pessoas do que as que dependem da construção completa de novas moradias, que no caso da regularização já existem.

OBSTÁCULOS MATERIAIS E CULTURAIS

Além da escassez de verbas federais em comparação com a magnitude do problema, há ainda obstáculos culturais como é o caso dos desvios de finalidade, de várias espécies.

Um problema frequente nos Programas Habitacionais vem sendo a pressão do crime organizado sobre os moradores, resultando em que unidades tem sido repassadas para traficantes, através de negócios escusos, ou mesmo tomadas por esses, num evidente desvirtuamento dos objetivos do financiamento público dos imóveis.

Na esfera da Regularização Fundiária, por sua vez, o desvio das finalidades ocorre pelo uso deturpado de algumas pessoas do recurso à invasão, quando tais pessoas já tem outros imóveis mas visam com a invasão obter benefícios financeiros, colocando os imóveis anteriores para alugar, por exemplo. Isso foi descoberto em episódios de reintegração de posse onde os posseiros indicavam, como local de entrega dos móveis, seus outros locais de residência, eis que vários deles já tinham residência anterior. Trata-se portanto de uma espécie de “especulação imobiliária” praticada por pessoas de origem humilde que, no entanto, também denotam ganância.

Para evitar tais deturpações, dois tipos de medidas são muito importantes: as instituições cidadãs (escolas, postos de saúde e policiais)

nas regiões dos projetos habitacionais e a formação de Cooperativas nas áreas de regularização fundiária.

AS INSTITUIÇÕES CIDADÃS VINCULADAS AOS PROGRAMAS HABITACIONAIS

A existência de Escola Pública próxima à área onde foram construídas as habitações populares, bem como de posto de saúde, de polícia e uma boa iluminação das vias públicas são fatores de cidadania que protegem a população dessa área do assédio do crime organizado. Tais programas não podem consistir só na construção de prédios, portanto, mas sim serem vinculados a um projeto de desenvolvimento social e econômico mais amplo para a região.

MORADIAS SUSTENTÁVEIS EM LUGARES PLANEJADOS

Moradias Sustentáveis em Lugares Planejados deve ser a versão local dos programas de Moradia do Governo Federal que atendam às demandas dos portoalegrenses, planejando a inserção das características de sustentabilidade residencial, que incluem desde sistemas de captação de energia solar até de reaproveitamento da água.

Outro fator a ser planejado é a localização desses programas de moradia, de modo a que as pessoas contempladas possam estar o mais próximo possível de seus postos de trabalho, reduzindo na medida do possível o tempo de deslocamento diário.

Para tornar possível o planejamento de tais locais dos programas de habitação, haverá plena integração desses com o Programa Meu Bem, acima descrito, de uso dos imóveis públicos, que podem ser utilizados se necessário direta ou indiretamente (no caso de transações, se necessário) para atender tais finalidades.

A população das Áreas de Risco – cujo mapeamento cabe ao SMAM manter atualizado, constando hoje como 118 Áreas de Risco em Porto Alegre – deve ser prioritária neste programa de moradia.

A FORMAÇÃO DAS COOPERATIVAS NAS ÁREAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Nas áreas carentes de regularização fundiária, por outro lado, a medida mais importante para o melhor resultado dessa meta tem sido a formação de Cooperativas, o que já vem ocorrendo em 21 das áreas que reivindicam a Regularização Fundiária em Porto Alegre.

As Cooperativas, ao contrário de outras formas de Associações, são fiscalizadas pelo Ministério Público e seus membros se tornam claramente identificados como pessoas idôneas, ao contrário de oportunistas que se valem do expediente das invasões para fazer negociatas com áreas das quais na verdade não precisam mas com as quais pretendem auferir lucro. Não obstante esses processos de regularização fundiária serem habitualmente demorados, devido à escassez de recursos, o que se observa

é que a constituição de Cooperativas torna sua realização mais segura e promove a cooperação entre os participantes, resolvendo problemas comuns como a diminuição das áreas dos seus terrenos para dar espaço para as vias públicas a serem construídas, por exemplo.

9) PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DA ZONA RURAL COM ALIMENTOS ORGÂNICOS E ECOTURISMO (PREZAOECO).

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE), a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Esportes (SMDSE), em conjunto com a Secretaria Municipal da Educação (SMED) a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM) desenvolverão em conjunto o Programa de Preservação da Zona Rural com Alimentos Orgânicos e Ecoturismo (PREZAOECO)

A SMDE tratará das questões econômicas (da produção orgânica e ecoturismo), a SMDSE das questões sociais (habitação), a SMED da alimentação escolar e a SMAM naturalmente da preservação ambiental.

O PREZAOECO está descrito em detalhes no capítulo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, no presente Plano de Governo Municipal.

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

A SMDSE estabelece as políticas públicas de assistência social prestada por dois órgãos da administração indireta, uma Fundação (a FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania) e uma autarquia (o DEMHAB – Departamento Municipal de Habitação).

Autarquia:

DEMHAB – Departamento Municipal de Habitação

Dotação autorizada / 2020: R\$ 91.691.317,90

É fundamental viabilizar melhores condições de moradia, principalmente nas regiões das vilas da periferias da cidade e com atenção especial para as áreas de risco.

Para isso, aprovar plano de utilização dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social voltado à regularização fundiária.

O DEMHAB também deverá apresentar projetos para a Secretaria Municipal de Parcerias Estratégicas e Captação de Recursos, visando a buscar fontes de financiamento (de preferência a fundo perdido) para projetos de habitação.

Também caberá ao DEMHAB apresentar projetos para a Secretaria Municipal de Relações Internacionais, com vistas a busca de parcerias institucionais e financiamentos para projetos habitacionais.

A prioridade absoluta do DEMHAB é o PROGRAMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE PORTO ALEGRE (HABRE)

O HABRE – Programa de Habitação e Regularização Fundiária – tem como objetivo enfrentar um dos problemas mais graves, crônicos e de incidência crescente é o da falta de moradias em condições adequadas.

Existem cerca de 200 mil pessoas carentes de habitação ou regularização fundiária em Porto Alegre, cálculo estimado a partir dos cerca de 48 mil cadastrados no DEMHAB na última década, representando entre 40 a 50 mil famílias sem condições de moradia digna.

Há 484 áreas irregulares em Porto Alegre e destas 118 estão mapeadas como Áreas de Risco pela SMAM (Secretaria Municipal do Meio Ambiente).

As fontes de financiamento disponíveis, hoje, evidenciam a dependência do Governo Federal para os programas de habitação popular, o conhecido Minha Casa Minha Vida, que no novo formato deste programa habitacional passa a se chamar de Casa Verde-Amarela.

O novo programa atenderá a reivindicação do DEMHAB incluir financiamento para a regularização fundiária, no qual as moradias irregulares já existentes passam a receber redes de água e esgoto, posteamento para iluminação e arruamento, obras de infra-estrutura que embora onerosas permitem atender um número maior de pessoas do que as que dependem da construção completa de novas moradias, que no caso da regularização já existem.

Na medida do possível, os Programas Habitacionais terão como meta a construção de moradias Sustentáveis em lugares planejados.

Para planejar o melhor local destes projetos de moradia, o DEMHAB estudará o perfil da população cadastrada, quanto a seus locais de ocupação, visando compatibilizar tais regiões da cidade com aquelas nas quais serão construídos os imóveis do programa Moradias Sustentáveis em Lugares Planejados.

Fundação:

FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania

Dotação autorizada / 2020: R\$ 195.248.879,18

A FASC tem entre seus atendimentos prioritários a atenção a crianças, adolescentes e idosos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, o acompanhamento de adolescentes que cumprem Medidas Socioeducativas em Meio Aberto e às famílias no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos. E o atendimento a moradores de rua no Serviço de Acolhimento Institucional.

As dezenas de unidades de acolhimento para crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, incluindo o Programa Casa-Lar, são uma prioridade na proteção aos jovens em situação de risco.

Esse trabalho difícil e especializado requer atenção constante com a qualidade do serviço prestado e com a inserção social necessária para tais jovens.

Uma nova prioridade para a FASC será o Meu Bem – Programa de uso de Bens Públicos - a ser desenvolvido pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Esportes (SMDSE), com parcerias pontuais com a SMS (Secretaria Municipal da Saúde) e entidades da sociedade civil, conforme já descrito acima.

SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA

Dotação autorizada / 2020: R\$ 349.124.626,71

A Secretaria Municipal da Infraestrutura e Mobilidade Urbana tem duas funções precípuas e relacionadas entre si, a infraestrutura e a mobilidade, sendo que a segunda dessas funções (mobilidade) demanda obras de infraestrutura para a cidade.

Tem como finalidades o planejamento e a execução de obras de infraestrutura, bem como de planejar, coordenar e fiscalizar o trânsito de veículos e a circulação de pessoas no município.

Para a infraestrutura, deve formular, planejar, coordenar, articular e controlar as políticas públicas voltadas para a execução, a conservação e fiscalização de obras públicas municipais, sistemas de esgoto pluviais e cloacais e redes de abastecimento.

Para a mobilidade, deve estruturar e fiscalizar a circulação de pessoas, veículos e mercadorias no município.

Para melhor atender a essas finalidades, estamos propondo o lançamento de cinco (5) novos Programas:

1(de Infraestrutura) MAIS INFRAESTRUTURA, MENOS BUROCRACIA

2 (infraestrutura na periferia) CIDADE DE TODOS

3 (de sustentabilidade) MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

4 (de mobilidade urbana) VIVA O MOTOBOY

5 (de transportes) O SISTEMA MUNICIPAL DE TRANSPORTE PÚBLICO

6 IMPLANTAÇÃO DE CABEAMENTO SUBTERRÂNEO

1) MAIS INFRAESTRUTURA, MENOS BUROCRACIA (CAMPANHA DE DESBUROCRATIZAÇÃO INSTITUCIONAL)

Há obstáculos a obras públicas gerados por outros órgãos públicos (relativos à legislação municipal, estadual e federal) que necessitam examinar projetos de obras para liberar sua execução. Também há entraves burocráticos nos financiamentos, nos contratos e em várias esferas legais, que costumam gerar enorme desgaste de tempo e energia dispendida em tais projetos. O Programa Mais Infraestrutura, Menos Burocracia visa sensibilizar ao conjunto dos órgãos públicos envolvidos da necessária urgência de tramitação de projetos de obras de infraestrutura, eis que todo o funcionamento do município é afetado por tais demandas.

2) CIDADE DE TODOS

Se é verdade que “o Estado é mínimo na periferia”, é papel da Gestão Municipal levar a infraestrutura da cidade para todos.

Obras de infraestrutura na periferia serão prioridade, com o envolvimento da Secretaria Municipal da Infraestrutura e Mobilidade Urbana no Projeto CIDADE DE TODOS, para levar obras aos bairros e vilas distantes do centro.

Obras como o esgotamento sanitário são prioridade absoluta, mas também as melhorias das vias de circulação de veículos, com pavimentação de qualidade nos bairros e vilas da periferia da cidade.

3) MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

É um conjunto de ações para:

- A) Incentivar todos os modos não poluentes de mobilidade urbana, tais como: ampliar ciclovias e ciclofaixas, instalar estacionamentos seguros para bicicletas (monitorados com câmeras), incentivar novas linhas de Catamarã entre Porto Alegre e comunidades do outro lado do Guaíba, viabilizar projetos como Aeromóvel e veículos leves sobre trilhos (VLT).
- B) Iniciativas para reduzir os poluentes do ar que respiramos e termos um ar menos contaminado por monóxido de carbono da gasolina dos automóveis e enxofre do óleo diesel, com a gradativa substituição para os veículos movidos a gás e principalmente para motores elétricos.
- C) Elaborar um PLANO MUNICIPAL DE TRANSIÇÃO para fontes não poluentes de transporte, em que o uso de substâncias menos poluentes sejam transitórias, até que se construa a capacidade de meios de transporte totalmente isentos de poluição.

4) VIVA O MOTOBOY (CAMPANHA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES)

Até 8 e cada 10 acidentes em Porto Alegre envolvem motos e essa realidade deve nos alertar pra os riscos corridos pelo motociclistas no trânsito municipal.

Há múltiplos fatores, inclusive a imprudência e a negligência decorrentes do possível estresse de pilotar moto num trânsito conturbado. Um destes fatores, por pressão social e da própria empresa, é a da urgência nas entregas de tele-serviços e produtos.

A campanha “Viva o Motoboy” visa construir melhores planejamentos de fluxos, distâncias e tempos de deslocamentos, num esforço de cooperação entre a Secretaria Municipal da Infraestrutura e Mobilidade Urbana e as redes comerciais, ou seja, as empresas que utilizam do serviço dos motoboys para entrega. O objetivo é que as entregas partam de locais mais próximos, com menor distância de deslocamento e menor pressão de tempo para entrega.

Também contribui na prevenção de acidentes sensibilizar a população para prevenir os riscos de acidentes dos Motoboys, mostrando que o consumidor pode fazer a encomenda com maior antecedência e portanto

menor pressa. Mais importante que seu produto chegar logo é que o Motoboy chegue vivo.

Ao mesmo tempo também deve ser aumentada a fiscalização sobre motos, buscando identificar os que dirigem em alta velocidade, de modo arriscado (direção perigosa) ou com uso de substâncias (álcool e outras drogas).

5) O SISTEMA MUNICIPAL DE TRANSPORTE PÚBLICO

Passam a ser critérios para orientar o Transporte Público em Porto Alegre os itens relacionados a seguir.

I) Transparência, que inclui:

- Divulgação das informações relevantes dos contratos de prestação de serviços, de seus termos e de sua execução
- Divulgação da oferta dos serviços (linhas disponíveis, rede infraestrutura, km rodados, frota, tecnologia)
- Divulgação da metodologia de cálculo do custo das passagens, bem como dos custos e das receitas das empresas
- Divulgação de relatórios mensais de prestação de contas do serviço efetivamente realizado
- Divulgação dos direitos e obrigações contratuais do poder público e do prestador de serviço
- Divulgação das penalidades por descumprimentos contratuais
- Transparência nas informações sobre a qualidade (contratada, ofertada, percebida e desejada)

II) Subsídio aos usuários vulneráveis economicamente, associada a buscas de fontes de financiamento para tais subsídios e também a redução dos custos através de:

- Reduções de custos operacionais, com ações como readequação das linhas de ônibus
- Desonerações de impostos sobre os transportes
- Melhoria da infraestrutura, que permitiria viagens mais rápidas que pudessem atender mais passageiros com menos veículos.

III) Gestão compartilhada entre os empresários de transportes e os gestores públicos:

IV) Financiamento para frota e ônibus menos poluentes

O poder público deve criar formas de financiamento mais adequadas para a renovação da frota, um dos fatores de custo na tarifa.

V) Novo modelo de contratação dos serviços

No novo modelo, o poder concedente paga pelos serviços efetivamente prestados de acordo com o custo real apurado do sistema, independentemente da tarifa arrecadada.

O novo modelo de contratação proposto segue os seguintes moldes:

1- Poder público estabelece a oferta dos serviços, da mesma forma que o modelo predominantemente vigente

2- Com base na prescrição da oferta e das condições de operação, é estabelecido em contrato o custo dos serviços prestados e a forma de remuneração.

3- O Poder concedente paga pelos serviços efetivamente prestados de acordo com o custo real apurado do sistema, independentemente da tarifa arrecadada.

4- A oferta desejada pelo poder público pode ser alterada dentro de limites estabelecidos ou negociados, sempre que for necessário

5- Para evitar desinteresse do operador, o contrato deve estabelecer condições e incentivos por bons padrões operacionais, e medidas de penalização por descumprimentos.

Para tanto é necessária a previsão de meios para:

1- Subsídios orçamentários

2- Receitas extra tarifárias complementares

3- Fiscalização adequada dos serviços efetivamente prestados, com auditorias externas

Há previsão necessária de meios para subsídios orçamentários, de receitas extratarifárias complementares, e a fiscalização adequada dos serviços efetivamente prestados, com auditorias externas.

Esse novo modelo visa produzir os seguintes resultados:

1) Se houver queda de demanda, para evitar a redução da oferta com perda de qualidade, ou desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, o poder público deve cobrir eventuais diferenças entre receita e custo do sistema.

2) Maior qualidade (incluindo ar condicionado para evitar temperaturas extremas)

3) Redução do tempo de viagem dos passageiros

4) Menor lotação interna do transporte público

5) Aumento da frequência das linhas e sincronização de horários de partidas de troncos e alimentadoras

VI) Plano de Reescalonamento de horários nas atividades econômicas do Município, institucionais e escolares, evitando assim criar horários de pique com engarrafamentos e aumento da poluição

- Divulgação dos direitos e obrigações contratuais do poder público e do prestador de serviço

- Divulgação das penalidades por descumprimentos contratuais

VII) Implantação de protocolos de higiene e saúde na frota, com adequação da lotação dos veículos e terminais.

6) IMPLANTAÇÃO DE CABEAMENTO SUBTERRÂNEO

Como ação estruturante, a municipalidade deverá impulsionar o projeto de implantação de "cabeamento subterrâneo" em Porto Alegre.

Os cabos subterrâneos são uma tendência mundial. Na Europa, há um amplo movimento para aterrar os cabos de alta, média, baixa tensão e também de telecomunicações. Os dados mostram que países europeus já

possuem uma rede subterrânea avançada, como Reino Unido (81%), Alemanha (60%) e Itália (35%).

No Brasil, a maior concentração de uso de cabos subterrâneos está nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Mesmo assim, em proporção incompatível com o tamanho das metrópoles e do país – fontes indicam que apenas entre 2% e 11% dos cabos nessas cidades são aterrados.

É importante observar que essa tendência mundial leva em consideração os aspectos de eficiência, confiabilidade, segurança e sustentabilidade, e não apenas o impacto visual que permite cidades mais bonitas, onde seja possível contemplar suas belezas sem a interferência de fios aparentes.

Entre as principais razões para se investir em cabos subterrâneos estão:

- Como não ficam expostos, são menos suscetíveis aos impactos de condições meteorológicas adversas.
- Protege a cidade e os cidadãos contra a queda de árvores e contra o rompimentos dos cabos aéreos que eventualmente podem causar, evitando podas e supressões agressivas e desnecessárias.
- Evitam acidentes que derrubam postes e podem deixar até mesmo um bairro inteiro sem energia elétrica, internet e sinal telefônico.
- Minimizam o considerável risco de corte de sinal devido a raios, acidentes e outros incidentes que causam alguma interrupção. Isto não acontece com os cabos subterrâneos, pois, além de mais resistentes, sua instalação abaixo da superfície os deixam mais protegidos de acidentes e mudanças climáticas.
- Cabos subterrâneos são isolados, o que garante menor perda de energia e maior durabilidade e vida útil. A eficiência do cabo subterrâneo está na transmissão de energia. Os subterrâneos são capazes de transmitir mais energia em um mesmo cabo, isto porque podem ter diâmetros muito maiores do que os aéreos, que possuem um limite de peso para não derrubar o poste.
- A longevidade da rede subterrânea é outro ponto positivo, pois não está sujeita a efeitos externos, como chuva, poluição e colisões de veículos em postes ou na fiação aérea, o que reduz os custos de manutenção, permitindo aos cabos vida útil comprovada de até mais de 40 anos. Já na opção aérea, os fatores externos levam a uma necessidade de troca de cabos em períodos de até dois anos após a instalação.
- Além de centros históricos e cidades turísticas, que seriam beneficiados esteticamente, a adoção de cabos subterrâneos propicia negócios mais duradouros e uma nova forma de relacionamento com as comunidades.

Fica claro que a estabilidade da transmissão de energia é outra importante característica dos cabos subterrâneos. Manter a estabilidade na transmissão é um ponto crucial tanto para hospitais como para residências. Imagine quanto os hospitais gastam em equipamentos geradores para os casos de falta de energia? Afinal, uma parada no fornecimento pode

representar a vida ou morte de um paciente. O mesmo acontece nas residências que possuem familiares em situação de homecare, que estão em casa com uma miniestrutura hospitalar e dependem da energia elétrica para manter os equipamentos funcionando.

Empresas também podem ser afetadas com a instabilidade energética, independentemente do tamanho, pois todas terão prejuízos. Médias ou pequenas empresas de fornecimento de alimentos prontos podem perder toda a matéria-prima, como alimentos que necessitam de refrigeração além de ficar sem produzir. Para se ter uma ideia do impacto da instabilidade de energia, um estudo de duas empresas americanas – Kinectrics e Marbek – realizado em áreas urbanas do país comparou as interrupções de fornecimento de energia nos cabos aéreos e subterrâneos. O resultado mostrou que os cabos aéreos apresentaram 16.600 horas de interrupção em um ano e os subterrâneos tiveram apenas 863 horas de interrupção. Some-se a isto, a quantidade de equipamentos danificados devido a instabilidade da transmissão de energia.

É fato que o custo de instalação de cabos subterrâneos é, num primeiro momento, maior do que cabos aéreos devido às obras de construção civil que consomem grande parte do investimento total – chegam até 70%, segundo estudo da AES. Entretanto, segundo fontes de mercado, este investimento inicial se paga em até cinco anos. Para acelerar a adoção desta tecnologia é necessário que as novas construções já contemplem as instalações subterrâneas em seus projetos para, ao longo do tempo, termos uma rede elétrica mais eficiente. Para as construções que já existem, o ideal seria realizar o mapeamento dos locais que mais necessitam de estabilidade na transmissão de energia, como concentração de hospitais, para investir nesta troca.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA: **DMAE, CARRIS E EPTC**

A Secretaria Municipal da Infraestrutura e Mobilidade Urbana coordena também três órgãos da Administração Indireta, a saber, uma autarquia (DMAE) e duas empresas públicas (Carris e EPTC).

Autarquia*

*(Pessoa jurídica de Direito Público)

DMAE – Departamento Municipal de Água e Esgoto

Dotação autorizada /2020: R\$ 763.560.232,89

(Setor de Planejamento vinculado à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana; Setor de Obras à Secretaria Municipal dos Serviços Urbanos)

A Infraestrutura inclui as políticas públicas a serem executadas pelo DMAE – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS – responsável pela rede de água que atinge potencialmente 100% da cidade e da rede de esgotos cuja capacidade instalada abrangeria 80% das residências, mas que de fato vem atendendo a apenas 60% da população.

É meta prioritária atingir o índice de 100% da cidade servida pela rede de esgotos e contribuir também com a despoluição do Guaíba.

Também é prioridade atender às recomendações do Tribunal de Contas e preservar os serviços de água e esgoto como serviços públicos, implementando o concurso/nomeação de servidores públicos para as tarefas de fiscalização dos contratos.

O DMAE participará junto com a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão da construção de um amplo projeto de DESPOLUIÇÃO DO GUAÍBA, que se faz necessário desde o abandono do Pró-Guaíba pelo Governo do Estado, havendo apenas o PISA planejado pelo DMAE para tratamento da água do Guaíba. Para tanto serão buscadas parcerias com os demais municípios da região metropolitana (através da GRANPAL) e também financiamentos federais e inclusive internacionais, dada a relevância do problema da preservação da qualidade da água na região metropolitana.

Empresas Públicas** :

** (Pessoa jurídica de Direito Privado)

A CARRIS e a EPTC são empresas públicas ligadas a essa Secretaria e às políticas públicas estabelecidas por essa.

CARRIS

Balanco anual / 2019 (em Milhares de Reais)

Total do Ativo 69.131

Total do passivo 69.131

Lucro bruto 16.833

A CARRIS deverá seguir prezando por sua saúde financeira, no entanto para isso não deve sacrificar o atendimento às vilas e bairros das regiões mais afastadas do centro, evitando tanto a supressão de linhas quanto a diminuição da frequência de circulação dos ônibus, na medida em que a demora destes gera aglomeração dentro dos coletivos.

Também passa a ser prioridade para a CARRIS a sua participação ativa na construção de um PLANO MUNICIPAL DE TRANSIÇÃO para fontes não poluentes de transporte, em que o uso de substâncias menos poluentes (tais como GNV) sejam transitórias, até que se construa a capacidade de meios de transporte totalmente isentos de poluição, como é o caso dos motores elétricos.

EPTC – Empresa Pública de Transporte e Circulação

Balanco anual / 2019 (em Milhares de Reais)

Total do Ativo 31.878
Total do passivo 31.878
Lucro bruto 1.918

A EPTC dará especial atenção à prevenção de acidentes, em particular a com motocicletas que constituem a ampla maioria dos acidentes de trânsito. Para tanto, a EPTC e a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana trabalharão conjuntamente no projeto VIVA O MOTOBOY, de prevenção de acidentes com motociclistas no trânsito de Porto Alegre.

Os agentes da EPTC não são da Secretaria Municipal da Segurança e não sendo servidores públicos, mas sim de empresa pública, sequer podem portar arma. Mesmo assim, a EPTC deve ser chamada a colaborar com a Guarda Municipal – de modo coordenado pelo CEIC – no combate ao crime organizado como uma de suas prioridades, como é o caso da identificação de carros roubados. Em relação ao trânsito, os agentes da EPTC também devem contribuir com a Segurança, tendo ação de caráter principalmente pedagógico e preventivo de acidentes, ao invés do cunho prioritariamente arrecadatário.

Essa distorção que veio a ser evidenciada em gestões que cobravam dos agentes da EPTC a “produtividade” de multas. Com a finalidade de prevenção de acidentes terão especial atenção com o abuso de velocidade, a direção perigosa e o uso de substâncias (álcool e outras drogas) ao volante.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

Dotação autorizada / 2020: R\$ 145.665.083,81

A SMSUrb tem, as funções de zeladoria urbana, com a manutenção e a limpeza da cidade.

Estão vinculados a sua estrutura o DMLU, o DMAE e a CIP.

Cuida da prestação de serviços urbanos como limpeza urbana e coleta de resíduos através do DMLU (Departamento Municipal de Limpeza Urbana).

Cuida do abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto cloacal e manutenção e conservação de redes de águas pluviais através do DMAE (Departamento Municipal de Água e Esgoto)

Cuida da iluminação pública por meio da CIP (Coordenação de Iluminação Pública)

O SMSUrb trabalha em conjunto com a SMAM para conservação das praças e em apoio a SMM na conservação das vias urbanas.

AUTARQUIAS VINCULADAS À SMSUrb

Dois órgãos da administração indireta estão ligados à SMSUrb, que vem a ser duas autarquias, DMAE e DMLU.

Estas autarquias tem bons quadros técnicos, de carreira, que devem ser valorizados e ouvidos pela gestão municipal.

Quando isso não ocorreu, problemas graves de funcionamento foram constatados, como é o caso do ano de 2017 (primeiro ano da gestão que se encerra em 2020). No ano referido não foi atendido o planejamento do DMAE relativo à compra de equipamentos para manter suas estações e com o descumprimento do prazo de reposição do maquinário ocorreu a falta de água em bairros, que os técnicos haviam apontado como consequência do descumprimento do planejamento técnico do DMAE.

As políticas públicas traçadas pelos quadros técnicos destas autarquias visam ao atendimento das necessidades da população e devem ser reconhecidas como de interesse público pela gestão municipal.

DMAE – Departamento Municipal de Água e Esgoto

Dotação autorizada /2020: R\$ 763.560.232,89

(Setor de Planejamento vinculado à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana; Setor de Obras à Secretaria Municipal dos Serviços Urbanos)

Suas prioridades já foram descritas na previsão das atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana. O DMAE deve retomar sua identidade de Autarquia, com autonomia técnica de seu planejamento para atender as necessidades de água e esgoto da população.

DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana

Dotação autorizada / 2020: R \$ 332.212.554,20

(vinculado à Secretaria Municipal dos Serviços Urbanos)

O DMLU é responsável pela coleta dos resíduos sólidos e como tal sua atividade deverá estar em sintonia também com os projetos da SMAM, que estabelecem diretrizes sobre o manejo sustentável daqueles. São prioridades as seguintes políticas públicas:

A – PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

B - IMPLANTAÇÃO DE USINAS DE COMPOSTAGEM

C – COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA PELAS UNIDADES DE TRIAGEM

D – FORTALECIMENTO E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES DE TRIAGEM PARA AUMENTAR A POSTERIOR RECICLAGEM NA INDÚSTRIA

E – APOIO AOS CATADORES QUE AINDA ESTEJAM NA INFORMALIDADE, COM CAPCITAÇÃO E INTEGRAÇÃO AO SISTEMA DE RECICLAGEM DAS UNIDADES DE TRIAGEM

F – USINAS DE RECICLAGEM DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL

G – BIODIGESTORES

H – SUPERVISIONAR E EXIGIR A IMPLANTAÇÃO DA LOGÍSTICA REVERSA DO GERADOR, CONFORME LEI FEDERAL 12305/2010 (POLÍTICA NACIONAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS)

O Plano Municipal de Educação Ambiental de Porto Alegre deverá ser construído e amplamente divulgado a toda população, eis que é decisivo o papel de cada cidadão no manejo dos resíduos sólidos.

SECRETARIA MUNICIPAL DA SEGURANÇA

Dotação autorizada / 2020: R\$ 79.233064,42

A Secretaria Municipal da Segurança foi criada pela Lei Municipal 11.399/2012 que atribui à SMSEG a definição, a articulação e a operação de políticas de segurança pública no âmbito do município de Porto Alegre. Para isso, abriga o Centro Integrado de Comando (CEIC), a Guarda Municipal e a Defesa Civil municipal.

Na operação das políticas de segurança pública SMSEG a SMSEG respeitará as competências de órgãos estaduais (tais como Brigada Militar, Polícia Civil) e federais (tais como Polícia Federal, Exército), buscando a mais ampla integração com as forças de segurança estaduais e federais no combate ao crime organizado.

A Guarda Municipal deve ser considerada uma prioridade para a Gestão Municipal, devendo ser no mínimo mantido o seu quadro atual de cerca de 400 guardas – o que requer concurso público ainda em 2021, devido às aposentadorias previstas – e ampliado na medida do possível, considerando a crise da segurança que atinge escolas, postos de saúde, comércio e as vias urbanas da cidade, de modo geral.

A Guarda Municipal deve contar com apoio administrativo também. É um desperdício de pessoal colocar guardas municipais em serviço burocrático interno, os guardas municipais devem estar nas ruas. Por isso é preciso investir no apoio administrativo para a área da Guarda Municipal.

A Secretaria Municipal de Segurança deve ter ações integradas, que podem constituir Programas conjuntos, com a EPTC, que pode ajudar em ações de combate ao crime organizado e na prevenção de acidentes violentos. Os agentes da EPTC não são da Secretaria Municipal da Segurança e não sendo servidores públicos, mas sim de empresa pública, sequer podem portar arma. Mesmo assim, a EPTC deve ser chamada a colaborar com a Guarda Municipal – de modo coordenado pelo CEIC – no combate ao crime organizado como uma de suas prioridades, como é o caso da identificação de carros roubados. E com a finalidade de prevenção de acidentes terão especial atenção com o abuso de velocidade, a direção perigosa e o uso de substâncias (álcool e outras drogas) ao volante.

A SMSEG também tem responsabilidade preventiva e educativa, de modo a planejar e coordenar políticas de segurança comunitária e de prevenção à violência, promovendo a participação da sociedade, através do Conselho Municipal de Justiça e dos Fóruns Regionais, tendo por objetivo a construção de uma segurança pública cidadã, de caráter comunitário.

A Guarda Municipal e a Defesa Civil colaborarão de projetos pedagógicos escolares, na medida das possibilidades de seus efetivos, na prevenção e abordagem precoce da violência, através de Estratégias de Cultura da Paz tais como Justiça Restaurativa, Mediação, grupos de entreatajuda para adolescentes relativos ao uso de substâncias, bem como

das orientações contra incêndios e contra riscos identificados pela Defesa Civil. Também participarão de campanhas educativas contra o bullying, o racismo e todas as formas de discriminação, promovendo a tolerância com as diferenças, o respeito aos direitos humanos, a atenção à acessibilidade, ao meio ambiente, aos direitos animais e os valores da consciência cidadã e ecológica.

A Guarda Municipal deve receber especial atenção da Prefeitura na manutenção do seu efetivo, com Concurso Público a cada dois (2) anos, de modo a que sua renovação seja contínua e não espaçada ao longo de uma geração, caso não haja concursos com a frequência necessária.

Também deve ser prioridade da Gestão Municipal colocar à disposição da Guarda Municipal, além do apoio administrativo, também o apoio psicológico sempre que necessário, com uma equipe de Psicologia de retaguarda para as questões emocionais que costumam surgir do convívio com a realidade da violência urbana.

A Guarda Municipal tem função de enorme relevância nas Escolas Municipais de Porto Alegre, onde pode desenvolver projetos que já ocorreram em alguns municípios, tais como a Guarda Mirim, ou seja, a interação com crianças e adolescentes que são orientados para assumir o papel simbólico de prevenção da violência identificando e desestimulando casos de bullying, de racismo e de todas formas possíveis de discriminação e de violência física ou psicológicas na comunidade escolar.

A Secretaria Municipal da Segurança, cujas principais funções e objetivos foram descritos acima, que já apontaram também providências a serem tomadas para otimizar seu funcionamento, dará prioridade em especial a dois Programas de Segurança Pública.

- PROGROMA DE VIDEOMONITORAMENTO AMPLIADO (VIDA)
- PROGRAMA GUARDA MUNICIPAL CIDADÃ (GM CIDADÃ)

Estes dois Programas passam a ser descritos a seguir:

PROGRAMA DE VIDEOMONITORAMENTO AMPLIADO (VIDA)

O Programa VIDA (Videomonitoramento Ampliado) visa estender ao máximo e no mais breve período de tempo o Videomonitoramento das ruas, avenidas e espaços públicos de Porto Alegre, de modo coordenado pelo CEIC e em interação com uma ampla rede de órgãos públicos municipais e estaduais.

Para viabilizar essa máxima ampliação no menor tempo, além dos recursos públicos municipais e estaduais, devem ser buscados recursos federais destinados à área de segurança, bem como possíveis linhas de financiamento a fundo perdido em entidades internacionais.

O financiamento complementar pode vir da sociedade civil através de iniciativas como o Programa de Incentivo ao Aparelhamento da Segurança Pública, aprovado na Assembléia Legislativa do Estado que permite a dedução de até 5% de tributo estadual (ICMS) aos doadores de equipamentos de segurança para o Estado. Essa lei foi inspirada em

iniciativa do Instituto Cultural Floresta, entidade civil voltada a segurança e educação. Iniciativa similar deve ser tomada no âmbito do Município, prevendo dedução de impostos municipais a doadores de equipamentos para a área de segurança.

A Gestão Municipal tem no CEIC – Centro Integrado de Comando da Cidade de Porto Alegre – um instrumento fundamental dessa política de integração das forças de segurança, coordenando o Videomonitoramento da cidade, com câmeras provenientes dos mais diversos órgãos públicos.

Atualmente cerca de 1300 câmeras fazem parte desse videomonitoramento, sendo cerca de 800 provenientes da SMED, instaladas nas escolas e cercanias destas, outras 200 da EPTC nas vias públicas e as demais provenientes de órgãos como a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, o DMLU, a Carris, a Guarda Municipal, a FASC, o SAMU, a Defesa Civil e a própria Guarda Municipal.

O número atual de equipamentos já tem sido expressivo para auxiliar em muitos casos de segurança pública, mas é claramente insuficiente para uma capital com mais de 1,5 milhão de habitantes e quase 500 quilômetros quadrados (496,682 km²).

O fator humano envolvido é a maior dificuldade dessa ampliação, muito mais do que o custo da aquisição dos equipamentos. Nem mesmo o custo de manutenção dos mesmos. E também não se trata do número de Guardas Municipais necessários para o controle do videomonitoramento, cujas imagens costumam ficar gravadas, em média, por pelo menos sete (7) dias.

A maior dificuldade para efetivar o Programa de Videomonitoramento Ampliado (VIDA) decorre do controle do crime organizado sobre os territórios de amplas áreas da periferia de Porto Alegre. Nessas áreas, as forças de segurança sequer tem acesso, cotidianamente, a menos que desencadeiem uma operação específica para o controle de algum destes territórios.

Essa realidade significa que, mesmo que essas câmeras fossem instaladas, para permitir o videomonitoramento dessas regiões, tão logo as forças de segurança se retirassem do local, os equipamentos seriam danificados ou removidos pelo crime organizado.

É fato de conhecimento público, também, que a proliferação do controle territorial do crime organizado nessas regiões é proporcional à ausência do Estado e seus benefícios, quais sejam Educação, Saúde e geração de emprego e renda, atividades (essas últimas) que costumam ser fornecidas pelo tráfico com uma ampla rede de sub-serviços prestados pela população aos traficantes (“aviõezinhos”, olheiros, etc).

Só é possível ampliar o videomonitoramento, levar VIDA às periferias, portanto, onde estas forem ocupadas pelo Estado num sentido mais amplo, que inclua o controle do território com Segurança num esforço conjunto com ações de Educação, de Saúde, de inserção no mercado de trabalho, enfim, de acesso a condições de uma verdadeira cidadania nessas comunidades.

PROGRAMA GUARDA MUNICIPAL CIDADÃ (GM CIDADÃ)

Para a mais efetiva colaboração da Guarda Municipal (GM) na segurança dos portoalegrenses, uma série de medidas se mostram importantes, a serem coordenadas entre si, formando em seu conjunto o Programa Guarda Municipal Cidadã, composta pelos elementos a seguir.

a) Apoio Psicológico

O apoio psicológico deve iniciar no Treinamento para enfrentar momentos de tensão e risco (lidando com pessoas e situações perigosas) e prosseguir com o acompanhamento do Guarda Municipal (GM) durante toda sua carreira, diante do evidente desgaste emocional de sua atividade, capaz de induzir ou provocar momentos de perda de controle das próprias emoções em situações extremas.

Embora a Brigada Militar ou a Polícia Civil (que são Estaduais e não Municipais) costumem lidar com os eventos de maior potencial ofensivo, mais violentos, o GM pode vir a ser o profissional mais próximo no momento da emergência, sendo portanto previsível a possibilidade de ocorrências mais graves. A própria tensão decorrente da crônica exposição ao risco, mesmo quando inexistem situações extremas, já requerem um apoio psicológico que dê suporte para os Guardas Municipais, sempre que os mesmos sentirem essa necessidade. Uma equipe de Psicólogos na GM é essencial, portanto, para preservar a sanidade mental do guarda e a segurança da população.

b) Treinamento

Além do treinamento e suporte emocional, o treinamento físico e o com manejo dos equipamentos de trabalho também são fundamentais. O treinamento físico inclui a Defesa Pessoal, com atividades regulares também de manutenção da forma física.

O treinamento com armamentos requer uma Academia de Segurança Pública, que poderia ser feito em consórcio com a Guarda Municipal de outros municípios (como já é feito nas compras coletivas), em especial da Região Metropolitana através do consórcio de municípios da GRANPAL (Associação de Municípios da Grande Porto Alegre). Ou uma Academia das Guardas Municipais do RS. Outra alternativa é a interação com as forças de segurança do Estado, com a utilização da Academia de Tiro da Polícia Civil.

c) Sistema de Comunicações

Um sistema de rádio eficiente é uma necessidade imediata para agilizar a ação da GM. A conectividade digital deve ser desenvolvida, pela PROCEMPA, para a interação não só interna entre a GM como também desta com os demais órgãos de segurança, os do Estado.

d) Viaturas e Mobilidade

A Guarda Municipal deve ser móvel, se tornando visível nos bairros, no perímetro das escolas e dos postos de saúde. Para tanto, deve contar com viaturas em bom estado de conservação, além de outros meios de mobilidade tais como motocicletas, bicicletas e guarda montada (a cavalo).

Estas duas últimas (a bicicleta ou a cavalo) para os locais em que zelam por um perímetro menor e mais específico e as duas primeiras (viatura ou moto) para um perímetro maior de sua área de cobertura.

e) Armamentos

É importante investir em armas não letais, que inclusive impõe mais respeito na prática, eis que a arma de fogo só vai ser usada em situações extremas, enquanto uma arma de choque (como a taser, importada, ou a spark, de fabricação nacional) pode ser usado para controle de situações difíceis antes que estas adquiram maior gravidade. A Guarda Municipal deve contar com uma variedade de alternativas de armas não letais, tais como: arma de choque, spray ou espargidor de pimenta (tubo semelhante ao de desodorante spray), gengibre com pimenta (também para lanças nos olhos do agressor, o neutralizando), algemas.

O colete balístico é um equipamento indispensável de proteção à vida do GM e deve ser o mais resistente possível, sendo importante para isso cuidar a data de validade do mesmo. É necessária a autorização da PF (Polícia Federal) para a aquisição do colete balístico.

f) Manutenção dos Equipamentos

A arma de choque taser, importada, tem maior dificuldade de manutenção e por isso começa a ser substituída pela spark, de fabricação nacional. A taser tem maior durabilidade, mas a spark tem manutenção mais acessível. O zelo com os prazos de validade dos equipamentos é fundamental, não só dos armamentos mas principalmente do colete balístico para a proteção da vida.

A Manutenção de viaturas também deve ser prevista para a completa operacionalização das atividades previstas para a Guarda Municipal, evitando situações que tem ocorrido no Estado, que incluem desde veículos estragados e fora de operação até a falta de combustível para rodarem. A manutenção da frota, das motos e das bicicletas e os cuidados com os cavalos são indispensáveis.

g) Reposição do efetivo, autonomia e interação institucional

A cada dois (2) anos deve haver concurso, evitando a defasagem do número de Guardas Municipais diante das aposentadorias e também que se criem distâncias geracionais dentro do efetivo da Guarda Municipal. A Lei 13.022 / 2014 (Estatuto das Guardas Municipais) determina que quando não tiver Guarda apto a comandar a Guarda, essa pode ser comandada por pessoa de fora, tal como um Delegado, por exemplo, mas no futuro deve ser assumida por um guarda. O problema é que na prática a Guarda Municipal acaba sendo ocupada por militares, transformando o provisório em crônico. É necessário preservar a autonomia da Guarda Municipal diante das forças de segurança estaduais (Brigada Militar, Polícia Civil), por terem atividades de natureza diferente, mesmo que interligadas, no sentido de agirem de modo colaborativo.

A Guarda Municipal deve ter relações institucionais colaborativas não apenas com Brigada e Polícia mas também com o Corpo de Bombeiros, com a Defesa Civil e com a EPTC.

h) Cuidados com os profissionais e valorização do GM

O uniforme de verão é uma necessidade, diante das altas temperaturas do verão gaúcho. Os Guardas Municipais já carregam cerca de dez (10) quilos a mais em média com seus uniformes habituais, prejudicando sua agilidade e mobilidade, já que o mesmo uniforme de inverno tem sido usado também no verão. O bem estar dos profissionais no desempenho de suas funções requer atenção a medidas simples porém importantes como as vestes de verão. A valorização dos profissionais requer ainda um plano de carreira próprio, tal como previsto na Lei 13.022 / 2014 (Estatuto das Guardas Municipais).

i) Educação para a segurança na escola e na comunidade

A Educação para a Segurança é uma das funções da Guarda Municipal, que contribui para a prevenção da violência e o enfrentamento precoce dela através do combate ao bullying, ao racismo e a todas as formas de preconceito, discriminação, intolerância e das mais diversas formas de violência física e/ou psicológica.

A Educação para a Segurança nas Escolas pode incluir a realização ou participação em peças de Teatro Escolar ou Comunitário, bem como outras formas de manifestação artística e cultural, interagindo não apenas com crianças e adolescentes mas também com pais e professores, criando e fortalecendo vínculos portanto da Guarda Municipal com toda a comunidade. Uma dessas formas de interação é a Guarda Mirim, formada pelos próprios alunos em interação com a Guarda Municipal, para desenvolver atividades de Educação para a Segurança. Um projeto de Canoas, Cada Jovem Conta, comprovou que suas atividades contribuíram para diminuir os índices de criminalidade nas suas comunidades. Isso porque o último vínculo que o jovem rompe com o Estado, antes de se vincular ao crime organizado, é através da evasão escolar. A Guarda Municipal se distingue por seu papel de gestora e não criadora de conflitos, como prestadora de um serviço de Segurança Cidadã.

SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA

Dotação autorizada / 2020: R\$ 47.418.569,13

A SMC tem a missão de reconhecer, valorizar e estimular as manifestações de cultura no Município de Porto Alegre, nas suas mais diversas formas de expressão.

A SMC promove eventos culturais próprios, mas também é parceira de eventos produzidos por outras entidades, como é o caso da Feira do Livro de Porto Alegre.

APOIO E BUSCA DE PATROCÍNIO

A SMC também deve tomar iniciativas de buscar Parcerias Público-Privadas capazes de patrocinar eventos culturais de todas as áreas, permitindo assim que os talentos culturais gaúchos possam desenvolver suas carreiras com o devido apoio profissional.

ESPAÇOS PARA NOVOS TALENTOS

O surgimento de novos talentos também deve ser incentivado, propiciando espaços públicos, tais como Oficinas para o Teatro Amador E a criação de eventos para apresentação de novos grupos, de música, de teatro, de dança e de outras artes.

PROJETOS DE INCLUSÃO PELA ARTE (ARTINCLUSÃO)

Outra característica da Cultura que deve ser estimulada é o seu potencial de inclusão social.

Um projeto modelo nesse sentido é o Projeto Artinclusão, do Professor Aloizio Pedersen, hoje já reconhecido não só em Porto Alegre mas em nível estadual, nacional e internacional.

O Artinclusão é uma prova viva do poder de valorização social da pessoa através de sua expressão cultural, artística, e portanto seu sucesso deve servir de motivação para o surgimento de novos projetos neste sentido, em todas as modalidades culturais.

CRIAÇÃO DE EVENTOS NOS LOCAIS DESTINADOS À CULTURA

Os locais destinados à cultura devem ser aproveitados para iniciativas culturais, com apoio da Secretaria Municipal da Cultura.

É papel da SMC, ainda, buscar Parcerias Público-Privadas que possam viabilizar o patrocínio da cultura portoalegrense através dos mais diversos eventos, em todas as áreas:

- Literatura
- Artes Visuais
- Música
- Dança
- Teatro
- Cinema, Audiovisual
- Artesanato
- Carnaval e outras formas de expressão cultural popular

São locais destinados à cultura de Porto Alegre, que devem receber total atenção da SMC para apoio, incentivo e promoção de atividades nesses locais:

- 1) Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho
- 2) Auditório Araujo Vianna
- 3) Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães
- 4) Casa Torelly
- 5) Centro Municipal de Eventos Almir Azeredo Ramos (no Parque da

harmonia)

6) Centro Municipal de Cultura,* Arte e Lazer Lupicínio Rodrigues

* (Abriga o Atelier Livre, a Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães, a Sala Álvaro Moreyra, Teatro Renascença, as coordenações de Dança, Artes Cênicas e Literatura, além de um Saguão de Exposições).

7) Cinemateca Capitólio

8) Pinacoteca Ruben Berta

9) Livraria Ilhota

10) Memorial do Mercado

11) Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

12) Sala Álvaro Moreyra

13) Sala P. F. Gastal

14) Solar Paraíso

15) Teatro Elis Regina (fechado para obras na Usina da Gasômetro)

16) Teatro Renascença

17) Teatro de Câmara Túlio Piva (Desativado para reforma)

18) Usina do Gasômetro

Além destes locais, há outros espaços que não fazem parte da gestão pública municipal mas que são espaços de referência marcantes da cultura porto-alegrense, tais como:

- Teatro São Pedro

- Casa de Cultura Mário Quintana

- Fundação Iberê Camargo

- Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS)

- Museu de Arte Contemporânea do Rio Grande do Sul (MACRS)

- Biblioteca Pública do Estado

- Farol Santander Porto Alegre (antigo Santander Cultural)

- Instituto Ling

- Memorial do Rio Grande do Sul

- Museu de Ciências e Tecnologia da PUCRS

- Museu de Ciências Naturais da Fundação Zoobotânica do RS*

* (com destino incerto devido à extinção da Fundação Zoobotânica)

- Instituto Goethe

- Centro Cultural CEEE Érico Veríssimo

- Centro Histórico Cultural Santa Casa

Há ainda uma série de locais privados, dedicados à cultura, nos diversos bairros de Porto Alegre, locais esses que podem ser parceiros de atividades.

EVENTOS CULTURAIS DE PORTO ALEGRE

Os eventos já tradicionais de Porto Alegre além de mantidos devem ser permanentemente qualificados, tais como: Baile da Cidade, Acampamento Farroupilha, Carnaval de Porto Alegre, Porto Alegre Em Cena, Festival Internacional de Teatro de Rua, Natal na Usina, Porto Verão Alegre, Semana de Porto Alegre, 24H de Cultura, Festival de Inverno.

APOIO ÀS ATIVIDADES CULTURAIS EM ESPAÇOS PÚBLICOS E BARES

Os espaços populares, como o consagrado Brique da Redenção, são espaços importantes para a exposição da produção cultural das mais diversas formas, tais como artesanato, artes visuais, literatura, além de eventuais performances.

Ambientes privados, tais como bares e restaurantes, também são locais importante de exercício da atividade artística, principalmente musical, e cabe à Secretaria Municipal da Cultura agir no sentido da desburocratização do funcionamento dessas atividades, na medida do seu alcance, de modo a facilitar a realização destas atividades profissionais, apoiando assim os artistas portoalegrenses.

POVOS ORIGINÁRIOS

O projeto de valorização dos Povos Originários deve ser feito em conjunto entre a SMAM e a Secretaria Municipal da Cultura, envolvendo o planejamento das áreas e das culturas desses povos. Um levantamento feito em 2020 mostra que existem cerca de 1050 indígenas em Porto Alegre, sendo 114 indígenas vivendo fora de aldeias e 936 em aldeias.

Vivem no Morro do Osso, Lomba do Pinheiro, Lami, Morro Santana, entre outros locais onde existem comunidades desaldeadas. São indígenas das etnias Charrua (38), Kaingang (513), Mbyá Guarani (entre 400 a 500, em 106 famílias) e 4 de outras etnias, Kubeo, Pataxó e Mehinako.

Os povos originários e sua cultura correm risco de extinção e compete à Gestão Municipal se associar ao trabalho de proteção à sua sobrevivência, à sua dignidade e ao reconhecimento da importância de sua cultura.

Entre os vários projetos já existentes que cabe à Prefeitura de Porto Alegre apoiar e participar é um projeto da UFRGS com a comunidade Kaingang no bairro Morro Santana, que propõe um roteiro organizado de visita à área natural onde vivem os índios daquela região e implantação de uma Casa Cultural no Morro Santana. O Projeto da Aldeia Kaingang no bairro Morro Santana está na Reitoria da UFRGS e a Prefeitura pode manifestar interesse no seu andamento e em se associar a esse projeto.

VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA

A começar pelo próprio carnaval, expressão cultural de danças, músicas e ritmos afro-brasileiros, uma ampla série de manifestações culturais afrodescendentes deve ser reconhecida, valorizada e promovida.

Em várias vertentes musicais, artísticas e, religiosas, onde essas raízes se fazem presentes, é necessário o incentivo da Gestão Municipal para preservar e difundir tais manifestações de cultura, seja em eventos promovidos pelo Município, seja através de Parcerias Público-Privadas ou mesmo através de busca de patrocínio, por parte da Prefeitura.

FESTIVAL ESTUDANTIL PORTOALEGRENSE DE MÚSICA (FEPOA)

A Prefeitura deve promover um evento anual de estímulo à música entre as Escolas Municipais, um Festival Estudantil Portoalegrense de Música (FEPOA), podendo prever categorias musicais, para premiar todos gêneros. É plenamente viável obter patrocínios que cubram os custos do FEPOA.

Esse evento tem objetivos de grande relevância, a saber:

- 1º) Valoriza a rede municipal de educação, eis que promove uma atividade que os jovens curtem, se identificam e que permite a expressão de seus talentos musicais, portanto de autoestima inclusive.
- 2º) Estimula a interação entre os estudantes de cada escola (ao formarem seus grupos musicais) e dentre as várias escolas entre si, valorizando o senso de comunidade, de sociedade,
- 3ª) Cria um evento na capital com benefícios subjetivos e objetivos, sendo potencialmente capaz de tornar a cidade mais alegre, promover novos talentos e inclusive gerar novas atividades comerciais (mesmo que temporárias a princípio) no entorno do Festival
- 4º) Suas despesas podem ser custeadas por patrocinadores e se necessário podem ser complementadas por direitos de transmissão e/ou ingressos.

PRÊMIO ANUAL DE TALENTO ARTÍSTICO (TROFÉU QUINTANA)

Em moldes e objetivos similares ao FEPOA (Festival Estudantil Portoalegrense de Música) pode ser realizado um Prêmio Anual de Revelação Artística para cada uma das artes.

Esse Prêmio Anual para os estudantes das Escolas Municipais incluiria portanto diversas categorias:

- 1- Artes visuais (plásticas incluindo desenho e pintura, arte mural e grafite)
- 2- Artesanato / Escultura
- 3 - Fotografia
- 4 - Audiovisual / Cinema / Arte Computadorizada
- 5 - Teatro / Performance
- 6 - Dança (dos diversos gêneros)
- 7 - Literatura
- 8 - Poesia
- 9 - Expressão cultural (categoria que inclui o carnaval por exemplo)
- 10 - Cultura dos povos originários

PROGRAMA DE RESGATE E INCENTIVO AO CARNAVAL E SEUS EVENTOS EM PORTO ALEGRE (PRINCEPA)

Em sintonia com e em apoio à manifestação das entidades representativas sobre o Carnaval de Porto Alegre, do resgate de sua dignidade à construção de condições sustentáveis para a continuidade de sua realização como um grande evento popular da cidade, o Partido Verde apresenta como sua contribuição o Programa de Resgate e Incentivo ao Carnaval e seus Eventos em Porto Alegre – PRINCEPA.

Elaborado como um Programa de Governo para a Gestão Municipal, o PRINCEPA se constitui em uma formulação de propósitos que extrapolam o momento eleitoral e mesmo o espaço de uma gestão municipal de quatro anos, sendo uma proposta permanente de valorização e aprimoramento do nosso Carnaval.

Este é um documento aberto, para cuja implementação estão convidados não apenas os carnavalescos, mas também todos os Partidos e seus representantes eleitos, que venham a assumir a gestão da Prefeitura e as cadeiras da Câmara de Vereadores. O PRINCEPA é de interesse da cidade e a ela pertence.

Objetivos

Esse Programa inclui não apenas a realização do Carnaval propriamente dito, mas a todos eventos correlatos ao mesmo, tais como os ensaios e toda rede de atividades ligadas a cada escola de samba, ao longo de todo o ano.

O Carnaval de Porto Alegre está enraizado nas tradições da cidade, no coração e nas mentes dos portoalegrenses, mas vem sofrendo reveses com descaso do poder público (Prefeitura e Câmara de Vereadores) e em especial com o preconceito deste quando trata o Carnaval como algo descartável e superficial, como se fosse um mero momento festivo e não uma ampla manifestação de vigor popular que expressa raízes e identidade cultural brasileira, presentes não só nos desfiles de Carnaval mas durante o ano todo.

Está na raiz da identidade do povo brasileiro e também se constitui em evento artístico e cultural criativo, que desenvolve a dança e a música em amplas camadas populares, de modo inclusivo, valorizando os participantes pela expressão de seus talentos.

É gerador de emprego e renda nas camadas populares, que são as que mais o valorizam e se beneficiam de toda sua rede de eventos, como os ensaios de cada Escola de Samba ao longo do ano, que movimentam o comércio formal e informal, propiciando sustento a milhares de famílias envolvidas nessas atividades.

A amplitude do Carnaval de Porto Alegre extrapola também os limites da cidade, com a participação já tradicional de entidades carnavalescas da Região Metropolitana. Mantendo essa saudável característica, cabe à Prefeitura da Capital agir juntamente com a GRANPAL – Associação de Municípios da Grande Porto Alegre – no planejamento e execução desse Programa.

Órgãos Responsáveis

Cabe à Secretaria Municipal de Cultura (SMC) e à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE, através de sua Diretoria de Turismo e Eventos – DTE), em conjunto, o planejamento, a articulação e toda espécie de iniciativas que se fizerem necessárias para a efetivação do PRINCEPA.

O papel da SMDE é fundamental para a sustentabilidade econômica do Carnaval, se articulando com a Secretaria Municipal de Parcerias Estratégicas e Captação de Recursos, na busca de patrocinadores e parceiros comerciais, eis que o ramo de Entretenimento está entre os de maior expansão econômica do Século XXI.

Questões econômicas: patrocinadores e turismo cultural

Uma das maiores despesas anuais para a realização do Carnaval de Porto Alegre é a montagem e desmontagem das arquibancadas provisórias, estruturas móveis que consomem cerca do total 70% dos gastos.

Outro problema central é a manutenção dos prédios hoje disponíveis no Porto Seco, onde no momento chega a haver falta de luz, além da degradação das estruturas construídas, ao longo do tempo.

O Carnaval precisa ser reconhecido como atividade cultural permanente, muito mais do que um evento anual. Para isso é necessária uma Gestão Municipal que o reconheça e valorize, sendo parceira na busca por empresas capazes de viabilizar atividades culturais durante todo o ano em seus espaços.

Não há restrições a “naming rights” de patrocinadores, por parte das entidades carnavalescas. Uma empresa que construa arquibancadas permanentes, como é o caso de estruturas de cimento pré-moldadas, pode ter direito de batizar com seu nome a passarela do samba permanente a ser construída, tal como já ocorreu por exemplo no futebol na Fonte Nova Itaipava, no período em que a empresa assumira a manutenção daquela Arena esportiva. Só a construção dessa estrutura fixa já economizaria cerca de 5 milhões anuais, cerca de 70% dos gastos com o evento.

Outra questão central para o Planejamento é a inclusão dos eventos das Escolas de Samba, que ocorrem ao longo de todo o ano, nos Roteiros Turísticos a serem elaborados pela Diretoria de Turismo e Eventos – DTE da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE).

Pelo menos 2 milhões de turistas passam por Porto Alegre nos três meses de inverno rumo a Gramado e Canela, além de outra grande leva de visitantes no final do ano para o Natal Luz e um fluxo permanente ao longo de todo ano para a Serra Gaúcha,

Cabe à DTE da SMDE criar Roteiros Turísticos para Porto Alegre, tanto roteiros de Ecoturismo quanto Roteiros Culturais (caso das Escolas de Samba), a serem incluídos nos pacotes das agências de turismo para a Serra Gaúcha, com a criação de atrações em Porto Alegre para captar parte desse extraordinário fluxo turístico.

O Turismo Cultural ocorre pela divulgação planejada, pela DTE, ampliando os poucos pontos da capital que são conhecidos hoje por pessoas de outros estados (que costumam perguntar pela Casa de Cultura Mário Quintana e pelo Gasômetro, na Orla, além da Redenção e dos estádios de Inter e Grêmio). Atrativos culturais da cidade devem ser divulgados, podendo ser associados a personalidades portoalegrenses tais como Lupicínio

Rodrigues, Elis Regina, Moacyr Scliar ou Paulo Santana, entre outros, contando suas histórias e os locais da cidade a que eram ligados.

Questões culturais: o aproveitamento permanente dos espaços

Todas atividades econômicas acima relatadas são geradoras de emprego e renda para milhares de famílias, mas os benefícios de um Programa de Resgate e Incentivo ao Carnaval e seus Eventos em Porto Alegre – PRINCEPA – vão além dos benefícios materiais.

A valorização cultural e das pessoas identificadas com essa cultura é de valor inestimável. O aspecto inclusivo da arte carnavalesca também representa um benefício incalculável para essa ampla camada da população que curte o Carnaval não só em fevereiro, mas o ano todo.

O complexo do Porto Seco, portanto, deve ser usado durante todo o ano com atividades de caráter artístico-culturais, tais como as que ocorrem nas Escolas de Samba. Uma série de atividades podem ser previstas, de modo a favorecer a inclusão de jovens e de adultos não só em atividades econômicas como também em artístico-culturais, resultando de sua exposição de talentos um senso de autoestima pessoal redobrado, que vem a constituir a base do que entendemos por qualidade de vida em seu aspecto emocional, o de se sentir reconhecido e valorizado pela sociedade.

Projetos já existentes: UESPA e UECGAPA

Duas entidades formadas por carnavalescos apresentaram projetos para o Carnaval de Porto Alegre, a UESPA e a UECGAPA. Ambos os projetos tem afinidades com os objetivos apresentados no presente Programa, que chamamos de PRINCEPA.

O projeto da UESPA relata o resgate de dignidade e um Plano de Ação para o Complexo Cultural do Porto Seco, com parceria público-privada e gestão compartilhada. Prevê atividades para serem realizadas durante todo o ano, que além do caráter cultural também incluem atividades econômicas e de turismo, bem como a vinculação com a comunidade beneficiada pelo conjunto de atividades a serem desenvolvidas no complexo do Porto Seco.

O projeto da UECGAPA representa os mesmos valores já descritos e especifica atividades tais como a instalação de um Centro de Recondicionamento de Computadores (CRC) e de vários projetos de inclusão social e geração de renda, incluindo o uso dos espaços do Porto Seco durante o ano inteiro para: Multipalco, CFC e diversas Oficinas.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO (SMED)

Dotação Autorizada / 2020: R\$ 921.177.254,55

REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- Escolas Municipais de Ensino Infantil (42)

- Escolas Municipais de Ensino Fundamental (54)
- Escolas Municipais de Ensino Médio* (2)
- Escolas Municipais de Ensino Básico* (2)
- EJA* (38)
- Creches Municipais (212)

*Obs: Há escolas que integram mais de uma lista

PRIORIDADES

- Criar o INDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DE PORTO ALEGRE, fazendo parte de um PROGRAMA CONTINUADO DE QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO municipal, com vistas ao aprimoramento constante dos métodos de aprendizagem e da observação do desenvolvimento da capacidade dos alunos em se apropriarem do processo de aprendizagem como uma contribuição ao seu crescimento pessoal.

- Criar ESTRATÉGIAS DE CULTURA DE PAZ com as mais diversas formas de promoção de uma cultura de tolerância e respeito com as diferenças, podendo utilizar para tanto de elementos culturais como as artes visuais (Projeto Artinclusão), dramáticas (Teatro, Audiovisuais), música, dança ou literatura.

Estratégias de Cultura de Paz também são os métodos comunitários de resolução de conflitos, tais como a Mediação e a Justiça Restaurativa, capazes de responder de modo mais precoce e profundo às necessidades de restauração das relações no convívio social.

- ESCOLAS DE TURNO INTEGRAL E/OU TURNO INVERSO, desde educação infantil (pré-escola) até Ensino Médio.

- CURSOS TÉCNICOS E PROFISSIONALIZANTES: além dos turnos da manhã e tarde, também turno da noite em especial para os cursos profissionalizantes.

- INCLUSÃO DIGITAL: ampliar acesso digital aos alunos e implementar treinamento digital para Professores.

- AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS: Realizar Projetos com a Secretaria Municipal de Parcerias Estratégicas e Captação de Recursos para viabilizar doações de tablet como material escolar para os alunos da rede pública.

Pode incluir o apoio ao Vestuário, retomando a entrega de uniformes aos alunos da rede municipal.

- EDUCAÇÃO AMBIENTAL: criação de HORTAS COMUNITÁRIAS nas Escolas Municipais, produzindo os próprios alimentos orgânicos para

alimentação das crianças e adolescentes e também diminuindo custos por produzir alimentos

Cursos de TÉCNICAS AGRÍCOLAS.

Retomar os LIAUs, LABORATÓRIOS DE INTELIGÊNCIA AMBIENTAL URBANA, nas Escolas Municipais, trabalhando a Educação Ambiental em Meio Urbano fomentando a consciência crítica, o estímulo a serem agentes de transformação socioambiental.

- SOLIDARIEDADE COMUNITÁRIA: além da merenda, os alimentos produzidos na Horta Comunitária Escolar poderiam ser levados para as casas das famílias que mais necessitassem

- CRECHES MUNICIPAIS: ampliação do número de Creches, atendendo à demanda de acordo com as necessidades de cada região de Porto Alegre.

- EDUCAÇÃO INFANTIL: para organizar as contratações de educação infantil, criar tabela única de valores para contratação com entidades privadas que prestam serviços de creches e pré-escolas.

- Democracia Participativa nas Escolas: retomar o curso das eleições para direção das escolas municipais.

- PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO NATURAL NAS ESCOLAS (SEM AGROTÓXICOS) nas creches, pré-escolas e escolas municipais, Programa conjunto entre a SMED e a SMAM, com a aquisição de alimentos orgânicos produzidos na Zona Rural de Porto Alegre a serem destinados prioritariamente para abastecer a rede municipal de ensino.

- EDUCAÇÃO CIDADÃ: pode ser retomada de modo amplo com o LABORATÓRIO DE CIDADANIA nas escolas, contra o bullying e o racismo, a favor da convivência e o respeito com a diversidade, a inclusão, a acessibilidade e o direito animal.

- INCENTIVO À MUSICA, ÀS ARTES E ÀS MAIS DIVERSAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS: devem ser estimuladas não apenas em atividades do turno inverso, mas também como conteúdos regulares, como modo de valorização das próprias raízes culturais, o que inclui a cultura do carnaval, da música e da dança.

- CURSOS DE ECONOMIA DOMÉSTICA, TÉCNICAS COMERCIAIS E EMPREENDEDORISMO: cursos abertos não só para alunos como para pais e professores, aberto a todos os interessados na comunidade.

- EFETIVAR O APOIO PSICOLÓGICO NAS ESCOLAS, universalizando na rede de Escolas Municipais a presença de Psicólogos para suporte tanto da atividade dos professores quanto da necessidade dos alunos, em especial

para os vítimas de bullying e todas as formas de preconceito e discriminação, bem como expostos a situação de violência física ou psicológica, na escola, na família ou na comunidade.

- INTERAÇÃO COM A GUARDA MUNICIPAL NAS ESCOLAS, valorizando a participação desta com a comunidade escolar. A Guarda Municipal tem função de enorme relevância nas Escolas Municipais de Porto Alegre, onde pode desenvolver projetos que já ocorreram em alguns municípios, tais como a Guarda Mirim, ou seja, a interação com crianças e adolescentes que são orientados para assumir o papel simbólico de prevenção da violência identificando e desestimulando casos de bullying, de racismo e de todas formas possíveis de discriminação e de violência física ou psicológicas na escola, na família ou na comunidade.

- ENSINO SUPERIOR NO ÂMBITO MUNICIPAL: criação de cursos superiores em casos específicos, para população de baixa renda, aproveitando a estrutura das escolas municipais e servidores qualificados, sem necessidade de custos elevados. Uma Universidade Pública Popular não requer a construção de novos prédios, mas sim do aproveitamento do quadro de professores qualificados para o Ensino Superior, para cursos que preferentemente possam resultar em inserção no mercado de trabalho, eis que destinados preferencialmente a alunos de baixa renda.

Uma área estratégica para o primeiro Curso Superior Municipal é o de T.I. – Tecnologia da Informação. Portanto uma FACULDADE MUNICIPAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO deve ser a primeira prioridade da criação de um Ensino Superior Municipal, em parceria com a PROCempa, e instituições Universitárias e empresariais, incluindo o TECCNOPUC.

O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCLUSÃO DIGITAL pode vir a ser construído em parceria com os alunos da graduação desse primeiro Curso Superior de Porto Alegre, cujos alunos durante a própria formação fazem estágios nos quais suas funções incluem colaborar com a capacitação Digital de outras pessoas, de modo planejado pelo referido programa de inclusão.

- PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DA ZONA RURAL COM ALIMENTOS ORGÂNICOS E ECOTURISMO (PREZAOECO).

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE), a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Esportes (SMDSE), em conjunto com a Secretaria Municipal da Educação (SMED) a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM) desenvolverão em conjunto o Programa de Preservação da Zona Rural com Alimentos Orgânicos e Ecoturismo (PREZAOECO)

A SMDE tratará das questões econômicas (da produção orgânica e ecoturismo), a SMDSE das questões sociais (habitação), a SMED da alimentação escolar e a SMAM naturalmente da preservação ambiental.

O PREZAOECO está descrito em detalhes no capítulo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, no presente Plano de Governo Municipal.

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE (SMAM)

Dotação Autorizada / 2020: R\$ 112.725.417,43

ESTRUTURA

Gabinete do Secretário (GS)

Assessoria Técnica (ASSETEC)

Tem 3 Diretorias e 1 Coordenação Geral

Coordenação Geral: CASE (Coordenação de Administração e Serviços)

DIRETORIAS:

1- Diretoria Geral de Planejamento Urbano e Sustentável (4 coordenações)

1.1 – Coordenação de Políticas de Sustentabilidade (CPS)

1.2 – Coordenação de Geoprocessamento e Informações Urbanísticas (CGIU)

1.3 – Coordenação de Planejamento Urbano (CPU)

1.4 – Coordenação de áreas verdes (CAV)

2- Diretoria Geral dos Direitos dos Animais (DGDA)

2.1- Coordenação de Saúde Animal (CSA)

2.2- Coordenação de Políticas Públicas Projetos e Parcerias (CPPP)

3- Diretoria Geral de Desenvolvimento Sustentável

3.1- Coordenação de Licenciamento Ambiental (CLA)

3.2- Coordenação de Proteção Gestão e Monitoramento Ambiental (CPGMA)

3.3- Coordenação de Educação Ambiental e Fiscalização (CEAF)

3.4- Coordenação de resíduos Sólidos (CRS)

NOVOS PROJETOS:

1. ZONA RURAL, ALIMENTO SAUDÁVEL

2. PORTO ALEGRE DÁ FRUTOS

3. MAIS HORTAS COMUNITÁRIAS

4. ESPORTE NA PRAÇA

5 ORLA NATURAL

6. CIDADE SUSTENTÁVEL E PLANEJADA

7. POVOS ORIGINÁRIOS

8. BEM ESTAR ANIMAL

9. ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA SUSTENTÁVEL

10. POA APOIA A FEIRA

11. PLANO DE GESTÃO MUNICIPAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

1.ZONA RURAL, ALIMENTO SAUDÁVEL

A Zona Rural deve ser prioridade para a Gestão Municipal, tanto para a sua preservação contra os loteamentos irregulares quanto para o estímulo à produção de alimentos orgânicos que hoje representam cerca de 10% dos alimentos produzidos na região.

Cabe à Prefeitura garantir a aquisição de alimentos orgânicos, portanto sem agrotóxicos, para abastecer as Escolas Municipais de Ensino Infantil (42), as Escolas Municipais de Ensino Fundamental (54), as Escolas Municipais de Ensino Médio (2), as Escolas Municipais de Ensino Básico (2), as Escolas onde funciona o EJA (38) e as Creches Municipais (212).

Ainda somos a segunda capital do país com maior extensão de zona rural em seu município (atrás apenas de Palmas, no Tocantins), mas a pressão da especulação imobiliária é uma ameaça à sua preservação.

Porto Alegre depende de sua Zona Rural para a qualidade do ar, para a biodiversidade e para a produção de alimentos locais, diminuindo a distância entre o produtor e o consumidor e reduzindo os danos ambientais tanto na produção quanto no transporte de alimentos.

A preservação da Zona Rural se dará através do PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DA ZONA RURAL COM ALIMENTOS ORGÂNICOS E ECOTURISMO (PREZAOECO).

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE), a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Esportes (SMDSE), em conjunto com a Secretaria Municipal da Educação (SMED) a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM) desenvolverão em conjunto o Programa de Preservação da Zona Rural com Alimentos Orgânicos e Ecoturismo (PREZAOECO)

A SMDE tratará das questões econômicas (da produção orgânica e ecoturismo), a SMDSE das questões sociais (habitação), a SMED da alimentação escolar e a SMAM naturalmente da preservação ambiental.

O PREZAOECO está descrito em detalhes no capítulo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, no presente Plano de Governo Municipal.

2. PORTO ALEGRE DÁ FRUTOS

Existem ruas com árvores frutíferas em todo o país, como as mangas em Maringá ou Belém. Porto Alegre também tem ruas com árvores frutíferas tais como abacateiro, araçá, pitangueiras, bergamoteira, tudo isso na Av. Amazonas, bairro São Geraldo.

O Projeto PORTO ALEGRE DÁ FRUTOS visa a usar a Ecologia contra a fome, diante do quadro de grande desorganização da Economia provocado pela pandemia de 2020. Para tanto, esse projeto prevê o plantio planejado, pela Prefeitura, de árvores frutíferas para os bairros e vilas mais carentes de Porto Alegre, atendendo aos seguintes critérios:

- A) As árvores frutíferas serão plantadas nas regiões mais pobres da cidade e nas vias de menor circulação de carros, evitando que o

dióxido de carbono contamine as cascas e sejam ingeridas por crianças sem os devidos cuidados

- B) O plantio em cada rua será planejado em conjunto com o Conselho Tutelar daquela região, com um Plano de Educação Ambiental para as crianças e adolescentes e pessoas em situação de vulnerabilidade de cada rua, no sentido de evitar o mau uso dos frutos (tais como consumo de frutos verdes, estragados ou sem lavar a casca), sendo sugerido que uma Comissão de Moradores de cada rua (sem número definido, aberta aos interessados) se encarregue de tal orientação aos moradores, sendo os Padrinhos e Madrinhas do Projeto Porto Alegre dá Frutos
- C) Técnicos da SMAM programarão reuniões com Padrinhos e Madrinhas do Projeto Porto Alegre dá frutos, previamente ao plantio para definir quais as árvores frutíferas são as preferidas pelos moradores e, depois, para a orientação sobre a manutenção das árvores e do uso correto dos frutos de cada rua.

São características desse projeto :

- 1 – O combate à fome através da natureza, com frutos de valor nutritivo
- 2 – O zelo com possíveis efeitos colaterais decorrentes de possíveis contaminações das cascas pela poluição, bem como com o uso inadequado por crianças que possam consumir frutos verdes ou podres, contaminados
- 3 – A busca de parceria com (como o Conselho Tutelar) e de grupos de moradores de cada rua (mesmo que pequenos grupos), em assumir o zelo com as crianças, adolescentes ou outras pessoas vulneráveis, para o consumo adequado dos frutos
- 4 - A educação ambiental da comunidade, através dos técnicos da SMAM, de modo a orientar os parceiros das instituições e dos grupos de moradores sobre os cuidados adequados com os frutos e com o seu consumo

3.MAIS HORTAS COMUNITÁRIAS

A exemplo da Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro, serão incentivados outros outros bairros e vilas, para produzir alimentos orgânicos, de qualidade

As Hortas Comunitárias garantem alimentação saudável e ocupam espaços ociosos das cidades

App REPlant, um app surgiu em evento dentro da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), ele mapeia as hortas comunitárias, garantindo que as pessoas conheçam a proposta

4.ESPORTE NA PRAÇA

Projeto conjunto entre a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Esportes.

Com o apoio se necessário de Parcerias Público Privadas (PPPs) para fins de patrocínio, o Projeto Esporte na Praça visa deixar as quadras esportivas em condições de uso (inclusive noturno onde houver

possibilidades para tanto) e proporcionar a presença de profissionais de Educação Física com formação em várias modalidades esportivas (inclusive ginástica por exemplo) para treinar os interessados. Uma possibilidade de Parcerias seria com as próprias Universidades que tenham Faculdade de Educação Física. Os treinos em horários pré-definidos de acordo com a modalidade.

Os objetivos do Projeto Esporte na Praça são a melhor ocupação dos espaços públicos, pois o uso por maior número de pessoas também pode gerar segurança, incentivo ao esporte, novas oportunidades de trabalho e surgimento/descoberta de novos talentos nas mais diversas modalidades.

5. ORLA NATURAL

O projeto da “nova Orla” carece arborização para sombra, para o que propomos que além de arvores frondosas seja feita uma escolha popular sobre várias alternativas de paisagismo natural na Orla, tais como flores, árvores frutíferas ou decorativas, a serem escolhidas pela própria população dentro os projetos apresentados por paisagistas que façam sugestões na condição de voluntários, sem gerar novos ônus para os cofres públicos.

6. POA SUSTENTÁVEL E SEM RISCOS

Devem ser colocadas em prática as metas do programa CIDADES SUSTENTÁVEIS em seu conjunto, enfrentando questões cronicamente negligenciadas na ocupação urbana de Porto Alegre, por falta de planejamento e fiscalização.

No licenciamento, a SMAM deve regulamentar a exigência de aceitação de áreas destinadas a equipamentos públicos, já implementados (praças e eventualmente áreas de escolas)

O projeto Poa Sustentável e Sem Riscos inclui organizar um plano de ocupação urbana para Zona Sul de Porto Alegre criando regulamentação diferenciada para a aprovação (ou não) de loteamentos. A irregularidade está se tornando a regra naquela região, o que coloca em risco a Zona Rural, que deve ser protegida de loteamentos irregulares.

Há inúmeras áreas irregulares em regiões onde não há também nem arborização nem praças. Praças só são previstas em loteamentos regulares. As áreas irregulares também não tem calçadas e nem ruas mais largas onde possam passar caminhões como por exemplo os com serviços públicos.

Estão MAPEADAS as áreas irregulares de Porto Alegre, portanto a Gestão Municipal deve planejar e estabelecer prazos para a resolução de cada uma dessas situações irregulares.

A aprovação dos grandes empreendimentos requer exame do Gabinete do Prefeito e do Vice, além das Secretarias demandadas de acordo com a natureza do empreendimento, especialmente em relação às contrapartidas.

É necessário também implementar a fiscalização com equipes aparelhadas para as ÁREAS DE RISCO (principalmente áreas de encostas e

alagáveis) e áreas verdes, a fim de evitar ocupações irregulares para fins de moradia. Em Porto Alegre são áreas de risco principalmente as encostas de morros (como o Morro da Glória) e os arroios, como o Timbauva junto ao Arroio Feijó e o Arroio do Salso.

A DEFESA CIVIL alerta que 600 famílias vivem em áreas de risco, sendo 70% (420 famílias) em encostas de morros com riscos de deslizamento de terra e rochas. As demais 30 % (180 famílias) junto a arroios com risco de transbordamento durante as chuvas mais fortes.

Ilhas e Humaitá/Navegantes são outras regiões com alagamentos crônicos.

Nos arroios, os riscos e danos ocorrem não somente pelos impactos diretos (deslizamentos, alagamentos) como também pelos impactos indiretos erosão, assoreamento, perda da qualidade da água.

O Banco Mundial a Porto Alegre em 2017 assinou convênio para assistência técnica cooperativa entre a Prefeitura e o Banco, para desenvolver Plano Estratégico de Resiliência Urbana, com foco na falta de infraestrutura e da vulnerabilidade das comunidades das áreas de risco, mas se restringiu especificamente a região das Ilhas e Humaitá e Navegantes.

Atualmente não temos notícias sobre planejamento para áreas de risco de Porto Alegre, nem sobre avaliações de risco mais recentes

7. POVOS ORIGINÁRIOS

O programa de valorização dos Povos Originários deve ser criado em conjunto entre a SMAM e a Secretaria Municipal da Cultura, envolvendo o planejamento das áreas e das culturas desses povos. Um levantamento feito em 2020 mostra que existem cerca de 1050 indígenas em Porto Alegre, sendo 114 indígenas vivendo fora de aldeias e 936 em aldeias.

Vivem no Morro do Osso, Lomba do Pinheiro, Lami, Morro Santana, entre outros locais onde existem comunidades desaldeadas. São indígenas das etnias Charrua (38), Kaingang (513), Mbyá Guarani (entre 400 a 500, em 106 famílias) e 4 de outras etnias, Kubeo, Pataxó e Mehinako.

Os povos originários e sua cultura correm risco de extinção e compete à Gestão Municipal se associar ao trabalho de proteção à sua sobrevivência, à sua dignidade e ao reconhecimento da importância de sua cultura.

Entre os vários projetos já existentes que cabe à Prefeitura de Porto Alegre apoiar e participar é um projeto da UFRGS com a comunidade Kaingang no bairro Morro Santana, que propõe um roteiro organizado de visita à área natural onde vivem os índios daquela região e implantação de uma Casa Cultural no Morro Santana.

O Projeto da Aldeia Kaingang no bairro Morro Santana está na Reitoria da UFRGS e a Prefeitura pode manifestar interesse no seu andamento e em se associar a esse projeto.

8. BEM ESTAR ANIMAL

O Programa de BEM ESTAR ANIMAL para Porto Alegre será realizado em conjunto entre a Secretaria Municipal da Saúde (SMS) e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM), com a SMS dando atenção aos animais domiciliados e a SMAM zelando pelos errantes.

A integração da Secretaria da Saúde no BEM ESTAR ANIMAL decorre do conceito de Saúde Única, que abrange a saúde dos animais humanos e não humanos, que inclui os animais dos ecossistemas domiciliados, semi domiciliados e errante, e à saúde ambiental.

Esse programa é baseado também na experiência das protetoras e de várias organizações não-governamentais, portanto fruto dos diálogos com a sociedade civil, de abrangência nacional, com todos entes federativos, e inclusive internacional, buscando promover políticas de Bem Estar Animal

Com tais conceitos e experiências, se estabeleceram as seguintes prioridades:

a) Tutoria (posse) responsável

b) Programa de Adoções responsáveis

c) Atendimento de Emergência (24 horas) para animais de rua, abandonados, perdidos ou que tenham sofrido alguma forma de trauma, como atropelamento ou maus tratos, que pertençam a pessoas de baixa renda (cadastrados nos programas sociais como o CAD Único ou Bolsa Família) sem acesso a clínicas privadas

c) Para permitir o amplo atendimento público, firmar convênios com clínicas veterinárias para atendimento. Deve haver transparência permitindo à sociedade civil acompanhara a execução dos contratos e convênios

d) O Hospital Veterinário (USAV – Unidade de Saúde Animal Victória), que atualmente opera com apenas 1/3 de sua capacidade, deve ser aberto 24 horas e com a plena capacidade, cumprindo as finalidades para as quais foi previsto e construído, qual sejam:

- capacidade para atender 270 animais

- 5 salas de cirurgia

- 4 consultórios

- ala para internação

- setor de quimioterapia

- exames de imagens

- laboratório de análises clínicas

- Sendo o único hospital veterinário, deve ser estruturado para funcionar 24 horas, inclusive com setor de Emergência e cirurgias, eis que os acidentes não escolhem hora, tais como atropelamentos ou outros acidentes, ou ainda casos de envenenamentos.

- Uma Ala para animais de grande porte é outra necessidade a ser viabilizada neste hospital.

- O Hospital Veterinário (USAV) deve realizar atendimento em especialidades clínicas, contando com Médicos Veterinários especialistas incluindo Traumato-Ortopedista, Neurologista, Cardiologista, Oftalmologista, Oncologista e realizar ainda atendimento Odontológico.

- O USAV deve realizar também Sorologia para FIV (aids felina) e FeLV (leucemia felina), atendimento de emergência aos animais vítimas de atropelamentos, de maus tratos e de envenenamentos, cirurgias de emergência e castração.

e) Implementar o Plano Municipal de Castração de Animais Domésticos (PlaM-CAD) em Porto Alegre. O PlaM-CAD faz parte de um programa de controle populacional adequado, buscando diminuir a procriação e todos os problemas oriundos da procriação desenfreada, bem como problemas de saúde decorrente de métodos inadequados como injeções de hormônios, nocivas à saúde. Para o mais amplo alcance, deve ser viabilizado o programa de Castração Móvel com ônibus com veterinários se deslocando em datas programadas aos diversos bairros da cidade, ao modelo do ônibus do programa Bicho Amigo.

f) Acompanhar os animais do ecossistema errante, com atendimento veterinário, visando ao seu bem estar bem como na segurança da população animal

g) Implementar programas de Saúde Pública para prevenção e tratamento de zoonoses, sarna, raiva, leptospirose, TVT tumor venéreo transmissível (Sarcoma venéreo transmissível canino, tratável com aplicações periódicas de quimioterapia)

h) Identificar todos os animais domésticos com o objetivo de diminuir o abandono e enfrentar os maus tratos a fim de punir os agressores

i) Organizar o atendimento aos animais seguindo o modelo de rede de saúde pública do SUS, ou seja, com CENTROS DE BEM ESTAR ANIMAL nos bairros (tais como as Unidades Básicas de Saúde) para os atendimentos mais simples e com locais de referência para os atendimentos especializados, dos quais o mais completo é o Hospital Veterinário (USAV – Unidade de Saúde Animal Victória)

j) Oferecer cursos de qualificação os grupos de voluntários, para auxiliar nos projetos em execução nos Centros de Bem Estar Animal.

k) Realizar um censo na cidade, visando dimensionar o real problema dos animais de rua, censo esse que servirá para o planejamento e adoção das políticas públicas visando o bem estar animal.

l) Zelar pelo cumprimento da Lei dos Animais Comunitários que já existe no Rio Grande do Sul.

m) Interagir de modo contínuo com os demais níveis de governo e com a sociedade, para efetivar as propostas práticas e as políticas públicas acima descritas. Para tanto, são necessárias as seguintes iniciativas:

- Promover eventos abertos para ampla participação da sociedade sobre o tema do Bem Estar Animal, de modo a possibilitar a troca de experiências e informações entre protetores e identificação de problemas a resolver, de modo a aprimorar continuamente o Programa de Bem Estar Animal e a Educação Ambiental.

- Buscar recursos junto à Coordenação Nacional de Proteção e Defesa Animal, do Governo Federal, para efetivação das políticas públicas de combate às zoonoses e controle populacional.

A Gestão Municipal do BEM ESTAR ANIMAL, para viabilizar sua política de amplo acesso, possa ter como fontes de financiamento:

- Doações
- Parcerias Público-Privadas
- Financiamentos, preferencialmente a fundo perdido

Independentemente da origem dos recursos que viabilizem suas atividades, é vedado que a Política de Bem Estar Animal perca o caráter de universalidade de seu atendimento.

9. ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA SUSTENTÁVEL

Porto Alegre deve ter Espaços de Convivência em suas vias públicas, onde as pessoas possam se sentir acolhidas, aconchegadas, num “cantinho natural” em meio ao ambiente urbano. Isso já vem sendo feito em grandes metrópoles com ganho em qualidade de vida para os habitantes.

Espaços de Convivência Sustentável são pequenos espaços públicos (menores que praças, portanto) para as pessoas poderem aproveitar a vizinhança e tornar o local mais atrativo e mais seguro.

Não necessitam de muita infraestrutura, apenas bancos e uma pequena área vegetada, com árvores para tornar o local mais bonito, diminuir a temperatura e a poluição.

Podem ser feitos em vagas de estacionamento, nas calçadas ou espaços ociosos da cidade. Em Porto Alegre existem alguns locais como a rua João Alfredo onde já foram colocados bancos, mas ainda não foram colocadas árvores junto.

São espaços totalmente públicos, mas podem ter algum comércio próximo, como cafés.

Esse projeto pode ser ampliada para incluir as CALÇADAS VIVAS, espaços de convivência que transitam entre locais públicos e privados – a serem devidamente estudada pelo Plano Diretor – de modo a possibilitar que o andar térreo prédios residenciais seja aproveitado como espaço comercial para cafés, por exemplo, que também venham a se tornar espaços de convivência, aumentando a qualidade de vida e a segurança urbana.

Tanto os Espaços de Convivência quanto as Calçadas Vivas podem realizar atividades culturais e artísticas das mais diversas formas, devidamente programadas por se tratar de espaços públicos e de vizinhança

10. POA APOIA A FEIRA

As Feiras vem sendo há muito tempo um meio importante de comercialização de produtos orgânicos, sem agrotóxicos, em Porto Alegre.

Uma gestão municipal sustentável deve proporcionar todo apoio logístico básico aos feirantes, o que pareceria óbvio mas não vem ocorrendo

na prática, faltando inclusive banheiros públicos para os feirantes, nos locais onde comercializam seus produtos.

11. PLANO DE GESTÃO MUNICIPAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

A população de Porto Alegre produz em média 1,2 MIL TONELADAS / DIA de resíduos. Destes, apenas 6% são reciclados (cerca de 56 toneladas). A grande maioria desse volume é composta de resíduos orgânicos e rejeitos, cujo destino será o aterro de Minas do Leão, a 85 km da capital, numa área de 84 hectares que além de Porto Alegre recebe os descartes de cerca de 100 municípios.

São prioridades do Plano de Gestão Municipal dos Resíduos Sólidos:

A – PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

B - IMPLANTAÇÃO DE USINAS DE COMPOSTAGEM

C – COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA PELAS UNIDADES DE TRIAGEM

D – FORTALECIMENTO E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES DE TRIAGEM PARA AUMENTAR A POSTERIOR RECICLAGEM NA INDÚSTRIA

E – APOIO AOS CATADORES QUE AINDA ESTEJAM NA INFORMALIDADE, COM CAPACITAÇÃO E INTEGRAÇÃO AO SISTEMA DE RECICLAGEM DAS UNIDADES DE TRIAGEM

F – USINAS DE RECICLAGEM DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL

G – BIODIGESTORES

H – SUPERVISIONAR E EXIGIR A IMPLANTAÇÃO DA LOGÍSTICA REVERSA DO GERADOR, CONFORME LEI FEDERAL 12305/2010 (POLÍTICA NACIONAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS)

Antes de descrevermos essas prioridades, faremos uma síntese de informações a respeito do problema dos resíduos sólidos em Porto Alegre.

A Educação Ambiental, ponto primeiro e mais básico, começa pela consciência no consumo, desenvolvendo hábitos mais saudáveis e evitando o consumismo individual que, somado ao de milhões de pessoas (1,5 milhão na capital e 4 milhões na Grande Porto Alegre) resulta em volumes absurdos de lixo.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12305/2010, regula a forma como o país lida com os resíduos. Essa Lei exige transparência de setores públicos e privados no que diz respeito ao gerenciamento desses.

Essa política propõe a prática de hábitos sustentáveis de consumo, além de conter instrumentos para incentivar a reciclagem e reaproveitar resíduos sólidos, bem como a destinação ambientalmente adequada do dejetos e até o fim dos lixões. Estando as metas de reaproveitamento e reciclagem muito distantes de serem atingidas, restritas a pequeno percentual do volume total, mais importante ainda se torna a consciência do consumidor e a Educação Ambiental.

O que é chamado popularmente de lixo é definido na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) como resíduo, conceito que abrange materiais

reaproveitáveis por reuso ou reciclagem. A palavra popular lixo não consta na lei e segundo o Dicionário seria “coisa imprestável”, o que não é o caso do resíduo, mas seria o caso do rejeito.

OS TIPOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Usaremos aqui a palavra lixo no sentido popular da palavra (afinal as pessoas descartam em “sacos de lixo”), mas tendo consciência da diferença entre os resíduos reaproveitáveis e os rejeitos.

Resíduo sólido é tudo que popularmente chamamos de lixo, qualquer matéria sólida ou semisólida produzida pelo homem e pela natureza. Há uma diferença entre resíduo e rejeito, relativa à possibilidade de aproveitamento ou não desse material.

Chamamos de resíduo o que pode ser aproveitado, reutilizado ou reciclado. Esse tipo de “lixo” é classificado como resíduo sólido.

O rejeito é outro tipo de resíduo, aquele cujas possibilidades de reaproveitamento ou reciclagem são esgotadas.

O PNRS (Plano Nacional dos Resíduos Sólidos) prevê que aterros só podem aceitar rejeitos, sendo passível de punições quem não seguir essa norma.

O Plano Nacional de Resíduos Sólidos os agrupa por tipos, de acordo com o local ou atividade que os gera.

- Resíduos Sólidos Urbanos: divididos em materiais recicláveis (metais, aço, papel, plástico, vidro, etc) e matéria orgânica.
- Resíduos da Construção Civil: gerados nas construções, reformas, reparos e demolições, bem como na preparação de terrenos para obras.
- Resíduos com Lógica Reversa Obrigatória: pilhas e baterias, pneus, lâmpadas fluorescentes de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista, óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, produtos eletroeletrônicos e seus componentes, entre outros.
- Resíduos industriais: gerados na indústria, grande parte destes são de alta periculosidade.
- Resíduos Sólidos do Transporte Aéreo e Aquaviários: gerados pelos serviços de transportes, de naturezas diversas, tais como ferreiros, resíduos de cozinha, material de escritório, lâmpadas, pilhas, etc.
- Resíduos Sólidos no Transporte Rodoviário e Ferroviários: gerados pelos serviços de transportes, acrescido de resíduos sépticos que podem conter organismos patogênicos.
- Resíduos de Serviços de Saúde: gerados em hospitais, postos de saúde ou qualquer serviço de saúde.
- Resíduos Sólidos da Mineração: gerados em qualquer atividade de mineração, podem conter variedade de elementos tóxicos
- Resíduos Sólidos Agrossilvopastoris: orgânicos ou inorgânicos, dejetos da criação de animais, resíduos associados a culturas de agroindústria, embalagens de agrotóxicos, fertilizantes e insumos.

OS TIPOS DE COLETA EM PORTO ALEGRE

Existem quatro tipos de coleta, a domiciliar, a automatizada, a seletiva e a seletiva no container.

COLETA DOMICILIAR: ou “porta a porta”, é o recolhimento do lixo orgânico pelos caminhões que passam nas ruas da cidade (três vezes por semana, nos locais onde não existem container e de segunda a sábado nas principais avenidas da capital). A Coleta Domiciliar foi terceirizada pela Prefeitura e desde 2015 é realizada pela empresa B.A. Meio Ambiente Ltda., através de contrato firmado com o DMLU até dezembro de 2020, com um custo nesse ano de R\$ 50 milhões de reais.

COLETA AUTOMATIZADA: é realizada em 19 bairros centrais de Porto Alegre, também terceirizada desde 2015, para as empresas Conesul e RN Freitas. Voltada exclusivamente para resíduos orgânicos, recolhe os depositados em contêineres cinzas. As duas empresas receberam pouco mais de 9 milhões, cada uma, por esse serviço no ano de 2019 (no caso da segunda empresa o valor corresponde também à coleta seletiva no contêiner, relatada mais adiante).

COLETA SELETIVA: é realizada nas ruas que permitem circulação de caminhões e é destinada ao recolhimento de resíduos recicláveis, o lixo seco (plásticos, vidro, metal, papel). É realizada três vezes por semana nos bairros centrais e duas vezes nas regiões da periferia. A Cootravipa (Cooperativa de Trabalhadores Autônomos das Vilas de Porto Alegre) é a empresa terceirizada (também desde 2015) para prestar o serviço de coleta seletiva, ao custo de 10,5 milhões por ano.

COLETA SELETIVA AUTOMATIZADA (NO CONTÊINER): é um projeto piloto desde novembro de 2018, em algumas regiões centrais da capital, voltada para resíduos recicláveis. Recolhe os resíduos colocados pela população em contêineres de cor verde, em bairros centrais. O contrato entre o DMLU e a empresa terceirizada RN Freitas para esse projeto piloto é de 17,8 milhões para o período dos últimos dois anos pelos serviços de Coleta Automatizada e Coleta Seletiva no Contêiner.

RESÍDUOS ESPECÍFICOS

Há resíduos específicos que não são aceitos pelas coletas regulares e devem ser levados para a Unidade de Destino Certo (UDC) ou Ecoponto, serviços que são prestados pelo próprio DMLU.

São pontos fixos distribuídos pela cidade que contam também com um Posto de Entrega de Óleo de Fritura (PEOF), um Posto de Entrega Voluntária (PEV), voltado para resíduos secos, e um Posto de Entrega de Resíduos Eletrônicos (PERE).

MTRCC: RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

O Manifesto de Transporte de Resíduos da Construção Civil Online emitido eletronicamente tem como finalidade controlar a geração, transporte e destinação final dos RCCs no Município de Porto Alegre. O MTRCC OnLine substitui o talonário e é obrigatório para geradores, transportadores e destinos finais que executarem a movimentação destes resíduos no município de Porto Alegre.

Os resíduos classificados como Classe I, perigosos, ou classe D, só poderão ser transportados acompanhados de MTR. O que difere é a autorização para emissão deste documento, que é de competência da Fepam, e o regramento para a utilização, encontrado na Portaria nº 34/2009 do referido órgão.

BOTA FORA

Voltado exclusivamente para comunidades em vulnerabilidade social e visando recolher materiais que as pessoas não querem mais, o serviço acontece com data marcada e normalmente tem duas edições, uma no primeiro e outra no segundo semestre do ano. A coleta semestral é realizada pelo DMLU em cerca de 300 comunidades da Capital.

COLETAS PAGAS

Os dois tipos de coletas pagas são a Coleta Certa e a Coleta Eventual, e recolhe, via serviço solicitado previamente à Prefeitura pelo número 156, resíduos que não podem ser descartados nas coletas domiciliar e seletiva. Esta modalidade de coleta é realizada por servidores do DMLU.

COLETAS DE FOCOS

Além das coletas diretamente voltadas à população, os funcionários do DMLU também recolhem os resíduos públicos resultantes de descartes inadequados em vias públicas, processo que é chamado de 'Coletas de Focos', e fazem a varrição e a capina de espaços públicos, como vias, parques e praças.

AS UNIDADES DE TRIAGEM

As associações ou cooperativas que gerem as 16 Unidades de Triagem (UT) conveniadas atualmente à Prefeitura, recebem os materiais recolhidos pela Coleta Seletiva e dividem entre seus integrantes os valores resultantes da comercialização dos resíduos recicláveis.

Por meio de contrato, cada uma das 16 Unidades de Triagem (UT) recebe entre R\$ 4.954,43 a R\$ 31.195,24 por mês Prefeitura, dependendo do porte de cada uma. Segundo o DMLU, a previsão do valor total que será destinado no total às 16 unidades em 2020 é de R\$ 1.552.239,23. Esses valores, que correspondem ao valor comercial do volume de material reciclado em cada UT (Unidade de Triagem), no entanto, não corresponde ao que os trabalhadores efetivamente recebem. Pelo menos metade dos valores obtidos são gastos, pelas Cooperativas de trabalhadores das UTs, com demandas burocráticas.

As 16 Unidades de Triagem estão nos bairros Floresta (UT Reciclando pela Vida, UT Anjos da Ecologia, UT Paraíba e UT Anitas), Rubem Berta (UT Santíssima e UT Rubem Berta), Partenon (UT São Pedro e UT Campo da Tuca), Sarandi (UT Aterro Norte), Restinga (UT Coopertinga), Bom Jesus (UT Vila Pinto), Cavalhada (UT Cavalhada), Belém Velho (UT Padre Cacique), Bairro Protásio Alves (UT Chocolate), Navegantes (UT Frederico Mentz) e Lomba do Pinheiro (UT Lomba).

Cada uma das 16 UTs (Unidades de Triagem), de Porto Alegre, calcula que, de todos os seus ganhos, cerca da metade são gastos com empresas

terceirizadas, que se tornam necessárias a partir de demandas técnicas da prefeitura com exigência de assinaturas de projetos por Engenheiros e outros profissionais especializados. Sendo que a Prefeitura não permite que seus profissionais procedam à orientação técnica para atender tais demandas. No caso da Coopertinga, por exemplo, que reúne cerca de 50 famílias de catadores, o valor que seria de 2 mil por família a cada 100 mil reais, diminui para cerca da metade com tais custos, ou seja, ao invés de 2 mil para apenas 1 mil por família.

OS SERVIÇOS DE TRANSBORDO

Além das empresas terceirizadas para coleta do lixo, também são terceirizados os serviços de transbordo. Uma delas a A JSL S/A, que é a responsável pelo Serviço de Transbordo, local para onde são destinados os conteúdos recolhidos nas coletas Domiciliar e Automatizada e rejeitos da Seletiva, e pelo transporte dos resíduos do Transbordo até o Aterro Sanitário de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), localizado no município de Minas do Leão. O custo dos serviços de transbordo soma 20 milhões anuais.

Os resíduos orgânicos vão para Aterro Sanitário em Minas do Leão, a 85 km da capital, aterro esse que também é de empresa terceirizada, a Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos (CRVR), gestora do Aterro Sanitário de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), destino final de todos os resíduos orgânicos e rejeitos gerados pela população de Porto Alegre. A empresa CRVR recebe pelo serviço de Aterro Sanitário mais de 30 milhões anuais da Prefeitura de Porto Alegre, em 2019 o valor foi de 34,3 milhões.

IMPACTOS AMBIENTAIS DO ATERRO

Porto Alegre envia mais de 40 mil toneladas mensais de resíduos para o aterro, conforme a Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos (CRVR)

Os caminhões da coleta domiciliar ou automatizada deveriam recolher apenas resíduos orgânicos destinados ao aterro, acabam transportando plástico, vidro, papelão, animais mortos, restos de móveis e todo tipo de material indesejado que, seja por desconhecimento ou descaso, são descartados incorretamente e vão parar em Minas do Leão. Uma vez que tenha sido descartado de maneira equivocada, o destino do lixo está selado. Não há separação, nem no transbordo, nem no aterro.

Descarregados, compactados e recobertos após um processo de preparação do solo, estariam prontos para se decompor, liberando gases tóxicos e líquidos poluentes. Entra aí a etapa de recolhimento do chorume, que é tratado antes de ser enviado de volta ao meio ambiente, e de captação do metano, que, por tubulação, é enviado para purificação e utilizado como combustível de motores que geram energia elétrica. A CRVR vende para consumidores essa energia, geralmente para grandes empresas. Em uma ordem de grandeza, essa energia poderia atender uma população de 150 mil habitantes.

Apesar dos métodos utilizados para conter os gases tóxicos e líquidos poluentes e da utilização de gases como o metano na geração de energia, a

escolha pelo aterramento de materiais orgânicos e rejeitos é questionada por diversos setores da sociedade devido aos impactos que o processo pode gerar para o meio ambiente e, até mesmo, para os seres humanos.

Os aterros sanitários servem apenas ao retardamento da contaminação ambiental. A cada 10 anos o espaço ocupado pelos resíduos aterrado migra mais de um metro. Então, o líquido que sai do lixo vai se movendo até contaminar o lençol freático. O grande impacto do aterro é que é impossível isolá-lo, porque a membrana vai se decompor e vai vaziar, ou pode haver uma grande ruptura também. É impossível realizar a limpeza de um lençol freático, depois de contaminado, a água subterrânea não tem como ser descontaminada.

O aterramento de resíduos orgânicos desperdiça um material que poderia ser reaproveitado se fosse destinado a outros fins e passasse por diferentes processos após ser descartado pela população.

O material orgânico é 100% reciclável, porque é 60% água, os materiais orgânicos podem ser fonte para a compostagem na agricultura e até mesmo para a produção de biogás.

Os aterros sanitários liberam diversos elementos tóxicos durante o demorado processo de decomposição de suas matérias. Existem também casos de materiais, como pneus e vidros, que possuem um tempo indeterminado de decomposição ou que, ao se decompor, se dividem em micropartículas que ficam para sempre na natureza, como é o caso de diversos tipos de plásticos.

RESÍDUOS SÓLIDOS GERAM EMPREGOS: O MANEJO SUSTENTÁVEL

Os resíduos sólidos, de uma forma geral, são vistos como um problema ambiental de abrangência universal, pois em todas as atividades humanas são negligenciados atributos como formas de produção de embalagens, responsabilização pela coleta (logística reversa) e formas adequadas de descarte, reutilização e/ou reciclagem dos materiais residuais, notadamente, embalagens de produtos.

O volume de resíduos sólidos gerados nas cidades e mesmo em áreas rurais pode ser estimado apenas com a consciência do quanto são descartadas embalagens em uma única residência por dia, o que denota uma quantidade gigantesca de subprodutos e materiais que se acumulam no meio ambiente.

Por outro lado, tanto o fabrico, passando pelo tratamento, até o descarte correto de resíduos sólidos são também uma questão econômica, pois tratam-se de insumos capazes de gerar emprego e renda, além de elementos com a potencialidade de minimizar as intervenções sobre os ambientes naturais (retirada de recursos), principalmente através da reciclagem.

Esta dinâmica, especificamente, favorece ao planejamento de estratégias no sentido da busca à sustentabilidade de diversas atividades humanas (senão todas), com ênfase à produção e ao consumo. Neste

sentido, torna-se necessário que toda a “cadeia produtiva” de resíduos sólidos, aqui assim tratada devido à potencialidade de inclusão em atividades econômicas, sejam consideradas em planos de gestão de um município com fortes características de produção industrial e consumo de produtos.

Na atualidade, as atividades de apanho, processamento e destinação de resíduos já é existente em Porto Alegre. Conta com uma logística bastante evoluída (uso de mão-de-obra numerosa, caminhões, etc.).

Para que estes procedimentos se tornem mais eficientes, no sentido de desfavorecer o consumo inadequado (excesso de embalagens), descarte incorreto, a não-utilização de materiais potencialmente recicláveis (plásticos, notadamente) e, importante, desfavorecendo o trabalho com características de escravidão e a mão-de-obra infantil, é necessário uma melhor normatização, e fiscalização das atividades relacionadas aos resíduos sólidos. Parte desta normatização deve observar a legislação, parte deve observar as características das unidades do município.

É importante citar que os procedimentos de controle são atribuições do poder público, através da legislação pertinente ao tema. No entanto, devido à abrangência e a determinados vícios culturais, acredita-se que somente com a participação da sociedade, em seus diversos níveis, os problemas (e as soluções) acerca de melhores estratégias de produção, destinação e uso daqueles recursos (resíduos sólidos), sejam melhores delineadas, implementadas e praticadas.

Assim, a questão “resíduos sólidos” deve ser tratada através de políticas públicas visando o seu manejo sustentável. Dentre estas políticas, são prioridades:

A – PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A produção, consumo e destinação de resíduos são uma atividade universal, ou seja, todos os setores dos municípios fazem parte desta cadeia. A partir desta constatação, sinaliza-se que para que um plano de Educação Ambiental tenha melhor eficiência, a abrangência do mesmo deve ser extrapolada além das unidades de educação formal (escolas) e informal. As recomendações e normas acerca das questões relativas aos resíduos sólidos devem fazer parte, no mínimo, do conhecimento de outros setores, desde as residências, passando pelos estabelecimentos industriais e comerciais. Também, a abrangência deve considerar os ambientes urbano, peri-urbano e rural/natural.

Neste sentido, propõe-se que primeiramente sejam identificados/instalados locais e representações de discussão e tomada de responsabilidade sobre o tema resíduos sólidos em cada unidade do município. Em cada bairro, nas áreas urbanas e em cada distrito, nas áreas rurais. Estas representações devem ser legítimas, ou seja, devem ter a representação de cada comunidade já estabelecida, como frequentemente ocorre em igrejas, organizações não-governamentais, postos de saúde,

estabelecimentos comerciais (armazéns, por exemplo), conselhos tutelares, escolas, entre outros.

Entretanto, é importante que estas representações locais tornem-se elementos de disseminação de conscientização e disseminação de informações educativas relacionadas aos resíduos na forma de adesão voluntária, o que exige diálogo e estabelecimento de fóruns em frequência pré-determinada.

B - IMPLANTAÇÃO DE USINAS DE COMPOSTAGEM

As Usinas de Compostagem tem papel fundamental ao transformar toneladas de resíduos orgânicos em matéria utilizável na agricultura. É processo de manipulação de matéria em decomposição e estimula a produção de micro-organismos que servem de alimentos para as plantas.

As Usina de Compostagem processam a matéria orgânica através de processos químicos que resultam em húmus de altíssima qualidade, usado como adubo no desenvolvimento de plantas. Esse adubo que é um composto orgânico é produzido biologicamente e em condições adequadas, sendo amplamente utilizado pela Agronomia em plantações, hortas ou jardins.

No Brasil, a compostagem é feita por muitas usinas de reciclagem - que separam dos materiais orgânicos os papéis, metais, plásticos e vidros. Segundo o IBGE haveriam pelo menos 80 usinas de compostagem, no entanto parte delas está desativada por falta de uma política séria de coleta, triagem e processamento de resíduos, resultando muitas vezes em um composto de má qualidade.

Do total de resíduos sólidos coletados no país, cerca da metade é de resíduos orgânicos.

As unidades comunitárias de representação quanto às estratégias de melhor gestão dos resíduos sólidos no município também podem ser fonte de informações quanto:

- Às pessoas envolvidas com a coleta de resíduos;
- Aos locais onde são feitas atividades com resíduos sólidos (segregação de materiais, por exemplo);
- A destinação de materiais separados (recicláveis, notadamente), esta, no sentido de controlar se a existência ou não de exploração de mão-de-obra inadequada.

Sugere-se que as estruturas e dinâmicas pré-existentes sejam reformuladas, quando necessário. Também, quando consideradas adequadas (em todos os sentidos), sirvam de referência para o planejamento e instalação de novas unidades de compostagem.

Existem diversos exemplos de hortas comunitárias que podem ser melhor conhecidos pelo país. Estes podem fornecer exemplos (estrutura e dinâmica) e, uma vez adaptados às realidades de cada unidade comunitária, já com seus representantes legítimos previamente identificados, fazer parte deste plano de gestão.

C – COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA PELAS UNIDADES DE TRIAGEM

Conceitua-se como Unidades de Triagem (UT) os estabelecimentos com atribuições de segregação de resíduos, visando o melhor reaproveitamento (reciclagem). Neste sentido, é importante que a coleta seja realizada com a colaboração dos moradores (após satisfatoriamente sensibilizados quanto ao tema).

A intenção é estabelecer um caminho de mão-dupla entre a produção e o tratamento de resíduos sólidos, ou seja, quanto mais eficiente a separação de resíduos nas residências, mais eficiente o trabalho nas áreas de triagem. Com isso, por tratar-se de uma atividade econômica (a destinação adequada de resíduos, conforme suas diferentes classes), mais viável o retorno desses procedimentos às próprias comunidades.

A municipalidade, conforme suas atribuições, pode atuar como um elemento que viabilize o retorno dessas ações colaborativas à cada unidade (bairros, distritos), seja no formato de incremento de estruturas públicas, seja na divulgação das ações positivas, as quais podem gerar uma espécie de efeito motivador.

Integrar catadores à Coleta Seletiva é o objetivo, de modo a que as 16 Unidades de Triagem, onde estes trabalham, assumam também os trabalhos de coleta.

A Política Nacional dos Resíduos Sólidos prevê priorizar parcerias dos setores público e privado com catadores organizados em cooperativas e associações, caso das 16 UTs de Porto Alegre.

A Coleta Seletiva Solidária pelas Unidades de Triagem é o modo de efetiva integração dos catadores de materiais recicláveis ao sistema de coleta seletiva da cidade.

D – FORTALECIMENTO E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES DE TRIAGEM PARA AUMENTAR A POSTERIOR RECICLAGEM NA INDÚSTRIA

Conforme sinalizado acima, a identificação de unidades de triagem pré-existentes é fundamental para que ações de adequação sejam realizadas. O fortalecimento destas unidades passa por aspectos como representatividade em cada unidade do município (onde podem ser sugeridas estratégias de formalização entre as unidades de triagem e o município) e o reconhecimento popular (as unidades de triagem devem ser reconhecidas como locais de tratamento de resíduos sólidos tal como as escolas são conhecidas como locais de ensino formal).

O município pode responsabilizar-se pela ligação entre as indústrias locais e regionais que poderiam se beneficiar com as ações de triagem melhores conduzidas, acima citadas. Em nível local, algumas estratégias poderiam ser implementadas no formato de projetos de lei, como o incentivo fiscal pelo recolhimento e uso de materiais recicláveis originados nos bairros/distritos de Porto Alegre, entre outras.

E – APOIO AOS CATADORES QUE AINDA ESTEJAM NA INFORMALIDADE, COM CAPACITAÇÃO E INTEGRAÇÃO AO SISTEMA DE RECICLAGEM DAS UNIDADES DE TRIAGEM

Aqui, torna-se fundamental a integração de alguns elementos acima mencionados, notadamente, a identificação e “formalização” dos locais de recebimento de resíduos (usinas de reciclagem), a educação para o meio ambiente para diferentes setores (além do ensino formal), o reconhecimento de unidades de triagem de resíduos em cada bairro/distrito, a identificação de representações em cada bairro/distrito (estabelecidas de forma popularmente legítima e por adesão).

Geralmente, as famílias de apanhadores de resíduos (“catadores”) vivem em condições de extrema pobreza, frequentemente em localidades insalubres. Assim, a municipalidade pode intervir favorecendo melhorias na qualidade de vida destas famílias, com ações como:

- Cadastramento das famílias em situação de vulnerabilidade social;
- Aquisição de áreas para reestabelecimento de moradias, com doação de materiais e favorecimento de reformas ou construções na modalidade de mutirão;
- Atenção à saúde (mental, espiritual e física) dos componentes das famílias envolvidas, com tópicos de valorização e afirmação individual e coletiva.

F – USINAS DE RECICLAGEM DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

A municipalidade pode atuar neste tópico também através de projetos de lei, no sentido de relacionar as licenças de demolição e/ou construção de edificações nas áreas do município ao comprometimento, por parte dos empreendedores (construtoras, engenheiros civis, arquitetos, etc.) em aliarem-se aos sistemas de destinação adequada de resíduos sólidos (resíduos da construção civil). Neste documento, entende-se por destinação adequada aquela que incorpore-se ao sistema de educação da população, fortalecimento das representações nas unidades do município, valorização dos apanhadores de resíduos, etc.

As construtoras (pessoas jurídicas), poderiam comprometer-se em destinar parte da logística para o favorecimento destas comunidades (utilização de caminhões, por exemplo). Por um lado, o problema de destinação seria minimizado e, por outro, as unidades de tratamento de resíduos seriam favorecidas, com a obtenção de recursos para a venda ou mesmo troca por outros materiais e produtos.

G – BIODIGESTORES

Os biodigestores relacionam-se ao tratamento de resíduos de origem orgânica. Semelhante à identificação de instituições representativas em cada bairro/distrito do município, propõe-se que seja realizada a identificação dos locais onde resíduos orgânicos são gerados (e, importante, separados). Também, é importante que estes locais (feiras, restaurantes e outros,

inclusive residências, por adesão), sejam catalogados e incentivados à separação de materiais orgânicos.

Propõe-se o planejamento e a execução de palestras, abrangendo os tópicos acima apresentados neste documento. Também, a apresentação das vantagens individuais e coletivas, em segregar os resíduos orgânicos. Neste sentido, tópicos como a construção de hortas e as melhorias quanto ao desfavorecimento da proliferação de vetores de doenças (ratos e insetos, por exemplo), podem ser tratados nos diálogos.

Com relação à biodigestão, é importante que a municipalidade atue favorecendo a construção destas estruturas (preferencialmente, em cada unidade do município). Porém, os biodigestores exigem um planejamento estrutural (dimensões, etc.) e locacional que exigem estudos técnicos, onde os próprios funcionários relacionados às secretarias de obras, de desenvolvimento sustentável e meio ambiente, poderiam atuar, em parceria à comunidade.

Os produtos dos biodigestores podem fomentar as horas comunitárias e, numa perspectiva ainda mais integrativa, das comunidades carentes reestabelecidas em locais mais adequados.

H – SUPERVISIONAR E EXIGIR A IMPLANTAÇÃO DA LOGÍSTICA REVERSA DO GERADOR, CONFORME LEI FEDERAL 12305/2010 (POLÍTICA NACIONAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS)

Acredita-se que a própria implantação de todas as ações acima citadas favoreçam o atendimento à Lei Federal 12305/2010. No entanto, por tratar-se de um expediente legal previamente instituído, ações de fiscalização devem ser efetuadas. Diferente do que é realizado comumente, propõe-se que, além das instituições públicas de defesa e fiscalização social, sejam favorecidos canais de denúncia (de descartes e uso de mão-de-obra inadequados, por exemplo). Esses canais podem se favorecer de distintos meios de comunicação (rádios comunitárias, ouvidoria, polícias - municipal e ambiental, entre outros). Além disso, os meios de comunicação, preferencialmente comunitários, podem servir para a difusão de aspectos positivos relacionados a este plano de gestão de resíduos sólidos em Porto Alegre, como a comunicação de palestras, fóruns, boas práticas executadas, entre outros.

SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA SMAM

Os cuidados com a qualidade do ar, as árvores e a autorização dos parques e praças para evento são funções da SMAM, no entanto a medição da qualidade do ar não vem sendo realizada pela Prefeitura na gestão que se encerra em 2020.

1-Qualidade do Ar em Porto Alegre

A qualidade do Ar em Porto Alegre não vem sendo medida pela Prefeitura. Isso está sendo feito em 5 (cinco) locais, ligados a 5 Unidades de

Saúde, por iniciativa de uma organização não-governamental, a Porto Ar Alegre.

Esse trabalho deveria estar sendo feito pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e, portanto, deve ser retomado pela SMAM.

Conforme a Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) 03/90, a responsabilidade legal pelo monitoramento da qualidade do ar é do Estado (Art. 5º: O monitoramento da qualidade do ar é atribuição dos estados).

Em 2009, a Smams iniciou um trabalho de monitoramento da qualidade do ar, com a inauguração da Estação Centro, na avenida Senador Salgado Filho, a qual analisava material particulado. Somaram-se a esta estação outras duas, a Estação Azenha, inaugurada em 2010, e a Estação Humaitá, inaugurada em 2013. Os equipamentos analisavam concentração de monóxido de carbono (CO) e material particulado, dióxido de enxofre (SO₂), dióxido de nitrogênio (NO₂), monóxido de nitrogênio (NO), respectivamente.

Até 2014, a Smams divulgava mensalmente os resultados destas medições da qualidade do ar. Neste período, conforme disposto na Resolução nº 03/90 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), a qual estipula que a concentração média de poluentes atmosféricos, em 24 horas, não pode ultrapassar 150 µg/m³ (microgramas por metro cúbico de ar), o ar de Porto Alegre atendia aos padrões exigidos.

Alegando dificuldades de encontrar mão de obra qualificada e peças adequadas, a partir de 2015, os equipamentos não sofreram manutenção com a frequência necessária, fornecendo dados não confiáveis, por falta de calibragem, culminando no desligamento das estações. Desde então, a SMAMS alega ter como instrumento de controle da qualidade do ar o licenciamento ambiental.

A Gestão Municipal 2017-2020 alega que “or meio de iniciativa do Pacto Alegre” (SIC) foram instaladas estações de monitoramento de qualidade do ar de baixo custo na cidade, cujo monitoramento pode ser acompanhado de forma on-line. As estações não pertencem à Prefeitura. Na verdade, são iniciativa da Organização Não-Governamental Porto Ar Alegre.

2- Árvores

A SMAMS regula e fiscaliza a poda/corte ou tombamento de árvores na cidade conforme a legislação específica (disponível no site).

3- Autorização de uso de Praças e Parques para eventos

PROGRAMAS E AÇÕES DA SMAMS

1- Análise de Árvores risco

Verifica a necessidade de poda ou até mesmo remoção de árvores devido a risco de queda etc.

2- Programa Municipal de Conservação da Fauna Silvestre

O Programa Municipal de Conservação da Fauna Silvestre foi criado pelo Decreto Municipal 15.773, de 10 de dezembro de 2007. Voltado para fauna silvestre de vida livre, o programa tem como principais objetivos a promoção da conservação da fauna in situ, o manejo, o planejamento de políticas de conservação, a elaboração de projetos de conservação, o monitoramento ambiental, a educação ambiental e o licenciamento. O setor pode ser contatado pelo telefone 3289-7517.

3- Rua mais bonita do mundo e Túneis verdes

Decreto da Prefeitura Municipal de Porto Alegre de 5 de junho de 2006 reconhece a rua como Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da cidade. A Rua Gonçalo de Carvalho foi apelidada de “a rua mais bonita do mundo” por um biólogo português em seu site, após ver a divulgação das fotos dessa rua.

Os Túneis Verdes são encontrados em ruas com vegetação preservada. Essas áreas são declaradas, por Decreto Municipal, de uso especial e integram oficialmente o Patrimônio Cultural, Histórico e Ecológico de Porto Alegre.

4- Inventário das árvores imunes ao corte

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Smam) finalizou no início de 2014 os estudos que reavaliaram o estado fitossanitário das árvores imunes ao corte no município, conforme estabelecido em diversos decretos. O inventário, iniciado em 2009, conta com 664 árvores tombadas e georreferenciadas.

5- Plano Diretor de Arborização Urbana

Nos bairros e vilas da periferia da cidade falta arborização, faltam praças e quando há são praças sem receber cuidados, assim como as calçadas e ruas da periferia de Porto Alegre.

O Plano Diretor de Arborização Urbana deveria responder ao problema acima constatado.

Trata-se do conjunto de métodos e medidas adotadas para preservação, manejo e expansão das árvores nas cidades, de acordo com as demandas técnicas e as manifestações de interesse das comunidades locais.

A partir de um inventário das árvores da cidade, são traçadas diretrizes de planejamento, produção, implantação, conservação e administração das árvores públicas, constituindo-se no Plano Diretor de Arborização Urbana.

Estima-se que Porto Alegre possua 1,3 milhão de árvores em vias públicas, cuja distribuição beneficia um número de pessoas ainda maior que o atingido pelos parques e praças. Por essa razão, a SMAM dispensa muitos cuidados às árvores de calçadas e canteiros centrais.

Para orientar este trabalho de maneira correta, técnica e administrativamente, foi publicado o Plano Diretor de Arborização de Vias Públicas, em março de 2000.

6- Programa de Conversão de Multas Ambientais

O Programa de Conversão de Multas Ambientais foi instituído pelo Decreto 20.001 e permite substituir o pagamento da multa pela prestação de serviços de preservação, melhoria e recuperação do meio ambiente.

A conversão está prevista na Lei dos Crimes Ambientais (Lei 9605/1988) e a aplicação dessa regra foi regulamentada pelo Ibama, por meio da Instrução Normativa 06, de 2018. Independentemente do valor da multa aplicada, o autuado fica obrigado a reparar o dano que tenha causado.

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade (SMAMAS), ao deferir o pedido de conversão, aplicará, sobre o valor da multa consolidada, redução entre 90% e 40% .

OUTROS PROGRAMAS:

REATIVAR O PROJETO DO VIVEIRO MUNICIPAL

Abandonado, o Viveiro Municipal de Porto Alegre acumula plantas mortas.

As árvores plantadas pela Prefeitura de Porto Alegre são produzidas no Viveiro Municipal de Produção de Mudanças.

O local, situado na rua Vitorino Luiz de Fraga, s/nº, na Lomba do Pinheiro, entre as paradas 5 e 6, possui mais de 60 anos e ocupa uma área de 200 hectares, dos quais 57 hectares são de produção efetiva.

As atividades do viveiro incluem a coleta de sementes, a produção de mudas e folhagens e o plantio de árvores nas avenidas. Atualmente, o viveiro possui 217 espécies de árvores nativas e 164 arbustos.

MONITORAMENTO DE CORUJAS

O Projeto Corujas do Centro de Porto Alegre (monitoramento nas torres no Centro Histórico) trata-se de um trabalho para verificar a população atual de corujas, sua área de nidificação e hábitos alimentares.

PRAÇAS E PARQUES

Porto Alegre possui 09 (nove) parques urbanos administrados pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Smam). São locais que oferecem convívio com natureza e ideais para o lazer e esportes.

Parque Marinha do Brasil

Parque Chico Mendes

Parque Maurício Sirotsky Sobrinho (Harmonia)

Parque Farroupilha (Redenção)

Parque Gabriel Knijnik

Parque Marechal Mascarenhas de Moraes

Parque Moinhos de Vento (Parcão)

Parque Germânia
Orla Moacyr Scliar

Porto Alegre possui 667 praças urbanizadas, ocupando uma área total de quase cinco milhões de metros quadrados. A primeira praça urbanizada que se tem registro é a praça Brigadeiro Sampaio, em 1865, no Centro Histórico da cidade.

A manutenção e a qualificação dessas áreas é uma premissa da qualidade de vida na cidade e preocupação constante da prefeitura.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Ao redor de Unidades de Conservação existem zonas de amortecimento, as quais tem o objetivo de evitar, minimizar e compensar impactos negativos sobre elas. Para atingir esse objetivo, nestas zonas as atividades humanas estão sujeitas às normas, restrições e usos específicos. Estes itens, fazem parte de um documento técnico intitulado “Plano de Manejo” da Unidade de Conservação. No Plano de Manejo se estabelecem o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais. Nas páginas das Unidades de Conservação de Porto Alegre é possível obter cópias digitais dos Planos de Manejo já instituídos.

As Unidades de Conservação administradas pelo município de Porto Alegre são: o Parque Natural Municipal Saint´Hilaire, o Parque Natural Morro do Osso, a Reserva Biológica do Lami e o Refúgio de Vida Silvestre São Pedro.

As normas e restrições de visitação pública nas Unidades de Conservação estão estabelecidas nos seus Planos de Manejo, porém a legislação apresenta normas gerais, as quais determinam que nos Parques Naturais e nos Refúgios de Vida Silvestre são permitidas as atividades de pesquisa científica, de educação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Já nas Reservas Biológicas são permitidas apenas a pesquisa científica e a visitação acompanhada, com objetivo de desenvolver atividades de educação ambiental.

O que difere os Parques Naturais dos Refúgios de Vida Silvestre é a possibilidade deste último ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da Unidade de Conservação com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários. Já os Parques Naturais devem ser constituídos por áreas públicas.

Os cidadãos que desejam contribuir com a preservação da diversidade biológica em suas propriedades, também podem participar por meio da instituição de Reservas Particulares do Patrimônio Natural Municipal (RPPNs), categoria de Unidades de Conservação nas quais somente são permitidas a pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e de educação ambiental. Para tanto, orienta-se que os interessados contatem a Assessoria de Unidades de Conservação da SMAM por meio do telefone 3289-7521.

FISCALIZAÇÃO ATIVA

Não adianta a população fazer denúncias e nada acontecer porque não há fiscais para irem ao local - é o caso de lixo jogado em arroios, comércios sem autorização, invasões em áreas de risco impróprias para moradia ou áreas públicas. Por isso é importante valorizar a área de Fiscalização, investindo na Fiscalização Ativa, com novas vagas para o cargo de agente fiscal nas diversas áreas de competência municipal, tais como na SMPG, na SMDE e na SMAMS.

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Dotação Autorizada / 2020: R\$ 2.015.976.637,04

A última Secretaria a ser apresentada nesse Plano de Governo é da Saúde, devido ao tamanho de sua estrutura e do que representa no Orçamento da Prefeitura, de quase 30% de toda Gestão Municipal.

A Secretaria Municipal da Saúde detém o maior orçamento de toda gestão municipal de Porto Alegre, com mais de 2 dos mais de 7 bilhões anuais de toda administração pública direta e indireta da capital. Esses recursos seriam suficientes para que jamais faltasse atendimento, medicação ou até mesmo cirurgias, se fossem bem empregados, no entanto é na Saúde que se verificam também as maiores distorções da Gestão Municipal.

A Saúde, tal como a Educação e a Segurança, são funções essenciais da Gestão Pública e como tal devem ser atendidas por funcionários públicos de carreira, concursados. Devem ser, portanto, servidores públicos que desempenham funções de estado e não de governo, diferenciando-se de CCs, por exemplo, que estão comprometidos com os governos que os contratam.

As terceirizações feitas a pretexto de racionalizar as despesas na verdade se mostram mais caras que o atendimento público, com casos em que o desperdício de recursos extrapola a esfera administrativa e se torna caso de investigação judicial.

No modelo em curso até 2020 há distorções enormes na destinação de verbas, onde entidades privadas absorvem mais de 80% das verbas (tais como grupos hospitalares privados), em contraste com entidades filantrópicas (tais como a Santa Casa) voltadas ao atendimento de pacientes do SUS, que acabam atendendo grande parte da demanda do SUS mas menor parcela das verbas públicas.

Um Programa de Governo para a Secretaria da Saúde tem de iniciar, por estes motivos, por uma forte atuação da PGM (Procuradoria Geral do Município), em conjunto com a Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria, no exame dos contratos com as terceirizadas, as empresas de saúde.

Para os contratos terceirizados em vigor é necessário, como formas de controle social dos contratos:

- Ampliar o acesso à informação sobre contratações, passando todas as contratações antes par exame do Conselho Municipal de Saúde
- Divulgar para a população em linguagem fácil e acessível objetos e valores dos contratos da área de saúde, o nome da empresa, objeto e valor recebido pelos serviços naquela unidade de saúde (ou no total das unidades envolvidas)
- Nos hospitais e unidades de saúde, afixar de forma visível, mês a mês, as escalas de trabalho, tanto dos servidores públicos quanto das empresas contratadas, das empresas terceirizadas (ou “parceirizadas”)
- Os nomes dos profissionais podem ser identificados por iniciais, se for o caso, mas diferenciando os servidores dos contratados

Entre os Programas de Saúde a serem desenvolvidos pela Secretaria Municipal da Saúde, devem estar:

1. PROGRAMA DE ATENÇÃO Á INFÂNCIA E Á MATERNIDADE (PAIMAE)
2. ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA
3. ABORDAGEM DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA INTEGRADA A GRUPOS DE ENTRE-AJUDA
4. PLANEJAMENTO FAMILIAR E PREVENÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA
5. PROGRAMA DE VACINAÇÕES E ESTRATÉGIAS DE SAÚDE PÚBLICA PARA DOENÇAS ENDÊMICAS E EPIDÊMICAS
6. PROGRAMAS ESPECÍFICOS DE SAÚDE PARA IDOSOS E DE SEGMENTOS SOCIAIS DE SAÚDE VULNERÁVEL (PESIV)
7. FLUXO PLANEJADO ENTRE HOSPITAIS E POSTOS DE SAÚDE
8. PROGRAMA PARA DOAÇÃO DE ALIMENTOS EM CONDIÇÕES SAUDÁVEIS (COM ORIENTAÇÃO DA SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA)

1. PROGRAMA DE ATENÇÃO À INFÂNCIA E Á MATERNIDADE (PAI-MAE)

As quatro medidas básicas para a redução da mortalidade infantil e para uma primeira infância saudável incluem a atenção do Pediatra à criança e às condições da família lhe proporcionar:

- 1 - Aleitamento materno
- 2 - Vacinação
- 3 - Hidratação oral
- 4 - Supervisão do crescimento

Aleitamento materno inicia pela atenção à nutrição e saúde da mãe, para que possa ser transmitida à saúde do bebê através do leite. Essa atenção à mãe, em sua saúde física e emocional, deve estar no foco dos cuidados com o bebê pois é dela que este depende, seja para ser amamentado, vacinado ou hidratado quando necessário. Num sentido mais amplo, a família como um todo recebe atenção do Pediatra. O programa PAI-MÃE deve estar presente nos postos de saúde de cada comunidade, o mais próximo da residência de cada família atendida, para garantir o fácil acesso da mesma.

Os Pediatras devem fazer parte das equipes dos Postos de Saúde tal como eram até 2020, quando uma medida da Prefeitura de Porto Alegre os dispensou de tais locais, realocando-os em unidades maiores de atendimento à saúde.

A atenção aos MIL PRIMEIROS DIAS deve ser uma das prioridades do PROGRAMA DE ATENÇÃO À INFÂNCIA (PAI), que significa dar atenção e apoio aos primeiros 1000 dias do ser humano (270 da gestação, 365 do primeiro ano e 365 do segundo ano) É o período onde tudo que for investido trará resultados para toda a vida, em nutrição saudável (da mãe e bebê), afeto e ambiente familiar.

A atenção ao REGISTRO DA PATERNIDADE também deve merecer atenção das Equipes de Saúde, considerando as consequências (não só materiais, quanto mais ainda as emocionais) da ausência do pai na vida dos filhos. As Equipes de Saúde devem estar familiarizadas com o encaminhamento para a Defensoria Pública, quando for necessária alguma iniciativa judicial para o registro da paternidade, um direito inalienável da criança.

2. ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF)

Os Postos de Saúde fechados devem ser reabertos e colocar em prática a Estratégia de Saúde da Família (ESF), ao contrário das medidas tomadas pela Prefeitura de Porto Alegre que fecharam vários postos de saúde em 2020, fragilizando a saúde comunitária e a ESF.

O Ministério da Saúde define claramente que a Estratégia de Saúde da Família (ESF) busca promover a qualidade de vida da população brasileira e intervir nos fatores que colocam a saúde em risco, como falta de atividade física, má alimentação e o uso de tabaco. Com atenção integral, equânime e contínua, a ESF se fortalece como uma porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS).

Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) atuam no acolhimento dos pacientes e reduzem a distância entre as comunidades e as equipes de saúde.

Um ponto importante é o estabelecimento de uma equipe multiprofissional (equipe de Saúde da Família – eSF) composta por, no mínimo: (I) médico generalista, ou especialista em Saúde da Família, ou médico de Família e Comunidade; (II) enfermeiro generalista ou especialista em Saúde da Família; (III) auxiliar ou técnico de enfermagem; e (IV) agentes comunitários de saúde. Podem ser acrescentados a essa composição os profissionais de Saúde Bucal: cirurgião-dentista generalista ou especialista em Saúde da Família, auxiliar e/ou técnico em Saúde Bucal.

Cada equipe de Saúde da Família (eSF) deve ser responsável por, no máximo, 4.000 pessoas, sendo a média recomendada de 3.000 pessoas, respeitando critérios de equidade para essa definição. Recomenda-se que o número de pessoas por equipe considere o grau de vulnerabilidade das

famílias daquele território, sendo que, quanto maior o grau de vulnerabilidade, menor deverá ser a quantidade de pessoas por equipe.

Para atendimentos multiprofissionais existem os NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família – que são compostos por equipes multiprofissionais que atuam de forma integrada com as equipes de Saúde da Família (eSF).

Entre os profissionais que podem compor o NASF se incluem:

Médico acupunturista; assistente social; profissional/professor de educação física; farmacêutico; fisioterapeuta; fonoaudiólogo; médico ginecologista/obstetra; médico homeopata; nutricionista; médico pediatra; psicólogo; médico psiquiatra; terapeuta ocupacional; médico geriatra; médico internista (clínica médica), médico do trabalho, médico veterinário, profissional com formação em arte e educação (arte educador) e profissional de saúde sanitaria, ou seja, profissional graduado na área de saúde com pós-graduação em saúde pública ou coletiva ou graduado diretamente em uma dessas áreas. A composição de cada um dos NASF será definida pelos gestores municipais, seguindo os critérios de prioridade identificados a partir dos dados epidemiológicos e das necessidades locais e das equipes de saúde que serão apoiadas.

3. ABORDAGEM DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA INTEGRADA COM GRUPOS DE ENTRE-AJUDA

O atendimento à dependência química deve ser feito com a colaboração e integração dos grupos de entreajuda, tais como Alcoólicos Anônimos (AA) e Narcóticos Anônimos (NA), que devem ter espaço oferecido para suas reuniões nos postos de saúde, de modo a proporcionar a familiarização dos funcionários dos postos com os conteúdos destes grupos.

O modelo de integração dos referidos grupos às equipes de saúde que melhor funciona é o de formação de Consultores provenientes desses grupos, que tem a vivência do problema, para se integrarem às equipes multidisciplinares de saúde a auxiliarem no diagnóstico e abordagem dos dependentes químicos, para lhes motivar ao tratamento.

Esse modelo de atendimento com Consultores, provenientes dos grupos de entreajuda, que passam a fazer parte da Equipe de Saúde, foi implementada pelo Dr. Sérgio de Paula Ramos (doutor em Medicina pela Universidade Federal de São Paulo, membro do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Estudos. do Álcool e outras Drogas – ABEAD) nos melhores serviços de atendimento à Dependência Química de Porto Alegre.

O Consultor, por sua vivência pessoal, tem a possibilidade de acesso emocional ao adicto que nenhum profissional tem, o que se mostra decisivo na abordagem e envolvimento dos pacientes tanto nos programas para tratamento da dependência química, quando na manutenção posterior da abstinência.

4. PLANEJAMENTO FAMILIAR E PREVENÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

A gravidez precoce e não planejada, na adolescência, é fenômeno frequente nos ambientes de maior vulnerabilidade social e agrava essa condição de vulnerabilidade, pela evidente falta de estrutura (material e emocional) para dar suporte saudável à gestação e ao desenvolvimento da criança.

Planejamento familiar e prevenção de gravidez não planejada, principalmente na adolescência, são fundamentais para evitar o agravamento dessas situações de extrema vulnerabilidade social, onde além das mães precisaram de ajuda do poder público, eventuais filhos já nascem em contexto de extrema dependência do Estado.

Além da atenção médica, as jovens em situação de vulnerabilidade devem receber também atenção psicológica, no sentido de prevenir a gravidez indesejada.

5. PROGRAMA DE VACINAÇÕES E ESTRATÉGIAS DE SAÚDE PÚBLICA PARA DOENÇAS ENDÊMICAS E EPIDÊMICAS

Os programas de vacinações devem ser atualizados para incluir as novas espécies de vírus capazes de surgir a cada ano, epidêmicas, sem descuidar dos quadros de saúde pública crônicos e endêmicos.

6. PROGRAMAS ESPECÍFICOS DE SAÚDE PARA IDOSOS E DE SEGMENTOS SOCIAIS DE SAÚDE VULNERÁVEL (PESIV)

A Secretaria Municipal da Saúde deve ter programa específico para a saúde de idosos e, além destes, também a pessoas com necessidades especiais das mais diversas tipos, sejam decorrentes do tipo de contaminação (HIV por exemplo) ou decorrentes da própria condição de vulnerabilidade familiar, que impeça a aquisição de medicamentos que deveriam estar disponíveis na rede pública.

7. FLUXO PLANEJADO ENTRE HOSPITAIS E POSTOS DE SAÚDE

A alta hospitalar planejada, com fluxo planejado entre hospitais e postos de saúde, vai estabelecer de forma clara a continuidade dos cuidados que o paciente precisa, reduzindo as reinternações evitáveis, tendo como consequência esse planejamento a liberação de mais leitos.

É um momento de transição para o paciente, no qual é previsível que ele precise de tratamento e acompanhamento médico e/ou assistência social. É preciso aumentar o suporte social aos pacientes considerados em vulnerabilidade social, principalmente os do interior do estado, os quais, dependem das prefeituras para o seu deslocamento.

Atualmente, em muitos dos postos de saúde de Porto Alegre são distribuídas cinco fichas para consulta médica pela manhã e outras cinco fichas à tarde. Muitas vezes o usuário leva 30 dias ou mais para chegar a um especialista e meses até conseguir fazer os exames e voltar ao médico.

Essa demora muitas vezes vai agravar a doença do paciente e os riscos decorrente desta.

Por todos os motivos acima, é preciso otimizar os fluxos entre a alta hospitalar e os cuidados necessários nos postos de saúde, para a manutenção da atenção ao egresso do hospital através da alta hospitalar planejada.

8. PROGRAMA PARA DOAÇÃO DE ALIMENTOS EM CONDIÇÕES SAUDÁVEIS (COM ORIENTAÇÃO DA SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA)

As seguidas mudanças na legislação dificultam a doação de alimentos, segundo donos de bares e restaurantes que temem ter de jogar comida fora e reclamam de constantes alterações dos regramentos municipais.

A burocracia é estimulada, às vezes, por falsas denúncias de pessoas em busca de indenizações alegando ter comido comida estragada

Para evitar o receio de processos injustos, uma estratégia é interpor pessoa jurídica de Direito Público (o Município) como elo final com o consumidor carente. Em caso de ação judicial, essa seria com a Fazenda Pública.

O incremento do empreendimento social (aumento da doação de alimentos) compensaria o eventual desgaste de algumas ações isoladas. Caberia à Prefeitura fiscalizar a doação. Constatando negligência verídica em caso de alguma empresa doar efetivamente produtos estragados, restaria o direito de regresso do Município contra a empresa por ônus que ela lhe causasse.

REDE DE HOSPITAIS

Hospitais municipais (4)

Hospital de Pronto Socorro

Hospital Materno Infantil Presidente Vargas

Hospital Restinga e Extremo Sul (Gestão Moinhos de Vento)

Hospital Independência (Gestão compartilhada com Divina Providência)

Hospitais conveniados (10)

Hospital de Clínicas

Hospital São Lucas da PUC

Santa Casa de Misericórdia

Hospital da Criança Santo Antônio

Hospital Vila Nova

Hospital Banco de Olhos

Grupo Hospitalar Conceição, que inclui:

- Hospital Conceição

- Hospital da Criança Conceição

- Hospital Cristo Redentor

-Hospital Fêmeina

Obs: Não constam dessa relação os Hospitais destinados aos funcionários públicos, o Hospital Porto Alegre dos municipais e o Hospital Ernesto Dornelles para os servidores públicos estaduais.

DIRETRIZES PARA A GESTÃO HOSPITALAR

A) Dois HOSPITAIS FILANTRÓPICOS devem ser plenamente reativados, o Hospital Parque Belém e o Beneficência Portuguesa.

B) Manter o GHC 100% SUS pois proporciona a maior quantidade de atendimentos para aqueles que não dispõe de planos de saúde.

C) ESTUDAR A GESTÃO dos hospitais filantrópicos, em especial da Santa Casa, tem números que mostram que o seu custo hospitalar é menor do que o de hospitais públicos, como o Grupo Hospitalar Conceição. Identificados os méritos da gestão da Santa Casa, os mesmos devem ser implementados também nos hospitais municipais.

D) SOS SAÚDE E UPAS devem ser ampliadas e equipadas para corresponder aos objetivos para as quais foram criadas, inclusive para atender pequenos procedimentos cirúrgicos. Com Sala bem equipada para estabilizar o paciente até que melhore ou tenha suporte de vida adequado, e o paciente possa ser transferido para um hospital

E) POSTOS DE SAÚDE COMUNITÁRIOS: os que foram fechados devem ser reabertos para manter a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e aproximar novamente o atendimento em saúde das comunidades

F) LEITOS HOSPITALIARES: é recomendável aumentar o número de leitos hospitalares nos hospitais que já existem. Observe-se que na pandemia, em 2020, aumentou o número de pacientes em UTIs devido aos pacientes de coronavírus, no entanto houve decréscimo da procura aos hospitais, tendo em vista que devido ao isolamento social diminuíram as doenças transmissíveis e diminuiu a demanda por hospitais para várias outras doenças que não o Covid.

G) ACOMPANHAMENTO PÓS-ALTA dos pacientes fornecendo os remédios para o tratamento. Já é previsto no sistema o reencaminhamento ao posto de saúde, mas precisa ser mais eficaz na prática a integração das equipes SUS do hospital com as do posto de saúde – ESF. O objetivo é prevenir o retorno do paciente ao hospital ocupando leitos ou até uma UTI, que tem altos custos.

A ESTRUTURA DA SECRETARIA DA SAÚDE E A ESF

Para a execução da Estratégia de Saúde da Família (ESF) toda a rede de saúde é importante e nenhuma Unidade de Saúde deverá ser fechada, ao contrário da Gestão Municipal que se encerra em 2020 e vem fechando postos de saúde nas comunidades mais vulneráveis da cidade.

Os serviços do SUS de Porto Alegre estão distribuídos nos territórios dos 17 Distritos Sanitários (DS), que formam as Gerências Distritais (GD). Os DS

são: Ilhas, Humaitá/Navegantes, Centro, Noroeste, Norte, Eixo Baltazar, Leste, Nordeste, Glória, Cruzeiro, Cristal, Sul, Centro-Sul, Paternon, Lomba do Pinheiro, Restinga e Extremo-Sul.

As GD são estruturas administrativas e gestoras regionais e também espaços de discussão e prática onde são operacionalizadas todas as estratégias para a atenção à saúde na esfera do SUS. Na cidade, estão distribuídas em oito regiões de saúde: 1) Centro, 2) Noroeste /Humaitá /Navegantes /Ilhas, 3) Norte /Eixo Baltazar, 4) Leste /Nordeste, 5) Glória /Cruzeiro /Cristal, 6) Sul /Centro-Sul, 7) Paternon /Lomba do Pinheiro, 8) Restinga /Extremo-Sul. São compostas por Unidades de Saúde, Centros de Especialidades e Serviços Especializados Ambulatoriais e Substitutivos.

A Gestão Municipal da Saúde deverá preservar a rede de saúde nas condições em que se encontrava antes da desastrosa Gestão Municipal de 2017-2020, para o que incluímos aqui o mapeamento de toda essa estrutura anterior ao “desmonte” em curso, onde várias Unidades de Saúde estão sendo fechadas.

MAPA DA SAÚDE POR REGIÕES

A relação de Unidades de Saúde e toda rede de saúde a seguir visa mapear a estrutura anterior ao atual “desmonte” da rede de postos de saúde por parte da atual Gestão Municipal que encerra seu mandato em 2020. É o conjunto de toda essa rede de saúde que deverá ser preservada.

1-CENTRO

- a) Cais Mental Centro
- b) Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPSI) – Casa Harmonia
- c) Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
- d) Geração POA
- e) Gerência Distrital Centro: tem 3 UNIDADES DE SAÚDE (US): US Modelo, US Santa Cecília, US Santa Marta e 1 GD (GD Centro)
- f) Residencial Terapêutico Nova Vida

2- NOROESTE/HUMAITÁ/ILHAS

- a) Casa de Apoio Viva Maria
- b) Centro de Saúde Navegantes
- c) Gerência Distrital Noroeste / Humaitá / Ilhas (NHNI), com 14 UNIDADES DE SAÚDE (US): Conceição, Diretor Pestana, Farrapos, Floresta, Fradique Vizeu, IAPI, Ilha da Pintada, Ilha do Pavão, Ilha dos Marinheiros, Jardim Itu, Mário Quintana, Navegantes, Nazaré e Vila Ipiranga.

3 - NORTE/EIXO BALTAZAR

- a) Gerência Distrital Norte/ Eixo Baltazar (NEB), com 26 UNIDADES DE SAÚDE (US): US Asa Branca, Assis Brasil, Beco dos Coqueiros, Costa e Silva, Domênico Feoli, Esperança Cordeiro, Jardim Leopoldina, Jenor Jarros,

Nossa Senhora Aparecida, Nova Brasília, Nova Gleba, Parque dos Maias, Passo das Pedras I, Passo das Pedras II, Planalto, US Ramos, Rubem Berta, Santa Fé, Santa Maria, Santa Rosa, Santo Agostinho, Santíssima Trindade, Sarandi, São Borja, São Cristóvão, Vila Elizabeth

b) Unidade de Proto Atendimento Moacyr Scliar

4- LESTE/NORDESTE

a) Gerência Distrital Leste/ Nordeste que tem 23 UNIDADES DE SAÚDE (US): US Barão de Bagé, US Batista Flores, US Bom Jesus, US Centro de Extensão Universitária Vila Fátima, US Chácara da Fumaça, US Coinma, US Divina Providência, US Jardim Carvalho, US Jardim da Fapa, US Jardim Protásio Alves, US Laranjeiras, US Mato Sampaio, US Milta Rodrigues, US Morro Santana, US Safira Nova, US Tijuca, US Timbaúva, US Vila Brasília, US Vila Jardim, US Vila Pinto, US Vila Safira, US Vila SESC e US Wenceslau Fontoura

b) Pronto Atendimento Bom Jesus

c) Unidade da Saúde Bom Jesus

5 - GLÓRIA/CRUZEIRO/CRISTAL

a) Centro de Saúde Vila dos Comerciantes

b) Gerência Distrital Glória/Cruzeiro/Cristal com 23 UNIDADES DE SAÚDE (US): US Alto Embratel, Aparício Borges, Belém Velho, Cristal, Cruzeiro do Sul, Divisa, Estrada dos Alpes, Glória, Graciliano Ramos, Jardim Cascata, Nossa Senhora das Graças, Nossa Senhora de Belém, Orfanotrófio, Osmar Freitas, Primeiro de Maio, Rincão, Santa Anita, Santa Tereza, São Gabriel, Tronco, Vila Cruzeiro, Moab Caldas, US Vila Gaúcha

c) Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul

6 - SUL/CENTRO SUL

- a) Gerência Distrital Sul / Centro-Sul (SCS) tem 18 UNIDADES DE SAÚDE (US): US Alto Erechim, US Beco do Adelar, US Calábria, US Camaquã, US Campo Novo, US Campos do Cristal, US Cidade de Deus, US Cohab Cavahada, US Guarujá, US Ipanema, US Jardim das Palmeiras, US Monte Cristo, US Moradas da Hípica, US Morro dos Sargentos, US Nonoai, US São Vicente Mártir, US Tristeza, US Vila Nova Ipanema

- b) Serviços

- 07 locais de Estratégia de Saúde da Família (Vila Nova Ipanema, Alto Erechim, Campos do Cristal, Cidade de Deus, Moradas da Hípica, Morro dos Sargentos I e II, São Vicente Mártir)

- 10 locais de Unidade Básica de Saúde (Beco do Adelar, Calábria, Camaquã, Campo Novo, Guarujá, Ipanema, Jardim das Palmeiras, Monte Cristo, Nonoai e Tristeza)

7 - PARTENON/ LOMBA DO PINHEIRO

- a) Gerência Distrital Partenon / Lomba do Pinheiro (PLP), com 21 UNIDADES DE SAÚDE (US): Bananeiras, Campo da Tuca, Ceres, Ernesto Araújo, Esmeralda, Herdeiros, Lomba do Pinheiro, Mapa, Maria da Conceição Marcelo Martins Moreira, Morro da Cruz, Panorama, Pitoresca, Recreio da Divisa, Santa Helena, Santo Alfredo, São Carlos, São José, São Minguel, São Pedro, Vila Vargas, Viçosa
- b) Pronto Atendimento Lomba do Pinheiro.

8 - RESTINGA/EXTREMO SUL

- a) Gerência Distrital Restinga Extremo Sul (RES), com 12 UNIDADES DE SAÚDE (US): US Belém Novo, Clínica de Família José Mauro Ceratti, US Chapéu do Sol, Chácara do Banco, Lami, Macedônia, Paulo Viaro, Pitinga, Ponta Grossa, Quinta Unidade, Restinga
- b) Pronto Atendimento Restinga

BEM ESTAR ANIMAL

O Programa de BEM ESTAR ANIMAL para Porto Alegre será realizado em conjunto entre a Secretaria Municipal da Saúde (SMS) e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM), com a SMS dando atenção aos animais domiciliados e a SMAM zelando pelos errantes. As ideias desse programa, tal como concebido por protetores, já foram descritas entre os programas da SMAM.